

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

KETLIN QUINHONES WONS

**COMUNIDADE INTEGRADA, MEMÓRIA PRESERVADA:
Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira e o seu acervo fotográfico como a
Memória de Canoas/RS**

São Leopoldo

2021

KETLIN QUINHONES WONS

**COMUNIDADE INTEGRADA, MEMÓRIA PRESERVADA: Arquivo Histórico Dr.
Sezefredo Azambuja Vieira e o seu o acervo fotográfico como a Memória de Canoas/RS.**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História,
pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge

São Leopoldo

2021

W872c Wons, Ketlin Quinhones.
Comunidade integrada, memória preservada : Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira e o seu o acervo fotográfico como a memória de Canoas/RS / por Ketlin Quinhones Wons. – 2021.
147 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2021.
“Orientador: Dr. Jairo Henrique Rogge”.

1. Arquivos. 2. Fotografia. 3. Canoas (RS). 4. Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira. I. Título.

CDU: 981.652:77

KETLIN QUINHONES WONS

**COMUNIDADE INTEGRADA, MEMÓRIA PRESERVADA: Arquivo Histórico Dr.
Sezefredo Azambuja Vieira e o seu o acervo fotográfico como a Memória de Canoas/RS.**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História,
pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Aprovado em 20 de dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha – UFSM

Profa. Dra. Luciana da Costa de Oliveira – IHGRGS

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – UNISINOS

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Arquivo Histórico de Canoas e suas funcionárias e funcionários do passado e do presente.
Ao meu orientador e a minha família que sempre me incentivaram.

AGRADECIMENTOS

“Ah! vida tão louca e ao mesmo tempo tão lúcida. Os acasos, os imprevistos, vida ingênua e de repente astuta, apesar de tudo valia a pena viver, uma beleza de vida!”¹ Nestes tempos pandêmicos, sou grata por ter sobrevivido a 2020 e ter chegado até aqui. Sou grata pelo privilégio de ter amigos, colegas, familiares e professores queridos, inteligentes e inspiradores, que me apoiaram para a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador Jairo Rogge por todo o apoio, suporte e dedicação, que desde a graduação, me ensina através da leveza, da calma e com muita sabedoria. Sempre soube conduzir da melhor maneira possível a minha pesquisa, sempre atento e disposto a ouvir e trazer soluções para as minhas inquietações e aceitar os desafios de me orientar. Muitíssimo obrigada por todos os incentivos e por acreditar em mim e na minha pesquisa quando nem eu mais acreditava, quando estava mergulhada nas preocupações, nos problemas e nas tristezas, trazia força e motivação. A conclusão deste trabalho só foi possível em grande parte por tua orientação, amizade e parceria.

Agradeço aos professores Jorge Luiz da Cunha, Luciana de Oliveira e Paulo Moreira, por fazerem parte da minha trajetória acadêmica, pelas aulas ministradas, por inspirar-me a pesquisar arquivo, memória e fotografia, temas tão caros e marginalizados na historiografia. Agradeço imensamente por fazerem parte da banca avaliadora, poder contar com o apoio, a experiência e o olhar atento de vocês fez toda a diferença.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, por ter confiado e acreditado no meu projeto de pesquisa, sendo que esta pesquisa só foi possível de ser realizada, através da concessão de uma bolsa taxa da CAPES.

Agradeço a todas as professoras e professores do PPGH que ao longo destes anos, com a experiência e inspiração de vocês, através das disciplinas cursadas, das leituras indicadas e das análises dos textos, possibilitaram que eu refletisse as minhas fontes com maior entendimento, segurança e coragem. As leituras da pós-graduação me fizeram refletir bastante sobre os debates envolvendo a memória coletiva e individual, o esquecimento, os traumas, as relações entre cidade e fotografia e a minha vida pessoal, tão necessárias e essenciais para minha sobrevivência acadêmica e mental. Muitíssimo obrigada as professoras Camila Silva, Deise Schell, Maria Cristina Bohn e ao professor Paulo Moreira, pela disciplina ministrada de Arquivo, História e Memória, contribuiu muito para a finalização da minha pesquisa.

¹ Trecho de Os contos de Lygia Fagundes Telles, 2018, p. 547.

No ano de 2020, em isolamento por causa da pandemia, cursei virtualmente as disciplinas Cultura, Memória e Patrimônio; História Ambiental; Narrativas Autobiográficas; e, Retratos da Cidade, que me inspiraram a perceber as relações da cidade e seus moradores através da fotografia, da memória e do ambiente, muitíssimo obrigado aos professores Eduardo Relly, Jairo Rogge, Jorge Luiz da Cunha e Marcos Witt e as professoras Eloisa Capovilla, Luciana de Oliveira e Marluza Harres por terem sido luz, calma e sabedoria em meio as incertezas de 2020. Em especial, com muito carinho, saudade e tristeza, minha amada Elô, Diva da História, que desde a graduação com todo o seu carisma, elegância e sabedoria me inspirou a pesquisar a cidade através das fontes visuais, minha eterna gratidão por ter tido o privilégio de ter sido tua pupila, de ter tido tua presença e por ter aprendido tanto contigo.

Agradeço a antiga equipe que trabalhou no Arquivo Histórico de Canoas, ao Dari, Eliete, Iolanda, Leila e Maria Lúcia, por terem disponibilizado o seu tempo e aceitado realizar as entrevistas para esta dissertação, ter tido esta oportunidade enriqueceu e possibilitou conhecer a instituição e o acervo fotografado profundamente. Também agradeço a Ivone, ex-gestora do Museu Municipal de Canoas e ao Edison que trabalhou tanto no Arquivo como no Museu (entre os anos de 2017-2020) e ao funcionário Airan que também atua no Arquivo e Museu, por permitirem o acesso ao acervo fotográfico do Arquivo Histórico.

Agradeço a minha mãe, que sempre me motivou, aconselhou, se dedicou aos seus filhos com muito amor, dedicação e esforço, teu apoio e incentivos foram fundamentais para quem eu sou. A minha irmã, minha amiga e companheira, agradeço pelo carinho, atenção e preocupação, por todas as palavras de incentivos, por ser tão doce e presente. Ao meu amado companheiro, com quem divido a vida há 14 anos, pai do nosso filho Heitor, que em breve estará conosco, agradeço todo o teu apoio, suporte e auxílio durante este mestrado, sempre disposto a ouvir e aconselhar esta historiadora.

Aos meus colegas e amigos Norton Neves, Kalinka Schmitz e Rogério de Carvalho. Aos integrantes do Núcleo de Estudos em Fontes Artísticas, grupo formado por pesquisadoras e pesquisadores de pintura, fotografia e cinema, agradeço pela amizade, acolhimento e ensinamentos. Ao amigo, filósofo e instrutor de yoga Guilherme Guterres, que ministrou práticas virtuais durante a pandemia, muitíssimo obrigada, esses momentos possibilitaram ao meu corpo e a minha mente, consciência, equilíbrio, concentração e paz.

De quantos fragmentos somos feitos?
de pálidas lembranças,
recortes de jornais,
fotos antigas,
cartas esquecidas,
postais sem remetente,
sons incompletos,
paisagens retorcidas,
cheiros confundidos,
cadernos rabiscados,
rostos esmaecidos,
tocamentos fugazes,
sabores ocultos,
mentiras e ressentimentos,
dores e desgostos,
silêncios, muitos silêncios,
e uma enorme vontade de viver.²

² Trecho Fragmentos de Afonso Carlos, 2002. Disponível em: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: ensaios sobre história e cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

RESUMO

Esta pesquisa analisou o acervo fotográfico do Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, localizado em Canoas/RS, a partir de uma perspectiva etnográfica, buscando refletir sobre a atuação tanto dos moradores da cidade, como das funcionárias da instituição, na constituição do referido acervo. A pesquisa analisou diversas ações realizadas pela sociedade canoense, reunindo documentos variados e promovendo exposições fotográficas sobre a história da cidade e outras atividades culturais. Ao verificar as reivindicações populares, constatei que desde 1970, a sociedade canoense requeria a criação do Arquivo Histórico, sendo que o poder público municipal criou a instituição somente em 1985 e sua inauguração ocorreu apenas em 1989. Nesse sentido, a pesquisa analisou quais estratégias, interesses e narrativas legitimaram a criação do Arquivo Histórico; o processo de constituição e organização do acervo fotográfico e os usos das fotografias como representações memoriais da cidade. Além disso, contribui para desnaturalizar a ideia de que a única finalidade de arquivos como esse é a de servir como repositório da memória local, mas sim também a de incentivar a pesquisa nos seus acervos para pensar a cidade e outros temas. Ao descrever as estratégias da sociedade canoense para ter as memórias da cidade preservadas no Arquivo Histórico, utilizo uma abordagem narrativa etnográfica, com pesquisa bibliográfica, consulta a jornais locais, documentos oficiais, entrevistas orais, além da fonte que considero essencial, que é o acervo fotográfico da referida instituição. Desse modo, verifiquei que os arranjos para a constituição deste acervo fotográfico visavam a projeção de um legado para as futuras gerações, através da busca de reconhecimento e o estabelecimento de uma imagem de si, a partir da preservação patrimonial. Portanto, essa pesquisa se propôs a aprofundar o estudo sobre a importância da atuação da sociedade civil nas políticas públicas voltadas para a promoção e conservação dos bens culturais, bem como, incentivar a pesquisa a partir dos acervos arquivísticos na área da história, das ciências humanas e afins.

Palavras-chave: Arquivo. Fotografia. Canoas/RS. Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira.

ABSTRACT

This research analyzed the photographic collection of the Dr. Sezefredo Azambuja Vieira Historical Archive, located in Canoas/RS, from an ethnographic point of view, seeking to reflect on the performance of both city residents and employees of the institution in the constitution of the aforementioned collection. The research analyzed several actions carried out by the Canoas society, gathering different documents and promoting photographic exhibitions about the city's history and other cultural activities. When verifying the popular demands, I found that since 1970, the community required the creation of the Historical Archive, with the municipal government creating the institution only in 1985 and its inauguration occurring only in 1989. In this sense, the research analyzed which strategies, interests and narratives legitimized the creation of the Historical Archive; the process of constitution and organization of the photographic collection and the use of photographs as memorial representations of the city. Furthermore, it contributes to denaturalize the idea that the sole purpose of archives like this is to serve as a repository of local memory, but also to encourage research in its collections to think about the city or other themes. When describing the strategies of the Community of Canoas in having the memories of the city preserved in the Historical Archive, I use an ethnographic narrative approach, with bibliographic research, consulting local newspapers, official documents, oral interviews, in addition to the source I consider essential, which is the photographic collection that lies in this institution. Thus, I verified that the arrangements for the constitution of this photographic collection aimed to project a legacy for future generations, through the search for recognition and the establishment of an image of oneself, based on heritage preservation. Therefore, this research aimed to deepen the study of the importance of the role of civil society in public policies aimed at the promotion and conservation of cultural assets, as well as encouraging research from archival collections in the area of history, human sciences and others.

Keywords: Archive. Photography. Canoas/RS. Dr. Sezefredo Azambuja Vieira Historical Archive.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Prova de Toga (2018)	17
Figura 2 – Irene Noemy Gonçalves	19
Figura 3- Rafael Pinto Bandeira.....	23
Figura 4 – Imagem do Google Maps do Arquivo Histórico ao Museu Municipal- Canoas/RS	29
Figura 5 – Reivindicações da Comissão Pró-Melhoramentos	38
Figura 6 – Modernizar Canoas (1944).	42
Figura 7 – Brasão de Canoas	48
Figura 8 – 14 de abril de Canoas.....	50
Figura 9 – Fotografar Canoas de agora	52
Figura 10 – Centro de Canoas (1960).....	57
Figura 11 – Faixa da Morte (BR 116).....	58
Figura 12 – Trânsito na BR 116 (1978)	58
Figura 13 – Canoas depois de 38 anos	59
Figura 14 – Estação será demolida.....	60
Figura 15 – Arquivo de fotos pelo O Timoneiro	61
Figura 16 - Banner do Cinquentenário.....	70
Figura 17 – Instalação do Arquivo Histórico (1989).....	71
Figura 18 – Abertura do Arquivo Histórico (1989)	71
Figura 19 – Convite para inauguração do Arquivo Histórico de Canoas (1989).....	72
Figura 20 – Convites dos Festejos do Cinquentenário (1989).....	72
Figura 21 - Raspadinha do Cinquentenário (1989)	73
Figura 22 – Cerimônia de Abertura do Cinquentenário (1989)	73
Figura 23 – Cerimônia de Encerramento do Cinquentenário (1990).....	75
Figura 24 – Ficha de Identificação de Documentos Fotográficos	89
Figura 25 - Série “Prédios Públicos”	90
Figura 26 – Planilha em Excel da Fototeca	92
Figura 27 – Verso de algumas fotografias.....	94
Figura 28 – Estúdios Fotográficos.....	94
Figura 29 – Folha de Canoas, foto frente e verso (1986).....	95
Figura 30 – Poder Executivo em Eventos, Obras e Reuniões.....	96
Figura 31 – Concursos de Beleza	96
Figura 32 – Série “Igreja”	98

Figura 33 – Série “Prédio Particular”	98
Figura 34 - Série “Base Área”	99
Figura 35 – Exposições Temáticas	100
Figura 36 – Registros fotográficos que remetem a Arquitetura	108
Figura 37 – Retratos fotográficos.....	109
Figura 38 - Registros fotográficos que remetem a Paisagem	111
Figura 39 – Reportagem sobre o acervo do Arquivo	113
Figura 40 – Exposições Itinerantes.....	114
Figura 41 – Exposição “Passado e o presente de Canoas”	114
Figura 42 – Exposição do Arquivo Histórico e Museu de Canoas.....	115
Figura 43- Exposição no Calçadão, Rua Tiradentes, Centro, Canoas.....	116
Figura 44 – Lançamentos de livros sobre Canoas	118
Figura 45 – Exposições “Evolução urbana”	119
Figura 46 – Exposição “A viação Férrea”	120
Figura 47 – Sala expositiva do Arquivo Histórico e Museu de Canoas	127
Figura 48 – Terceira sede do Arquivo	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Registros por Cor da Fototeca	97
Gráfico 2 – Registros por décadas da Fototeca	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação e organização da Fototeca	91
Quadro 2 – Registros por série da Fototeca	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 TRAJETÓRIA DE PESQUISA: DA MONOGRAFIA PARA O MESTRADO	22
2 EM DEFESA DA MEMÓRIA: O PROGRESSO MUDA A CIDADE E AS PESSOAS REQUEREM ARQUIVO HISTÓRICO E MUSEU MUNICIPAL	34
2.1 ARQUIVO HISTÓRICO DE CANOAS COMO LUGAR DE MEMÓRIA.....	62
2.2 ARQUIVAR O PASSADO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES: A CRIAÇÃO E A INSTALAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL E O CINQUENTENÁRIO EMANCIPATÓRIO.....	67
3 O PASSADO DO ARQUIVO: A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL PARA CONHECER A INSTITUIÇÃO.	76
3.1 RECOLHER TUDO QUE FOR POSSÍVEL ANTES QUE SE PERCA: A CONSTITUIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO ACERVO FOTOGRAFICO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE CANOAS.....	84
3.2 ARQUIVO HISTÓRICO E MUSEU MUNICIPAL: AS EXPOSIÇÕES FOTOGRAFICAS PELA CIDADE.....	113
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	146
ANEXO B – TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS.....	147

1 INTRODUÇÃO

Antes de adentrar ao tema da pesquisa desta dissertação - Arquivo Histórico de Canoas e o seu acervo fotográfico – devo avisá-los que este texto foge um pouco do convencional, pois está praticamente todo escrito em primeira pessoa e contém os relatos de pesquisa desta historiadora, desde a sua infância até a sua vida acadêmica. Os temas que pretendo dialogar e refletir estão relacionados ao meu objeto e fonte de pesquisa – fotografia – tendo como perspectiva uma análise que possibilitem compreender a trajetória que percorri até aqui.

De acordo com Karsburg (2015) a escolha de utilizar trajetória ou biografia na pesquisa histórica será determinado pela abordagem que o pesquisador fará, normalmente a biografia tende a abordar do nascimento até a morte – ou o inverso –, do sujeito pesquisado, enquanto que a trajetória não possui esta obrigatoriedade, pode centrar-se num período determinado, sem a necessidade de abordar toda a vida do sujeito.

Mas o meu sujeito/objeto pesquisado é um acervo fotográfico, localizado num arquivo público municipal: poderia fazer uma biografia ou trajetória destas imagens? Segundo os teóricos da imagem e da biografia, sim. Afinal, a fotografia é uma invenção humana, utilizada em diversas sociedades e com distintas finalidades. Até mesmo a imagem, tem o seu nascer e morrer. Podendo reviver ou cair no abismo do esquecimento.

Os estudos sobre a trajetória da imagem estão atraindo a atenção das historiadoras e dos historiadores, novas abordagens privilegiam um olhar que propicia pensar e problematizar a imagem a partir do contexto de sua produção, circulação, comercialização e ressignificação. Por exemplo, Ana Maria Mauad e Luciana da Costa de Oliveira refletem e pesquisam nesta perspectiva da “trajetória da imagem”; através dos estudos dessas duas historiadoras, percebemos a importância e relevância de não limitar a imagem, a ilustração dos trabalhos ou a relíquia histórica, mas como produto cultural da sociedade, sendo a imagem, constantemente, (re) construída e assumindo novos papéis, usos e abusos.

Nesse sentido, ciente das limitações e das dificuldades enfrentadas, no atual contexto pandêmico, condicionada as fontes que pude coletar antes do fechamento da instituição pesquisada, minha pesquisa abordará tanto sobre a trajetória do acervo fotográfico, como a minha trajetória de pesquisa sobre este acervo. O exercício de expor o relato da pesquisa pode ser considerado tanto um depoimento, como um testemunho, propiciando uma maior compreensão do trabalho (não) realizado, dividindo e compartilhando as dificuldades e as alegrias da pesquisa, desde o levantamento das fontes até sua finalização, inspirada nas reflexões que Karsburg (2015) fez sobre a escrita da história pelos pós-graduandos, da

necessidade dialogarmos com os leitores e revelarmos a trajetória da pesquisa na sua totalidade, as escolhas, as dificuldades, o êxito, as mudanças e a conclusão, mas que por medo ou pressão, nós pesquisadores não costumamos fazer.

O interesse de utilizar o viés da trajetória, também está condicionado a uma abordagem que percebe as relações e as tramas sociais como fatores determinantes para as construções sociais e imagéticas. Nesta pesquisa não terá apenas o meu relato, mas também o relato da equipe responsável pelo acervo fotográfico. Assim, conhecerão o processo de constituição, organização, classificação e utilização das fotografias através dos relatos da equipe originária.

A narrativa utilizada para guiar a leitura desta pesquisa também está inspirada em Carlo Ginzburg, historiador e grande escritor, como pontua Karsburg (2015, p. 46) “entende como poucos a arte de comunicar guiando-nos pelos labirintos dos arquivos e documentos, deixando-nos ansiosos para saber o que vai acontecer no final”. Assim, espero conseguir guia-los pelo arquivo que pesquisei, para que possam ter uma visão do que contém, dos usos e das possibilidades e quem sabe inspirar novas pesquisas. Além disso, poderão notar que a narrativa para descrever, dialogar e refletir sobre o acervo fotográfico e a instituição, assemelha-se aos diários de campo da antropologia e/ou da arqueologia.

O meu relato da pesquisa aborda minhas experiências e impressões sobre o acervo e a instituição, logo, serão compartilhadas, de forma bem realista e franca. Poderia ter omitido várias partes, apresentar somente o acervo e a análise proposta, de forma bem-sucedida, sem expor as dificuldades, as angústias e os medos. Mas assim, também perceberão que busquei apresentar uma etnografia do Arquivo Histórico de Canoas, baseada nas minhas impressões e no meu trabalho de campo (levantamento das fontes) na referida instituição.

Ao longo deste percurso de 2 anos, coletando ou analisando os dados do acervo, percebi que a pesquisa sobre arquivo e fotografia deveria ser abordada como uma construção social, necessitando conhecer seus criadores, seus modos de fazer e usar este acervo¹. Nesse sentido, a pesquisa buscou dar visibilidade a prática e aos usos do acervo, a partir dos relatos da equipe responsável. Portanto, desde já, aviso que não encontrarão uma análise densa sobre as fotografias. Havia o interesse de verificar todo o acervo fotográfico, selecionar uma parte dele e analisar, mas em decorrência de não ter conseguido realizar todo o levantamento e também pelos diversos problemas e questões pessoais que enfrentei nestes tempos pandêmicos, percebi que poderia deixar a análise das imagens para o futuro. Não foi uma escolha fácil, os planos foram adiados, a pesquisa precisava ser concluída, baseada no material disponível, não consegui

¹ A conceituação de arquivo e acervo será discutida a partir do subcapítulo 2.1 Arquivo Histórico de Canoas como lugar de memória.

verificar todo o acervo fotográfico, mas consegui muito material referente a instituição e a utilização do acervo, por este motivo, optei em focar a análise nesta perspectiva.

As imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras seu testemunho.
(BURKE, 2004, p. 18)

Se como historiadora me deparo com os silêncios e as ausências de informações sobre as fontes e o tema da minha dissertação, percebo que as informações e as imagens sobre a minha experiência pessoal e memorial envolvendo história, fotografia e arquivos, são mais fáceis de traduzir em palavras.

Desde os meus dezesseis anos trabalho com a organização, seleção e arquivamento de documentos, análise de processos, inclusão de informações em banco de dados, digitação de documentos variados, envio de correspondências e e-mails, atendimento interno e externo e, também, com imagens de propaganda e logotipos de empresas. Decidi ser professora na infância. Posteriormente, ao cursar o ensino médio, etapa da vida que precisamos escolher uma direção – profissão – decidi que cursaria licenciatura em História. Entretanto, não fiz vestibular, após concluir o ensino médio, lá em 2007.

Durante o meu ensino médio fui estagiária administrativa, tive diferentes experiências profissionais, no protocolo do Ministério da Saúde, numa agência dos Correios, no escritório de uma escola de educação infantil católica da ordem Franciscana e no comércio. Faltando um mês para conclusão do ensino médio, fui admitida numa empresa de confecção de uniformes, como secretária e trabalhei nesta empresa por seis anos, até ingressar na graduação, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (2013/02).

Antes de ingressar no ensino superior, cursei dois cursos técnicos, Secretariado (2008) e Contabilidade (2011), também participei de cursos, capacitação, palestras e eventos na área secretarial e administrativa. Durante a graduação, trabalhei numa Fundação Estadual, na função de secretária, mas de fato, era analista documental, estive em dois departamentos diferentes, em ambos os setores, havia um grande acúmulo de processos para analisar e a documentação, eventualmente apresentava erros de análise, ou o arquivo do setor, estava bagunçado e apresentava erros de arquivamento.

Aos vinte e nove anos, em março de 2017, deixei o emprego administrativo para poder concluir a graduação. Com isso, tinha tempo para realizar os dois estágios obrigatórios, as 200 horas complementares, participar de eventos acadêmicos, definir o tema e pesquisar sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e também me tornei bolsista do PIBID, numa escola técnica em São Leopoldo/RS. Uma rotina corrida de aulas, estágios obrigatórios e pesquisando sobre a

monografia, foi assim que tive a confirmação de que ser professora e pesquisadora era o que eu queria fazer profissionalmente.

Ao refletir sobre a minha trajetória acadêmica, estimulada pelas leituras realizadas nestes dois últimos anos, percebi a possibilidade de poder narrar a minha experiência prévia com a fotografia, antes, durante e depois de escolher ela como tema de mestrado, rememorando o meu passado e as minhas lembranças pessoais.

Pensar em fotografia é lembrar dos momentos familiares, olhando as fotos que pertencem a minha mãe e das nossas conversas. Na minha percepção, antes da graduação, uma fotografia representava o passado, era o registro de um momento e ficaria eternizado enquanto a foto existisse. Pois fotos ou objetos podem ser extraviados, roubados ou danificados.

Ao refletir sobre esses momentos familiares, da minha mãe relembro sua vida antes e depois de ser mãe e esposa, dos seus amigos, da família dela, da sua antiga casa que foi assaltada e de onde foram roubados objetos de valor sentimental e material ou quando a casa pegou fogo. Percebo o quanto visualizar fotografias despertam lembranças.

De um modo geral, fotos impressas ficam guardadas em caixas dentro de móveis, exceto as expostas em porta-retratos e não costumamos vê-las frequentemente. As fotos digitais ficam armazenadas em pastas no computador, tão frágeis como as fotos de papel. Fotos podem ser consideradas objetos nostálgicos, melancólicos e doloridos. Certos momentos, os reconheço e lembro por causa das fotos e considero a minha memória, fotográfica, pois guardo cenas, partes, fragmentos, como a lembrança da minha avó materna, que faleceu quando eu tinha nove anos. Embora não consiga lembrar direito dela, lembro da sua imagem por causa das fotos dos meus aniversários ou festas familiares, uma memorização a partir de fotografias.

Este exercício de rememorar o meu passado, tem a intenção de destacar que as motivações de pesquisar fotografias no mestrado, começaram da curiosidade infantil. Ao ver as fotos dos meus pais, fazia perguntas, queria saber o local, o nome das pessoas e o motivo do registro; inclusive, escrevia essas informações abaixo das fotos nos álbuns ou no verso das fotografias. Na época, minha mãe não gostou muito, mas permitiu a minha intromissão nos seus álbuns de fotos.

Com o ingresso no ensino superior e as leituras realizadas, percebo o meu amadurecimento, na minha percepção e entendimento sobre fotografia. Neste breve relato, trazendo um caso privado e específico, é possível verificar o significado, a simbologia, as lembranças evocadas e a fragilidade da fotografia, como os textos teóricos também abordam.

Desde criança tinha conhecimento que fotógrafos são contratados para registrar datas especiais, como aniversários, casamentos, batizados, apresentações escolares, viagens, algumas

etapas de vida de alguém, como o desenvolvimento dos filhos, fotos para documentos etc. Parece redundante e desnecessário falar sobre isso, mas faço essas colocações também pelo fato de ter uma tia, irmã da minha mãe, que foi fotógrafa profissional e a fotógrafa oficial da família durante muitos anos, antes do advento da fotografia digital. Lembro dela posicionando as pessoas, orientando o melhor local, a melhor luz, sempre criativa, organizando as festas onde sempre havia o espaço para fotos nas reuniões familiares. Certa vez, por volta dos meus doze anos, questionei minha tia sobre o significado daqueles números atrás das fotos e ela explicou que era o número do filme e o número da foto. Se fosse necessário fazer uma cópia, seria mais fácil localizar o negativo arquivado/guardado.

Comecei a fotografar aos 12 anos, com minha tia me orientando algumas vezes e meu pai comprando os filmes e depois levando-os para revelar; era emocionante esperar e ver se as fotos ficaram bonitas, tremidas, queimadas ou com a cor diferente. Para trazer aqui a real importância da fotografia em minha vida pessoal, trago outro exemplo: tanto eu, minha irmã, minhas primas e tantas outras crianças que minha tia fotografou, possuem uma foto semelhante, com cenário e com adereços iguais para todas, tiara e cesta com flores e um lindo vestido de festa. Passados vinte anos, utilizei esta foto para usar no álbum e no vídeo da colação de grau em História e notei que outras formandas também escolheram uma foto semelhante a esta. Assim, posso confirmar o quanto uma foto, ou qualquer outra imagem (pintura, gravura, xilogravura etc) pode ser reutilizada ao longo do tempo para distintas finalidades. O mesmo aconteceu com o acervo fotográfico que pesquisei, pois as fotos que hoje pertencem ao Arquivo Histórico municipal, anteriormente foram registradas para outros fins e ao longo dos anos, tanto pelo arquivo, como pelos usuários e assumem novas utilidades.

Figura 1 – Prova de Toga (2018)



Fonte: da autora

A foto acima é uma foto profissional, pois notamos a técnica e os efeitos nas plumas, no fundo e no canudo em destaque a frente. Essa foto foi feita por ocasião da prova de toga, um momento especial, muito aguardado pelos acadêmicos, cheio de emoções felizes e estressantes. No dia das fotos, notamos que a cor da toga estava errada, era azul e não lilás. Iniciamos pelas fotos de camiseta de manga curta, era junho, fazia muito frio, ventava muito. Havia formandos que nem queriam mais tirar as fotos, queriam ir embora. Enfim, depois de várias horas, conseguimos vestir a tão esperada toga, fizemos as fotos de estúdio, posadas e rígidas. A produtora não permitia que o formando segurasse o canudo no estúdio como nessa pose, houve discussão e mais confusão entre os formandos e a produtora. No final, a produtora realizou as fotos ao ar livre, conforme o desejo dos formandos.

A graduação consiste num período de muito aprendizado e superação das dificuldades, como foi a prova de toga. E posso afirmar que todo o processo educativo nos três níveis, fundamental, médio e superior, propicia momentos de tensão, desânimo, insegurança, mas também propicia bons momentos, de aprendizado, desenvolvimento e superação.

O que vemos é uma mulher sorrindo com traje de formatura segurando o diploma. Talvez uns dos aspectos que sempre surge quando se pesquisa fotografias é a dificuldade de conhecer a autoria, as motivações, as intenções e os usos das imagens. E a verdade? Outro tema caro para os historiadores, ao problematizar suas fontes e não ser seduzido por elas.

Ao longo do tempo, pude aprender que as imagens são muito mais que recordações do passado; podem ser consideradas evidências, representações, fragmentos, documentos e monumentos, fontes de pesquisa histórica. A partir do interesse em me especializar na área da fotografia através do ingresso no mestrado, imergi em um estudo para compreender mais sobre o que é uma imagem teoricamente, seus significados, os sentidos e os usos pelos diferentes campos do saber.

As leituras teóricas sobre imagens costumam ser instigantes. Ao ler, tenho hábito de refletir ou relacionar a minha vida pessoal, por isso que escolhi compartilhar essas memórias. Assim, poderei compartilhar como decidi ser professora de história. E com John Berg (1990) percebi o abismo existente entre visão e escrita:

Ver precede as palavras. A criança olha e reconhece, antes mesmo de poder falar. Mas existe ainda outro sentindo no qual ver precede as palavras: o ato de ver que estabelece nosso mundo circundante. Explicamos esse mundo com palavras, mas as palavras nunca poderão desfazer o fato de estarmos por ele circundados. A relação entre o que vemos e o que sabemos nunca fica estabelecida. (BERG, 1990, p. 9)

Na foto abaixo não estou de óculos e o uso desde os meus sete anos de idade. No ensino fundamental apresentei dificuldades de alfabetização e o momento de ler e escrever era o mais complicado, mas eu não sabia verbalizar, pediam para falar o que via, mas eu não sabia que não via. Lembro tanto da sala de aula e das tentativas da professora em fazer eu ler palavras em um papel pardo e eu só enxergava a cor marrom do papel. Assim, descobriram que eu precisava usar lentes de contato.

Figura 2 – Irene Noemy Gonçalves



Fonte: da autora

Por causa das dificuldades de alfabetização, fiz aula de reforço na residência de uma professora, com quem tenho contato até hoje. Irene Noemy Gonçalves, professora aposentada, com formação em Magistério e História, lecionou no ensino público, privado e religioso. Além de ter sido minha professora de reforço, também foi minha professora na Igreja Batista. Com ela tive as melhores aulas, lúdicas, divertidas, instigantes e cheias de imagens. As aulas na igreja eram interativas, com música, teatro, dança, muitas apresentações, diversas gincanas, acampamentos e intercâmbio com outras igrejas batistas do Brasil e de outros países - como eu gostava de jogar beisebol com os americanos. Durante muitos anos, um pastor britânico lecionou inglês para todos os interessados. E várias fotos desses momentos foram tiradas. A professora Irene, além de professora, também foi durante décadas a secretária da igreja, fotografava todas as atividades e apresentações, fazia cartazes com essas fotografias que eram expostos nos murais da igreja; costumava presentear as crianças com fotografias. Todas essas atividades na igreja despertaram em mim este desejo de ser professora. Não lembro a idade certa, mas desde pequena falava em ser professora.

A igreja faz parte das instituições não formais de ensino, pode exercer um papel relevante e importante na vida das pessoas, como foi na minha, mas também pode causar sérios embates envolvendo seus princípios religiosos.

Maria da Glória Gohn (2006, p. 28) afirma que “a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante o processo de socialização – família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados”. Assim, podemos problematizar que igrejas, arquivos e museus, também são ambientes de educação não-formal, pois, nesses espaços são apresentados uma narrativa elaborada e pensada com objetivo de comunicar e representar histórias, tradições, costumes, inclusive, podem produzir esquecimentos, silenciamentos e preconceitos. Os espaços não formais também são ideológicos e políticos, produzem discursos e narrativas, que se podem se perpetuar, mitificar ou transformar.

A educação formal é regulamentada por lei, sistemática, organizada por séries e conteúdos, com equipe especializada, enquanto a educação não-formal, não tem necessariamente essas exigências. Desde que me interessei pela temática de arquivos e museus, percebo que muitos dos profissionais que atuam nos arquivos ou museus municipais ou estaduais, não tem formação (graduação em Arquivologia ou Museologia) específica para atuar nesses espaços, como é o caso do Arquivo Histórico e Museu Municipal de Canoas, onde todos os funcionários que atuaram ou atuam nas duas instituições possuem formação em História, em outras licenciaturas ou outros cursos, mas não naqueles específicos para o trato dos arquivos e dos acervos. Os saberes transmitidos nestes ambientes são muitas vezes desvalorizados pelo poder público, esses espaços normalmente carecem de verba, estrutura, profissionais, local adequado, mas detém um grande papel na sociedade. Arquivos e museus são lembrados como locais sociais, que podem ter o objetivo disseminar e promover culturas diversas, possibilitando a construção de uma identidade coletiva, criar laços de pertencimento entre a comunidade, visando valorização da instituição como lugar de memória.

Minha irmã sempre comenta, orgulhosa, de ter sido a primeira cobaia de minha atuação como “professora”, pois o primeiro “estágio docente” que realizei foi com ela, brincando ou auxiliando com as suas tarefas escolares, vantagens de ser a irmã mais velha. Minha irmã, ao ser transferida do ensino público para o particular, na sétima série do ensino fundamental, percebeu as dificuldades para acompanhar a turma, ficou em recuperação e “rodou” em uma disciplina da área de Humanidades, mas havia a possibilidade de fazer um provão em janeiro, com todo o conteúdo do ano da matéria reprovada. Se conseguisse passar, não repetiria de ano e, assim, eu era a sua “professora”; ela conseguiu passar no temido provão e eu me senti orgulhosa em ser sua professora de reforço. Assim, podemos perceber o quanto pessoas com

ou sem formação são capazes de auxiliar no processo de aprendizado de outras, são recordações ou marcas que levamos conosco, nossas experiências, nossas vivências.

Ao pensar na minha trajetória acadêmica e no tema da minha dissertação (fotografias de um acervo municipal) para escrever esta introdução, relembrei dos momentos em família vendo as fotos que a minha mãe guarda e das conversas que surgem ao ver fotos antigas. Ao lembrar do acervo de fotos que pesquisei, penso no desprendimento e das intenções que levaram cidadãos canoenses a doarem fotos pessoais para uma instituição pública.

O acervo é constituído por um extenso número de fotos de cerimônias e eventos privados, como batizados, casamentos, formaturas, fotos de crianças, fotos escolares, churrascos, festas diversas, mas também é constituído por fotos do poder executivo, legislativo, de secretarias e jornais locais. Há também um extenso acervo produzido pelas servidoras e servidores que trabalharam na instituição. O acervo fotográfico é expressivo, são quase 7 mil fotografias catalogadas, fora os álbuns.

Em agosto de 2019, ingressei na pós-graduação, cursando Mestrado em História na mesma instituição que cursei a graduação, cheia de planos, de ideias, com uma rotina movimentada, corrida, pesquisava no Arquivo nos dias que não estava na aula.

O primeiro levantamento das fontes, realizei entre os meses de agosto a novembro de 2019, duas vezes por semana, no Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, localizado em Canoas/RS, conhecendo e pesquisando o acervo fotográfico da instituição. Além disso, consultei e fotografei toda a pasta com mais de 300 recortes de jornais com todas as exposições do Arquivo e Museu na Hemeroteca e consultei uma caixa de documentos nomeada Cinquentenário. A estrutura do arquivo é limitada, não tem scanner para digitalizar as fotografias, permitem o uso do celular, mas, devido ao reflexo da luz das lâmpadas e tipo de fotografia, a qualidade do registro pela câmera do meu celular era ruim e, para realizar esse levantamento, comprei um scanner portátil. Além disso, para compreender melhor o processo de constituição do acervo, a catalogação, o arquivo, a reprodução e os usos das imagens, realizei 5 entrevistas, com as gestoras responsáveis pelo arquivo e com um funcionário; essas cinco pessoas trabalharam no arquivo entre os anos de 1989 e 2014. Ter realizado essas entrevistas foi uma das atividades mais gratificantes, pois contribuiu para um maior entendimento do funcionamento da instituição e constituição do acervo. Também realizei pesquisa na Câmara Municipal de Canoas, no Prédio Francisco Pinto Bandeira, nas Atas, nos projetos de criação do Arquivo e Museu Municipal em 1985, 1989, 1990 e no material da Assessoria de Imprensa de Câmara. Ainda, pesquisei na Biblioteca Pública Municipal João Palma da Silva, nos jornais locais, consegui verificar da primeira edição até 1990, o jornal local O Timoneiro, buscando

informações de quando iniciaram as reivindicações culturais na cidade, o contexto e as discussões da época.

O segundo levantamento aconteceu nas férias, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, três vezes na semana, no Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, consultando e digitalizando parte do acervo fotográfico da instituição. Por causa da pandemia do coronavírus, a pesquisa foi suspensa, a instituição segue fechada desde março de 2020. Ao final do semestre (2020/01), em julho, transcrevi as entrevistas orais, um trabalho demorado e cansativo; cada entrevista durou 1 hora e a transcrição de cada uma, em torno de dois dias, mais a revisão, ouvindo novamente para certificar que estava correto. Ao final de 2020, comecei a selecionar o material, rever todo o material fotografado, terminar algumas leituras e começar a pensar, selecionar e organizar a escrita da dissertação.

1.1 TRAJETÓRIA DE PESQUISA: DA MONOGRAFIA PARA O MESTRADO

Num país onde também o passado é incerto e a memória pode ser suspensa, o arquivo é tudo: a palavra desaparece e os livros podem ser trocados, mas o arquivo resiste à manipulação da história, é feito de pedra, substitui a consciência, e algum dia chama você (ROSSI, 2010, p. 35).

O interesse de pesquisar sobre a história de Canoas² e o seu patrimônio cultural, surgiu a partir de uma conversa com uma colega da graduação sobre a sua monografia vinculada a temática patrimonial, em janeiro de 2017, no período de férias. Assim, percebi que eu não tinha conhecimento de que na cidade em que resido³ havia “Patrimônio Histórico Tombado”. Até aquele momento, eu não havia definido o tema da monografia e faltavam três semestres para a conclusão da graduação. Estimulada por uma conversa, pesquisei e verifiquei que em Canoas foram tombados oito imóveis pelo poder público municipal⁴ e que havia apenas uma dissertação de mestrado sobre o primeiro imóvel tombado⁵ e poucos artigos sobre alguns dos imóveis tombados.

Muitos colegas e historiadores discorrem desse “chamado” ao tema de pesquisa, dessa relação um tanto “mística” ou dos nossos interesses pessoais. Confesso que até essa conversa,

² Município do Rio Grande do Sul, situado na região metropolitana de Porto Alegre, faz divisa com as cidades de Esteio, Cachoeirinha, Nova Santa Rita e Porto Alegre.

³ Sou natural de Canoas, mas residi por 23 anos em Eldorado do Sul/RS, retornando aos 26 anos.

⁴ Villa Mimosa (Decreto nº 635 de 29/05/2009), Casa dos Rosa (Decreto nº 752 de 13/07/2009), Villa Nenê (Decreto nº 1.062 de 01/10/2009), Casa dos Wittrock (Decreto nº 293 de 09/04/2010), Antiga Estação de Trem (Decreto nº 311 de 14/04/2010), Prédio da Prefeitura (Decreto nº 491 de 16/06/2010), Igreja São Luiz Gonzaga (Decreto nº 519 de 23/06/2010) e Villa Joana (Decreto nº 275 de 01/10/2014).

⁵ MARTINS, Márcia Elizabeth. A invenção do patrimônio cultural Villa Mimosa, Canoas/RS: representações e pedagogias culturais. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2014.

nenhum tema em especial, tinha despertado o meu interesse. Claro que a infinidades de temas e o interesse em conhecer e aprender a cada semestre conteúdos novos, me motivavam enquanto futura professora e pesquisadora, mas não ao ponto de me cativar e transformar em uma monografia.

Além disso, é importante mencionar o meu lugar profissional, antes, durante e ao término da graduação. Como já comentei antes, sou técnica em secretariado e atuei nesta profissão durante 9 anos; antes de ser secretária, também estagiei na área administrativa por 3 anos. Ao longo desse tempo, fazia parte da minha rotina de trabalho o arquivo; arquivar, conservar, descartar, despachar e pesquisar documentos, bem como, buscar informações/processos/documentos arquivados no arquivo e disponibilizar dados e/ou documentação a quem requeria. Ter experiências profissionais em arquivos em diferentes instituições, públicas e privadas, bem como, ter a oportunidade de pesquisar e visitar instituições arquivísticas públicas ou privadas, permitiu refletir sobre o lugar do arquivo em nossa sociedade, em quais condições estão os acervos e quais são as posturas (não) adotadas para sua preservação, divulgação e acesso a pesquisa. Mas, antes da conversa com a minha colega, nem tinha cogitado essa possibilidade, ou seja, pesquisar sobre algo que fazia parte da minha rotina de trabalho, processos e arquivos.

Durante a graduação, não tinha essa consciência de que o meu trabalho era próximo ao tema da monografia. Na verdade, essa consciência tive mais recentemente, ao refletir e estudar numa disciplina do mestrado que abordava sobre a temática das “Narrativas Autobiográficas” e quando fomos desafiados a elaborar um memorial sobre nós e a nossa pesquisa, relacionando as leituras discutidas em aula. Desse modo, através de uma conversa, defini o tema da monografia que me levou ao arquivo ou foi o arquivo que me chamou para pesquisar sobre o Patrimônio Histórico Canoense? Algo em mim, também considera essa possibilidade de ter sido “chamada” pelo arquivo.

Figura 3- Rafael Pinto Bandeira



Fonte: CRUZ (1906)

Ao definir o tema da monografia, realizei a primeira visita ao Museu Municipal Hugo Simões Lagranha⁶, num domingo. O historiador que fez a visita guiada, iniciou relatando que a região onde hoje é o município de Canoas, anteriormente era a propriedade da família Pinto Bandeira⁷ e, no mesmo instante, lembrei das aulas da professora Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos⁸, na disciplina de História do Rio Grande do Sul e do “destemido” Rafael Pinto Bandeira⁹.

Nesta cidade em que hoje resido, Canoas, o pioneiro Francisco Pinto Bandeira¹⁰ se estabeleceu e seus descendentes viveram aqui. Seu bisneto Vicente Ferrer da Silva Freire¹¹, construiu chalés de veraneio e com suas irmãs Maria Josefa, Maria Sofia e Maria Luísa, começaram a fragmentação e venda de lotes da propriedade familiar, entre o final do século XIX e meados do XX. Além disso, o historiador do museu indicou a leitura da dissertação de mestrado de Daniele Viegas¹², os livros sobre a história de Canoas de João Palma da Silva e do jornalista e cineasta Antônio Jesus Pfiel.

Lembro das aulas de Patrimônio Cultural e o quanto foram importantes para a minha formação de pesquisadora e historiadora. Uma das primeiras indagações que a professora Eloísa nos fez foi: “na cidade em que reside, existe patrimônio histórico?”

⁶ Localizado na Casa dos Rosa, na Rua Victor Barreto nº 2186, Centro, Canoas/RS.

⁷ Sesmaria ocupada pelo coronel Francisco Pinto Bandeira, considerado o povoador pioneiro do município, nomeada de Fazenda do Gravataí, onde atualmente, situa-se o município de Canoas, sendo que a sede da referida fazenda originou o bairro Estância Velha. (SILVEIRA, 2007, p. 17-18)

⁸ Historiadora, professora e pesquisadora, referência nas temáticas de (i) migrações, cultura, memória, museu, monumentos, patrimônio cultural e outros, falecida em 13 de abril de 2021, em decorrência da infecção por coronavírus. Ela e mais de 600 mil brasileiros faleceram por falta de medidas preventivas eficazes, pela lentidão para disponibilizar um plano de vacinação que abrangesse toda a população, por causa de um governo negacionista, antivacina e genocida.

⁹ Filho de Francisco Pinto Bandeira e Clara Maria de Oliveira, nascido em 1738, na cidade de Rio Grande. Spalding (1969 e 1973) relatou que Rafael acompanhou seu pai nas lutas entre lusos e espanhóis, viajou e combateu por toda a parte, tornou-se famoso por suas guerrilhas e surpresas, sendo acusado de roubo por José Marcelino de Figueiredo, foi preso, enviado a Lisboa. Entretanto, a fama de Rafael era grande até mesmo em Portugal, segundo o historiador, o seu processo foi arquivado e retornou em 1780. De acordo com Silva (1978) Rafael foi o primeiro “brasileiro” a conquistar o posto de general de Exército, chefe das forças da fronteira e assumir o governo do Rio Grande do Sul em 1784. Spalding (1969) informou que em 1780 assumia o governo do Rio Grande do Sul, o brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara e na sua ausência quem ocupava o cargo o substituindo era Rafael. Além disso, Rafael também era enviado ao Rio de Janeiro, sempre que necessário, para ser ouvida sua opinião nos assuntos de alta importância. Em 1784, Rafael assumia a governança, ocupando o cargo por 11 anos, até o seu falecimento, em 1795. Rafael casou-se com Josefa Eulália de Azevedo, em 1792 nasceu sua única filha Rafaela Pinto Bandeira. (WONS, 2018, p. 13-15)

¹⁰ Filho de José Pinto Bandeira (natural do Valongo, bispado do Porto, Portugal) e de Catarina de Brito (filha de Francisco Brito Peixoto), seu pai foi um dos povoadores de Laguna (SC), nascido ali, em 1701.

¹¹ Filho de Rafaela Pinto Bandeira e do coronel baiano Vicente Ferrer da Silva Freire, seu pai e seu irmão Diogo, foram assassinados pelos farroupilhas em 1836, na Fazenda do Gravataí. A divisão e venda da propriedade familiar para terceiros aconteceu após o falecimento de sua mãe, em 1882. As primeiras terras vendidas foram próximas a Antiga Estação de Trem. (WONS, 2018, p. 15)

¹² VIEGAS, Danielle H. Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade: Um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

O que compõem o patrimônio cultural de um povo, nação ou sociedade é bastante diversificado. Os critérios de preservação se alteram ao longo do tempo. Em geral, preserva-se o belo, o grandioso, as construções da classe dominante, as igrejas, os prédios públicos etc.

Patrimônio não é só legado, é (também) uma fabricação do presente. O processo de elevação de um bem cultural à categoria de patrimônio cultural implica operações de escolha significação e atribuições de sentidos no presente. O patrimônio é fruto de seleções de determinados elementos para preservação. O patrimônio é uma construção política e está associado a determinados interesses políticos, sociais e econômicos. Patrimônio ainda está associado a esquecimentos, disputas e desigualdades. (SILVEIRA e RAMOS, 2016, p. 15)

A citação acima foi de um dos primeiros textos lidos e estudados naquela disciplina e era necessário a realização de 60 horas de prática em uma instituição cultural – museu, arquivo, biblioteca, memorial – que possibilitasse a experiência de contato com tais instituições. Pensava eu, que o tema para a monografia, era a parte mais desafiadora, por causa do leque imenso de possibilidades disponíveis pela história. Sequer imaginava o que me aguardava¹³, pois pensava que seria fácil, que poderia realizar as horas práticas ao “sabor do arquivo” pesquisando os processos de tombamento, no Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira¹⁴, tranquilamente.

No ano em que defini o meu tema de monografia, mudou o governo municipal, assumindo uma nova gestão. O funcionário concursado que trabalhava no Arquivo Histórico¹⁵ foi transferido para o museu municipal e depois de alguns meses, retornou a lecionar. Além, desse funcionário, no museu havia outro historiador concursado que também poderia retornar

¹³ Para realizar o estágio obrigatório no Arquivo Histórico de Canoas, foi necessário ter a carta da universidade e a abertura de um processo administrativo para realizar esta atividade vinculada a disciplina de Patrimônio Cultural. Ao conseguir a carta e permitirem o estágio, fui informada que não poderia realizar no arquivo, apenas no museu, pois o arquivo estava sem atendimento, por não ter funcionário.

¹⁴ Localizado no prédio da Secretária de Cultura, na Rua Ipiranga nº 105, Centro, Canoas/RS.

¹⁵ A equipe do arquivo, desde a inauguração, era formada majoritariamente por mulheres, inclusive o cargo de chefia. Nos primeiros dez anos da instituição, verifiquei que a equipe era constituída de 3 ou mais pessoas, sendo que apenas um homem fez parte da equipe e na década seguinte, apenas um estagiário. Ao me referir à equipe que trabalhou no arquivo, farei sempre no gênero feminino, apoiada nas reflexões de Clarissa Sommer Alves (2019). Nos últimos seis anos, a equipe que atua no arquivo é masculina, ao me referir aos funcionários do arquivo no tempo presente, farei no masculino. De acordo com Alves (2019, p. 14): “Palavras que em nossa língua pedem contração de gênero, e são empregadas no chamado “masculino genérico” quando pretende-se falar de mulheres e homens, pois em Português não há gênero neutro. Alguns linguístas defendem que o masculino é o gênero “não-marcado”, enquanto o feminino demarca a diferença: dizer “todos têm direitos iguais” incluiria homens e mulheres, enquanto dizer “todas têm direitos iguais” excluiria os homens.” Para Ana Cansado (2015), com quem também concordo, esta “liberdade gramatical” [do masculino] constitui um importante mecanismo de reforço de um modelo em que o homem se torna a medida do humano, a norma ou o padrão. [...]” Assim, concordando com as ideias de Alves (2019, p. 14), também assumo os riscos “de incorrer em desrespeito às normas gramaticais *historicamente construídas*”. A mesma opção farei ao referir-me às autoras “pelo primeiro nome, e não apenas pelo sobrenome, como é academicamente de costume. [...]”. Também recorrerei ao “uso de estratégias semânticas na busca por uma linguagem equitativa”, como utilizar termos genéricos (a direção, a equipe, as pessoas) conforme o “Manual para o uso não sexista da linguagem” (GOVERNO DO ESTADO DO RS, 2014). Não alterarei a flexão de gênero nos excertos trazidos a partir de citação direta, pois “[...] a percepção de que se está lendo algo errado, ou algo que exclui aos homens, torna-se muito presente. Mas se houver incômodo, tudo bem. Sinal de que a provocação política e epistêmica está sendo eficaz, não apenas em mim” (ALVES, 2019, p. 14).

à sala de aula, mas não foi. Assim, percebemos o quanto a construção, recriação e extinção de bens ou projetos patrimoniais e/ou culturais, envolve um “campo de disputa cuja base encontram diferentes visões, interesses e conflitos” (BORDIEU, 1989). Infelizmente, no Brasil, a administração pública privilegia o apagamento e a descontinuidade das ações das gestões anteriores, como aconteceu no Arquivo Histórico de Canoas.

A minha ansiedade em pesquisar no arquivo era grande e nem imaginava o “vespeiro” em que estava tentando ingressar. Pesquisar sobre patrimônio e tombamento¹⁶, independentemente do local, é um assunto polêmico, opera numa dimensão complexa e conturbada que envolve o patrimônio e o poder público. A compreensão disso, obtive através da experiência, de leituras realizadas, dos eventos acadêmicos e com os demais colegas que pesquisam a mesma temática patrimonial, que também relatam situações semelhantes ou complicadíssimas, envolvendo este campo que é permeado por disputas, conflitos, interesses sociais e políticos diversos.

Qual a intenção de não ter um funcionário disponível no arquivo e aos interessados? Será que não há o que fazer no arquivo? Quais atividades são realizadas num arquivo? Em 2017, não era prioridade ter pelo menos um funcionário no arquivo e a instituição “virou um depósito” de difícil acesso. Ao invés de realizar as 60 horas de prática de Patrimônio Cultural no arquivo, as fiz no museu, sendo que o único funcionário estava responsável por ambas as instituições; foi um grande desafio pesquisar os processos de tombamentos, conciliar as agendas e o volume documental extenso. Na verdade, eu tinha pouco tempo na sala de pesquisa do arquivo, fotografei um total de 1.353 páginas referente aos oitos processos de tombamentos e os analisava em casa.

A partir do contato com os processos de tombamento tive conhecimento que o movimento pela preservação dos imóveis que hoje estão tombados partiu da sociedade canoense, em meados dos anos 1980, pessoas preocupadas e atentas à necessidade de preservar o que ainda restava. Esse grupo de cidadãos, formado por professores, arquitetos, jornalistas, políticos e artistas também reivindicavam o direito de a cidade ter o seu próprio arquivo e museu, espaços culturais para as artes e a preservação das memórias da cidade.

¹⁶ O tombamento é um processo que visa a proteção e preservação de bens considerados representativos e de valor histórico e cultural. Os bens imóveis são tombados por ato administrativo, fica proibida a descaracterização, não tira o direito à propriedade, mas impede a sua destruição, podendo ser restaurado, preservando as características originais da época em que foi construído. O tombamento pode ser voluntário, compulsório ou de ofício. O tombamento de um bem pode ser feito em nível internacional, por intermédio da UNESCO, que reconhece os bens culturais como Patrimônio Cultural da Humanidade. Em nível Nacional, pela União através do Ministério da Cultura, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Pelo governo Estadual, através da Secretária da Cultura (SEDAC), por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAEE) e, pelos Municípios, através de legislação municipal (WONS, 2018).

Nesse período em que pesquisava os processos de tombamentos¹⁷, lendo e analisando o parecer histórico, o parecer arquitetônico e a justificativa de cada tombamento, verificava que a pessoa responsável por elaborar os processos anexou muitos recortes de jornais e cópias de fotografias. No processo de tombamento da Casa dos Rosa, dos vários recortes de jornais, duas reportagens sobre o “futuro arquivo” e o “arquivo criado” despertaram o meu interesse em aprofundar o estudo nas temáticas que envolvem arquivo, memória e fotografia. Várias são as reportagens anexadas que relatavam sobre a possibilidade do imóvel denominado Casa dos Rosa, formar um complexo cultural, juntamente com a Fundação Cultural de Canoas, sediando a biblioteca, o arquivo e o museu. Na reportagem da criação do Arquivo Histórico de Canoas, constava os depoimentos de dois vereadores, sendo que foram os questionamentos do vereador João Ávila, sobre quais acervos fariam parte do arquivo e quais os critérios que seriam adotados para guardar a memória da cidade que me estimularam a pensar sobre o acervo fotográfico da instituição. Quais fotografias constam neste acervo? Quais as representações? Fazem parte deste acervo os registros dos famintos, dos desassistidos ou dos pobres, como o vereador questionava? Ou será que consta apenas fotos da elite da cidade ou dos políticos?

Além da disciplina de Patrimônio Cultural, no penúltimo semestre da graduação, cursei a disciplina de Seminário de História do Rio Grande do Sul, ministrada também pela professora Eloísa; tendo como proposta de atividade o uso de diferentes fontes para pensar a cidade, a turma foi dividida em grupos, o grupo do qual fiz parte, ficou com a fotografia. E assim, elaboramos uma apresentação sobre Canoas, utilizando as fotografias dos processos de tombamento. Desse modo, interessei-me em pesquisar sobre o Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira e o seu acervo fotográfico, a partir da monografia de conclusão do curso em Licenciatura em História¹⁸, na qual pesquisei oito processos de tombamentos, realizados pelo poder municipal de Canoas, entre 2009 e 2014, resultando em oito imóveis tombados e transformados em Patrimônio Histórico municipal. A partir destes tombamentos foi instituído um Centro Histórico pelo poder municipal. Além disso, a apresentação para a disciplina citada acima, transformou-se em um anteprojeto de mestrado; ingressei no Programa de Pós-

¹⁷ Um imóvel poderá ser tombado, mediante a abertura de um processo administrativo, onde será avaliado tecnicamente o bem. A análise consiste em uma pesquisa sobre a sua relevância histórica, estética ou paisagística, envolvendo história, arquitetura e cultura, consagrada pela história oficial ou pela memória coletiva da comunidade. O parecer sobre a relevância histórica do imóvel deve vir acompanhado de justificativa. O proprietário será notificado e terá um prazo determinado para manifestar anuência ou impugnação sobre o interesse em seu imóvel ser tombado; caso não manifeste sua opinião dentro do prazo estipulado, será interpretado como anuência e o imóvel será tombado. Será publicado no Diário Oficial do Estado o decreto de tombamento. Após, cumpridos os prazos e análises de contestações ou não, será realizado o registro no livro Tombo (WONS, 2018).

¹⁸ WONS, Ketlin Quinhones Wons. *De estação de veraneio à patrimônio histórico: o processo de tombamento dos bens imóveis de Canoas/RS*. Monografia. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

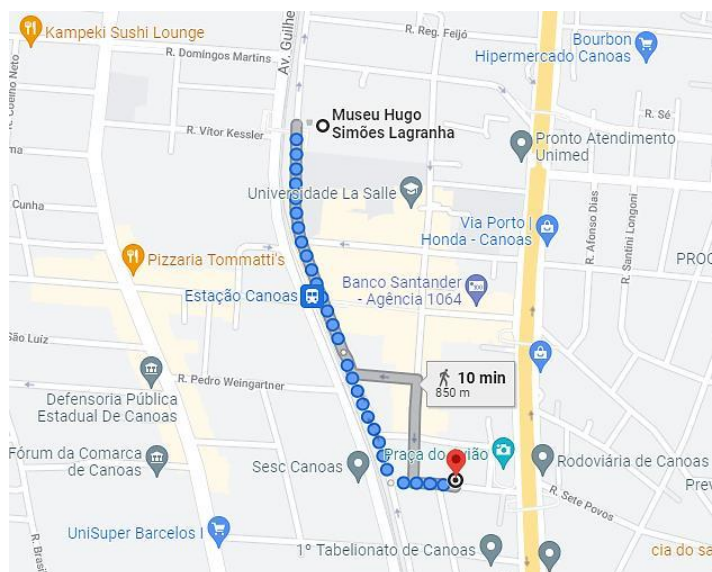
Graduação no segundo semestre de 2019 e me desafiei a analisar o acervo fotográfico do Arquivo Histórico Municipal de Canoas, criado em 1985, inaugurado em 1989 e nomeado como Dr. Sezefredo Azambuja Vieira em 1994.

Ao conversar com quem me atendia no Arquivo Histórico e durante as pesquisas para o levantamento das fontes, notei que o acervo era extenso e que as fotografias estavam armazenadas em cinco armários, em torno de sete mil registros. Durante esses atendimentos, ouvia menções sobre o acervo, mas os comentários eram sempre sobre os registros da área central da cidade, mas eu tinha o interesse em conhecer o todo. A minha proposta era considerada interessante e desafiadora, principalmente por causa do tempo. Quanto tempo levaria para consultar todo o acervo fotográfico? Inicialmente, eu não fazia ideia, mas a partir dos primeiros contatos com o acervo fotográfico e com os experimentos realizados, percebi que era possível verificar todo o acervo do arquivo em um curto tempo.

Notava que o fato da minha pesquisa no acervo fotográfico demandar um tempo maior, era visto como empecilho. Ao mesmo tempo, justificavam a impossibilidade, devido às limitações existentes. Percebia a preocupação com o acervo fotográfico, ao sugerir separar o material e deixar disponível com outra pessoa, o chefe do Arquivo Histórico (historiador), sempre negou essa possibilidade, para pesquisar qualquer acervo do arquivo, somente acompanhada de um dos dois historiadores que trabalhavam no museu municipal.

Apesar de todo esse cuidado, a sala onde está o acervo fotográfico e outros acervos documentais do Arquivo Histórico divide o espaço com o setor do almoxarifado, na tentativa de impedir que roubem o acervo, devido ao fato dos dois historiadores estarem no museu. Às vezes, quando chegava para pesquisar na sala do arquivo (com o almoxarifado), a mesa bamba que costumava utilizar estava cheia de produtos de limpeza e papel higiênico, sem contar o barulho das conversas, pois muitas pessoas entravam na sala para conversar. Devido a inexistência de sala destinada aos pesquisadores do arquivo, trabalhei em várias salas. Dentro do prédio da Secretária de Cultura e Turismo, onde está localizado o Arquivo Histórico, não havia uma sala destinada exclusivamente a pesquisa e em diversos momentos compartilhei o mesmo espaço com outros pesquisadores, estudantes universitários que buscavam fotos para ilustrar seus trabalhos e também moradores, consultores ou empresários que buscavam fotos da cidade para expor em seus negócios ou empreendimentos.

Figura 4 – Imagem do Google Maps do Arquivo Histórico ao Museu Municipal- Canoas/RS



Fonte: Canoas (2021)

As pesquisas no Arquivo Histórico são agendadas, como na maioria das instituições, sendo necessário o deslocamento de um funcionário do museu (somente os historiadores) para atender os pesquisadores, já que as duas instituições são em prédios e locais diferentes, a cerca de 850 metros de distância entre si (Figura 4). Durante estes 4 anos (2017-2020), o Arquivo Histórico e o Museu Municipal estavam vinculados a Secretária de Cultura e Turismo. Na minha percepção, notava que a gestão pública privilegiava o museu em detrimento ao arquivo histórico, talvez pela visibilidade que o museu representa.

Nesses 4 anos, o Arquivo Histórico estava restrito a pesquisa e eventualmente eram utilizadas algumas fotografias para exposições no museu. Além disso, notei que o arquivo não fazia parte da programação cultural municipal, nem participava da Semana dos Arquivos, não promovia eventos, oficinas, nem divulgava o seu acervo. O levantamento das fontes para esta dissertação poderia ter sido concluído, se houvesse a possibilidade de pesquisar mais vezes ou por um horário maior. O levantamento das fontes (consulta ao acervo fotográfico) para a dissertação, aconteceu entre agosto e novembro de 2019, em um total de 23 dias, 2 horas por dia, 2 vezes por semana; em janeiro e fevereiro de 2020, foram um total de 19 dias, média de 3 vezes por semana e em média 3 horas diárias, totalizando 103 horas de pesquisa. Nesses cinco meses, foram consultadas 5.755 fotos e digitalizadas 1.000 fotos. Infelizmente, a pandemia de coronavírus, impossibilitou a conclusão dessa consulta (dos 4 semestres de curso, 3 foram durante a pandemia). O Arquivo Histórico segue fechado para consulta presencial, apesar do museu, biblioteca, centros culturais e atividades culturais terem retornado e estão realizando

atividades presenciais com público limitado. No final de 2020, outras instituições de pesquisa, retornaram as atividades e os agendamentos; pensava que o mesmo aconteceria em Canoas, mas não. Canoas é a terceira cidade mais populosa do Rio Grande do Sul, com 348.208 mil habitantes e 114.946 mil empresas instaladas¹⁹, com destaque nas áreas de serviço, comércio e indústria, mas cambaleia em assuntos voltados ao acesso a pesquisa no arquivo histórico, por não cumprir a sua função plenamente. Percebo que a acumulação de funções por um único funcionário público prejudica o acesso; quem normalmente me atendia, tinha pelo menos três funções em setores diferentes, no museu, no arquivo e no patrimônio.

Sendo assim, o *objetivo geral* da minha pesquisa é analisar o acervo fotográfico do Arquivo Histórico, relacionando-o com as transformações urbanas e históricas da cidade, com ênfase aos modos como tais fotografias expressam as percepções daquelas mudanças e como podem compor uma memória da cidade.

Além disso, tenho como *objetivos específicos*:

- a) Analisar as estratégias, as intencionalidades, os interesses e as narrativas que legitimaram a criação do Arquivo Histórico;
- b) Descrever o processo de criação do Arquivo Histórico e a constituição de seu acervo fotográfico;
- c) Identificar e analisar as formas de organização e utilização do acervo fotográfico pelo Arquivo Histórico.

A importância desta pesquisa está na possibilidade de refletir sobre a utilização da fotografia como resultado de um processo social dinâmico, com múltiplas dimensões na produção de sentidos e valores construídos culturalmente. Consciente de que a fotografia deve ser explorada nas suas mais variadas potencialidades e juntamente com o apoio de outras fontes (documentais, jornalísticas, orais), almejo investigar, analisar e incentivar o uso da fotografia como fonte de pesquisa para pensar a sociedade, a cidade e as suas representações, bem como difundir a importância do arquivo como lugar de pesquisa, lugar de memória e lugar da história. O estudo da fotografia permite diferentes enfoques, além de expressar a diversidade social, exibindo a pluralidade humana (KNAUSS, 2006). Por tanto, a intenção central desta pesquisa, é refletir sobre a importância dos arquivos e a sua desnaturalização, para além do caráter de

¹⁹ Fonte: Canoas é considerada uma das cidades mais empreendedoras do Brasil. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/canoas-e-considerada-uma-das-cidades-mais-empreendedoras-do-brasil/> Acesso em 11/05/2021.

repositório da memória local (HEYMANN e NEDEL, 2018). Nesse sentido, esta pesquisa compreende que os acervos fotográficos são fontes que devem ser exploradas, pesquisadas e não servirem apenas como ilustração dos trabalhos históricos (BURKE, 2004). A fotografia é produto da ação humana, documento visual, informativo, narrativo, representativo e sua preservação em um arquivo não se dá de forma aleatória e nem é natural (KOSSOY, 2009, 2012). A constituição de acervos fotográficos em arquivos consiste em um processo dinâmico e carregado de intenções, seleções e simbologias.

Outro aspecto que vale a pena destacar com relação a relevância desta pesquisa sobre o acervo fotográfico do Arquivo Histórico, justifica-se tanto pela sua importância cultural na dinâmica da formação da cidade, bem como pela necessidade de divulgar a atuação da sociedade canoense em ter os seus lugares de memória preservados e poder contribuir com a discussão relativa aos impactos e as mudanças paisagísticas provocadas pela urbanização e industrialização, iniciados na década de 1980, pelos integrantes da Fundação Cultural de Canoas. As discussões sobre a transformação do ambiente decorrentes da urbanização e industrialização consistiu num processo que culminou na criação do Arquivo Histórico e no tombamento tardio de apenas 8 imóveis, dos 30 imóveis registrados no Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural de Canoas (1998).

O processo de constituição, institucionalização e patrimonialização do Arquivo Histórico, representado de forma fragmentada em documentos e jornais locais será apresentado de forma sistemática nesse estudo. Realizar essa pesquisa acadêmica contribuirá para pesquisas acadêmicas futuras e preencher lacunas na historiografia municipal, como a inexistência de pesquisas acadêmicas sobre o acervo fotográfico do Arquivo Histórico.

A elaboração deste estudo contribuirá ainda para a disseminação, ao público em geral, aos pesquisadores e interessados, a oportunidade de conhecer o acervo fotográfico e incentivar o uso como fonte para o debate de temas diversos. Compreendemos que essa pesquisa se desenvolve dentro de um espaço de memória que é restrito; por tanto, propõe dar visibilidade, debater e promover a instituição e seu acervo, demonstrando que um arquivo não é um mero depósito de documentos, mas um local com grande potencial para pesquisa histórica.

A cidade, obra humana, caracteristicamente social e simbólica, constitui um tema que deve ser estudado, através da fotografia e das narrativas, principalmente pelas relações sociais e culturais desenvolvidas pelos sujeitos e os modos como grupos se articulam e constroem narrativas e discursos que permanecem em instituições arquivísticas.

Nesse sentido, esta pesquisa se apoia no conceito de cultura visual para analisar o arquivo e o seu acervo fotográfico, por compreender que a fotografia está dentro do âmbito das práticas sociais e experiências históricas, seguindo Mitchelet (in Mauad 2016, p. 45):

Uma história feita com imagens fotográficas, em que se problematiza a fotografia tanto como fonte – suporte de informações e representações do passado – quanto objeto de estudo – as condições de produção, circulação, consumo, apropriação, recepção, arquivamento e agenciamento da fotografia. Concebida como artefato da cultura material e visual, esse material possui uma trajetória. A biografia de uma fotografia percorre situações provocadas por sua existência e ação no mundo social, constituindo-se, portanto, como sujeito, objeto e agente da história.

Ainda, esta pesquisa está apoiada nas reflexões de Meneses (2003, p. 28) em que “as imagens não têm sentido em si” e é a “interação social que produz sentidos”. Por isso, a importância de “retrair a biografia, a carreira, a trajetória das imagens” por ser a finalidade desta pesquisa.

Partindo de todas as propostas e abordagens de pesquisa vistas até aqui, a dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, introdutório, foi apresentada a temática, o percurso que desencadeou o “pesquisar” sobre o acervo fotográfico do Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, os objetivos, a justificativa e as metodologias empregadas para pesquisar e analisar o referido acervo.

No segundo capítulo, apresento a atuação da sociedade canoense em prol da preservação da memória da cidade requerendo a criação de instituições públicas culturais, sendo possível, através da análise das reportagens do jornal local O Timoneiro²⁰, onde verifiquei trajetória das primeiras reivindicações e movimentos em prol da cultura na cidade. Além disso, será problematizado a origem e as noções de arquivo, memória e fotografia, discutido os lugares de memória como prática social e o processo de criação e implantação da instituição. O Arquivo Histórico foi criado através de lei municipal em 1985, mas a sua efetiva inauguração, ocorreu passados quatro anos. Em 1989, a cidade de Canoas, celebrou e comemorou o seu Cinquentenário emancipatório e a inauguração do Arquivo Histórico aconteceu neste contexto. A partir disso, foi possível compreender o contexto da época, da cidade e como se desenvolveu e se consolidou o Arquivo Histórico, como um espaço que abriga documentos e testemunhos memoriais da cidade.

²⁰ Existente e atuante desde 1966, é um jornal semanário, tradicional, da cidade de Canoas/RS. A consulta foi realizada da primeira edição até o fim de 1990, na Biblioteca Pública Municipal João Palma da Silva, localizada na Rua Ipiranga nº 105, Centro, Canoas/RS.

No terceiro capítulo, trago uma reflexão sobre a utilização da história oral como fonte de pesquisa para conhecer a instituição e o acervo pesquisado. Na sequência, apresento o acervo fotográfico de forma mais detalhada, devido ser o tema e objeto dessa pesquisa. Assim, este capítulo terá como principal objetivo discutir e dialogar sobre o processo de constituição, organização, classificação, utilização e divulgação do acervo fotográfico, sendo possível através das fontes fotográficas, orais, jornalísticas, documentais e bibliográficas. Em relação aos usos do acervo fotográfico pelo Arquivo Histórico e Museu Municipal, serão apresentados através dos relatos das ex-funcionárias, onde verificou-se a atuação da equipe no desenvolvimento de projetos fotográficos e memoriais pela cidade. As entrevistas e consulta aos jornais, constataram que ao longo de vinte cinco anos, o Arquivo Histórico e Museu Municipal desenvolveram programas de Educação Patrimonial e realizaram diversas exposições fotográficas no museu e exposições itinerantes pela cidade, utilizando as fotografias em painéis, em pontos turísticos, nas ruas, praças, centros comerciais, escolas, universidades, empresas e em outros museus. Assim, através das entrevistas e das reportagens dos jornais, constatei que as exposições tinham como objetivo conscientizar a população da importância da doação e da preservação de documentos (escritos e fotográficos) e de objetos pelas instituições. Além disso, serão apresentadas as modificações ocorridas na instituição. Passados treze meses da sua instalação e funcionamento, o arquivo já contava com doações de muitos objetos e a instituição percebeu que o arquivo estava com acervos que não condiziam a sua finalidade. O museu municipal foi, então, criado em 1990 e foi integrado junto ao Arquivo Histórico, sendo que ambas as instituições estiveram vinculadas até 2006, quando foram desmembradas e foi criada mais uma instituição, o Arquivo Público Municipal.

2 EM DEFESA DA MEMÓRIA: O PROGRESSO MUDA A CIDADE E AS PESSOAS REQUEREM ARQUIVO HISTÓRICO E MUSEU MUNICIPAL

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada (NORA, 1993, p. 9).

Memória é um conceito amplamente estudado e recorrente nas pesquisas históricas e nas Ciências Humanas e Sociais e, a partir do seu estudo, podemos abordar sobre os processos sociais que desencadeiam os mitos, as ideologias, os conflitos e os interesses em perpetuar uma narrativa/história.

De acordo com Joël Candau (2019) a passagem do tempo ameaça os seres humanos em suas existências e a memória é um mecanismo ilusório que dá a sensação de que não seremos esquecidos, pois graças a lembrança, os seres humanos convivem melhor com a passagem do tempo. Paolo Rossi (2010) afirma que tanto na tradição filosófica, como no pensar comum, a noção de memória parece estar vinculada a reminiscência, entretanto, remete a tentativa de recuperar algo que aconteceu e que foi esquecido.

Segundo Aristóteles, a memória precede cronologicamente a reminiscência e pertence à mesma parte da alma que a imaginação: é uma coleção ou seleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal. A reevocação não é algo passivo, mas a recuperação de um acontecimento ou sensação anteriormente experimentada. Voltar a lembrar implica um esforço deliberado da mente; é uma espécie de escavação ou de busca voluntária entre os conteúdos da alma: quem rememora “fixa por ilação o que antes viu, ouviu ou experimentou e isso, em substância, é uma espécie de pesquisa; diz respeito somente a quem possui capacidade deliberativa, porque deliberar também é uma forma de ilação” (De memoria et reminiscencia, 453a). A memória é de homens e animais, a reminiscência só é humana (ROSSI, 2010, p. 15-16).

Somos seres pensantes, nos destacamos dos demais animais, por que além de sermos dotados de memória, possuímos a reminiscência, a capacidade e o interesse em buscar as lembranças do passado. Além disso, somos seres visuais, pois ver precede as palavras e, como afirmou Magnus Berg (1990), antes de conseguirmos nos comunicar oralmente, desde a infância, já reconhecemos o nosso mundo/entorno. O domínio da escrita e da leitura é outro modo que pode caracterizar a condição humana, mas ainda hoje, não atingiu a todos, desde o seu surgimento, é restrito e especializado. Muitas culturas identificam-se como letradas, mas

ainda hoje, existem muitas outras que se afirmam e se reconhecem a partir da cultura oral e visual. Como bem pontuou Paulo Knauss (2006), podemos utilizar a escrita, mas ela ainda não conseguiu alcançar todas as possibilidades da expressão humana, mas imageticamente, desde os primórdios, revelamos nossa existência a partir de registros visuais. Knauss (2006) ainda destaca que a imagem pode ser considerada como o mecanismo de maior impacto e alcance, que consegue expressar a diversidade e a pluralidade humana, com grande potencial comunicativo, ainda que a criação e produção dependam de especialização, a imagem atinge todas as camadas da sociedade, utilizadas inclusive para afirmação e legitimidade religiosa, monárquica e política há séculos.

De acordo com Maria Eliza Linhares Borges (2011, p. 25) tanto Platão, quanto Aristóteles, “concordam que a visão é o mais completo e o mais nobre de todos os sentidos”, pois, o ato de ver não é puramente natural, mecânico, técnico, é um processo racional, dependente da educação e da razão. Para Berger (1999, p. 10-11) o nosso olhar é afetado pelo o que sabemos e acreditamos, é um ato de escolha, sempre ocorre uma interação entre o que olhamos e nós mesmos, ou seja, existe uma reciprocidade, entre nós, aquilo que vemos e aquele que nos vê. Logo, também podemos perceber que somos parte do mundo visível. A cidade, seus prédios, ruas, avenidas, monumentos são construções realizadas pelo homem. A imagem, também faz parte do grupo de criações humanas.

Os imortais não batem fotos entre si. Deus é luz; somente o homem é o fotógrafo. Com efeito, somente aquele que passa, e sabe disso, quer permanecer. A maioria das fotos e filmes têm por objeto aquilo que se sabe estar ameaçado de desaparecer: fauna, flora, aldeias, velhos quarteirões, fundos submarinos. Com a ansiedade de quem beneficia de um *sursis*, cresce o furor da acumulação de documentos (DEBRAY, 1993, p. 28).

Nesse sentido, percebemos que a oposição ao desaparecimento originou a criação de objetos para não nos esquecermos. Berg (1999) também complementa que as imagens foram criadas para evocar a aparência de algo ausente. Além disso, uma imagem pode ser recriada e reproduzida, é datada no tempo e espaço, carregada de informações, marcas, escolhas daquele que fez. Logo, a imagem, segundo Régis Debray (1999) tem como função ser mediadora, representar, preencher, não apenas evocar. Assim, percebemos que as imagens integram um sistema carregado de significação e simbologia.

A humanidade sempre se interessou em criar suportes materiais para registrar aquilo que considera importante ou necessário, visando conservar informações e lembranças, tanto para fins de consulta e controle, como para celebrar, comemorar e sacralizar. O interesse ou

necessidade de grupos sociais em registrar os seus atos e feitos, vincula-se as intenções de se manter ou se preservar dentro de um sistema ordenado, simbólico e representativo de poder.

Debray (1993, p. 21-22) afirma que a humanidade sempre se interessou em “deixar à sua passagem figuras visíveis sobre superfícies duras, lisas e delimitadas” e que “arte nasce funerária”, pois os museus das civilizações pretéritas eram as sepulturas e atualmente os nossos museus servem, em parte, para a mesma finalidade, guardar e preservar aquilo que consideramos valioso.

As fotos são, é claro, artefatos. [...] São nuvens de fantasia e pílulas de informação. [...] Por meio das fotos, acompanhamos da maneira mais íntima e perturbadora o modo como as pessoas envelhecem. [...] A fotografia é o inventário da mortalidade. Basta, agora, um toque no dedo para dotar um momento de ironia póstuma. [...] Assim como o fascínio exercido pelas fotos é um lembrete da morte, é também um convite ao sentimentalismo. (SONTAG, 2004, p. 84-86)

Segundo Borges (2011, p. 37), foto vem do termo grego *phôs*, que significa luz e fotografia quer dizer “a arte de fixar a luz de objetos mediante a ação de certas substâncias”. A gênese fotográfica, deriva de inventores que desenvolveram diferentes técnicas para fixar a imagem e reproduzi-la através de uma câmera escura, tais como, a heliografia²¹, daguerreotipia²², talbótipo²³ e a photographie²⁴.

Roland Barthes (2018, p. 18) destaca que “a fotografia está na encruzilhada de dois processos absolutamente distintos: um, de ordem química, a ação da luz sobre certas substâncias; o outro, de ordem física, a formação da imagem através de um dispositivo óptico”.

Pensar em fotografia, intenciona a reflexão sobre as dimensões visuais e sociais, requer considerar que as fotografias além de representarem o passado, representam nós mesmos, representam aquele que fotografou, representam um instante, representam uma convenção social, política e ideológica.

Pensar em fotografia, tenciona analisar as relações de produção e consumo. A fotografia pode ser considerada um objeto de 3 práticas/emoções/intenções – fazer, experimentar e olhar

²¹ Processo químico para fixar, em uma câmera escura, a luz emanada de objetos, desenvolvido pelo francês Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) em 1826 (BORGES, 2011, p. 38).

²² Processo que utilizava uma fina camada de prata polida, aplicada sobre uma placa de cobre e sensibilizada em vapor de iodo, resulta uma única imagem de alta precisão, criado por Joseph Nicéphore Niépce e Louis Jacques Mande Daguerre (1787-1851). Niépce e Daguerre são reconhecidos como os inventores da fotografia, por causa da exposição, em 1839, promovida por François Arago, membro do Parlamento Francês, na Academia de Ciências e de Belas Artes da França, evento no qual divulgaram o invento (BORGES, 2011, p. 38-39).

²³ Técnica que produzia a imagem em papel albuminado, produzido por William Henry Fox Talbot (1800-1877) em 1835 (BORGES, 2011, p. 38).

²⁴ Em 1832, o francês radicado em São Paulo, Antonie Hercule Romuald Florence (1804-1879) desenvolveu a reprodução de imagens mediante processos químicos que ele próprio chamou de photographie, termo que só se tornaria usual após 1839 (BORGES, 2011, p. 38).

– como pontua Roland Barthes (2018, p. 17), sendo que são três participantes – Operator/Fotógrafo, Spectrum/Fotografado e o Spectator/Todos nós. Este instante capturado, fotografado e materializado faz parte de um duplo encontro, o evento em si e atribuição de valor a ele, como Susan Sontag discorre:

Uma foto não é apenas o resultado de um encontro entre um evento e um fotógrafo; tirar fotos é um evento em si mesmo, e dotado dos direitos mais categóricos – interferir, invadir ou ignorar, não importa o que estiver acontecendo. [...] A onipresença de câmeras sugere, de forma persuasiva, que o tempo consiste em eventos interessantes, eventos dignos de ser fotografados. [...] Após o fim do evento, a foto ainda existirá, conferindo ao evento uma espécie de imortalidade (e de importância) que de outro modo ele jamais desfrutaria. [...] o fotógrafo se põe atrás de sua câmera, criando um pequeno elemento de outro mundo: o mundo-imagem, que promete sobreviver a todos nós (SONTAG, 2004, p. 21).

Considerando que essa atribuição de sentido e valor na fotografia consiste numa convenção social, uma fabricação enquadrada, limitada e em perspectiva, Sontag afirma que a fotografia sempre buscou registrar os temas e eventos mais variados possíveis. A partir da fotografia podemos colecionar o mundo. A fotografia não se limita a experimentação, intervenção e participação; Sontag afirma que ela gere a sociedade, desde a sua industrialização, tornou-se parte do ambiente, controla e reforça uma visão nominalista da realidade social.

Segundo Charles Monteiro:

A fotografia faz parte da comunidade das imagens, mas também se distingue pela técnica de produção (mecânica), reprodutividade (produção de cópias) e ampla capacidade de circulação (imprensa, livro, outdoors etc.) e apropriação por diferentes grupos sociais. Ela realiza um corte na duração, o congelamento de um instante no tempo e um recorte no espaço através do enquadramento (MONTEIRO, 2016, p. 67).

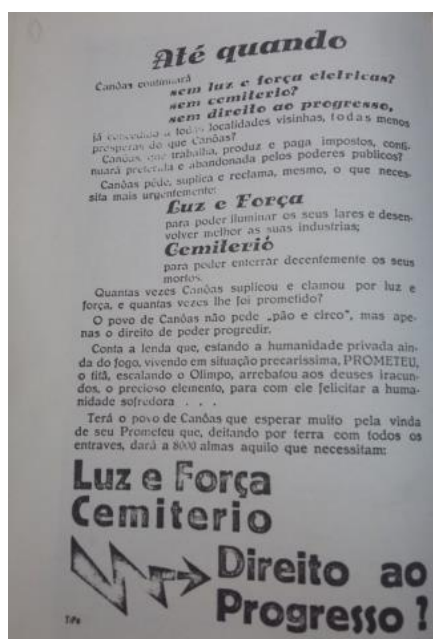
A realidade fotográfica é uma realidade imaginada e construída, como Meneses (2003, p. 28) afirma, “uma imagem não tem sentido em si” e como Sontag reintera (2004, p. 33), “nunca se compreende nada através de uma foto”. Afinal, a fotografia tem múltiplos significados. Concorro com Sontag, pois uma foto apenas não diz nada. Podemos ver e interpretar, podemos sentir, interagir ou não, uma foto pode desencadear reflexões e somente compreendermos uma fotografia através de um narrador. Segundo Debray (1993, p. 34) “a virtude da imagem está no olhar daquele que vê”, portanto, não depende dela e sim de nós darmos ou não significação e valor a ela.

Dessa forma, a partir da fotografia, o ser humano chega a representar o seu mundo, o seu espaço e o outro no qual se espelha, enfim, o que apreende, e a partir da memória social do ser humano, um mundo repleto de representações e de aspectos simbólicos serão os elementos que configuram sua estruturação enquanto ser social, determinadas condutas, e diversificadas crenças (NOBRE, GICO, 2011, p. 110).

Afinal, todos possuímos uma história, uma trajetória e pertencemos a um ou mais grupos, fazemos parte de uma família, cidade, país, somos envolvidos por narrativas familiares, locais, regionais, nacionais e estrangeiras, que nos orientam e influenciam, enquanto sujeito e cidadão. A partir das reflexões de Debray (1993) percebemos que o culto aos antepassados, sobrevive através da imagem, desde a criação das máscaras mortuárias, mortalhas, mumificações, relíquias, oratórios, santuários, afrescos, pinturas, esculturas, estatuas e fotografias. Nesse sentido, Debray ainda afirma que nunca deixamos de cultuar nossa imagem, nosso ego; através da imagem, os vivos aprendem com os mortos. Como também afirma Didi-Hubermann (2015) sobre o poder da imagem, ela nos sobreviverá, pois nós somos elementos de passagem, mas a imagem é o elemento do futuro e da duração. Para isso, Didi-Hubermann (2015) alerta para a necessidade de olhar para as imagens sob o ângulo da memória e de suas manipulações, pois raramente olhamos criticamente mas, são objetos muito bem organizados e cheios de vida e significação.

A cidade de Canoas está associada a distintas representações e em momentos particulares adquiriu rótulos vinculados a utilização do espaço físico, de estação de veraneio, com suas chácaras. Remodelada, transformou-se numa cidade-dormitório e industrial, reconhecida no âmbito educacional, dividida e recortada pela linha ferroviária, rodoviária e metroviária, mas também aspira uma imagem cultural e turística, inovadora e empreendedora.

Figura 5 – Reivindicações da Comissão Pró-Melhoramentos



Fonte: Pfiel (1992, p.212)

O processo que culminou na emancipação política de Canoas, começou em 1933, através da criação de uma Comissão intitulada Pró-Melhoramentos (Figura 5), constituída pelos moradores locais, comerciantes, ferroviários, médicos, militares, políticos, professores, tendo como ideais o “progresso” e a “modernização” da localidade. As suas reivindicações estavam pautadas em “conservar melhorando”, ou seja, desejavam modificar o ambiente rural e colonial, para transformar a vila numa cidade moderna e industrializada. Para isso, reivindicavam direito a energia elétrica, melhores estradas, policiamento, cemitério, praça. Sendo que panfletos eram distribuídos a população e comícios eram realizados, como o da figura 5. De acordo Pfiel (1992) passados seis anos, ocorreu a emancipação através do decreto nº 7839/1939, desvinculando-se de Gravataí e São Sebastião do Caí, anexando Santa Rita ao território canoense.

A imagem de uma cidade resulta de processos elaborados e construídos entre diferentes setores da sociedade, com o apoio, auxílio e investimentos da iniciativa privada e pública, através de regulamentação e ordenação nas três esferas públicas, município, estado e governo federal. A imagem que uma cidade quer manter, construir ou projetar, pode estar associada a projetos de instituições culturais, educativas e empresariais, sejam públicas ou privadas, capazes de exercer esse papel de promover e disseminar esta imagem.

Diante de uma imagem – por mais antiga que seja –, o presente nunca cessa de se reconfigurar. Diante de uma imagem – por mais recente e contemporânea que seja –, ao mesmo tempo o passado nunca cessa de se reconfigurar, visto que essa imagem só se torna pensável numa construção da memória (DIDI-HUBERMANN, 2015, p. 10).

Estar diante de uma imagem é estar em tempos diferentes. Há o tempo de elaboração, de produção, de utilização, de transformação e tantos outros tempos. De acordo com Knauss (2006), as imagens são os vestígios mais antigos da humanidade. Considerando que as imagens representam mais do que o passado, representam principalmente uma construção sobre o passado, como aponta Meneses (2012). Nisso, percebemos que os apontamentos de Didi-Hubermann (2015) sobre a necessidade de os historiadores refletir sobre as condições e os significados das imagens como fonte do passado são pertinentes, pois devemos reconhecer a dinâmica da memória e como essas imagens produzem memórias.

Nesse sentido, para compreendermos o passado de uma imagem devemos buscar “no próprio passado e, mais ainda, no mesmo passado que o passado do objeto” (DIDI-HUBERMANN, 2015). Para isso, Didi-Hubermann (2015, p. 19-20) sugere que para conhecermos o passado, devemos procurar em fontes do passado e interpretar este passado, através das categorias do passado, tentando não projetarmos nossas realidades sobre o passado, para não cometermos anacronismos. Assim, para compreendermos o acervo fotográfico

pesquisado, precisamos retornar ao seu passado, precisamos verificar as configurações que propiciaram a criação do Arquivo Histórico e a constituição do referido acervo.

Neste capítulo aponto o uso da fotografia associada a preservação da memória e da história da cidade, antes mesmo da criação de instituições culturais, como o arquivo pesquisado e o museu municipal. Assim, através da consulta a fontes jornalísticas, identificou-se que o uso da fotografia era utilizado e incentivado pelo poder público municipal, tanto para fins culturais, como para registrar a cidade. Além disso, o jornal pesquisado²⁵, além de informar os atos e os eventos culturais esporádicos da administração pública, expunha a insatisfação da cidade em ainda não ter arquivo ou museu. Analisar as origens desse movimento reivindicatório propiciou refletir sobre o processo histórico que culminou na constituição de um vasto acervo fotográfico, devido ao interesse da sociedade civil e política. A pesquisa também buscou em fontes oficiais, orais e fotográficas, acesso a informações sobre a criação do Arquivo Histórico e o seu acervo fotográfico, propiciando refletir e discorrer sobre a fotografia como mecanismo de perpetuação histórica, resultante de processo social dinâmico e emblemático. Diante disso, compreendemos que o uso da fotografia pode ser empregado para diversas finalidades e interesses.

Para compreender o passado do acervo fotográfico pesquisado, parti do pressuposto de que deveria verificar os seus antecedentes e, para isso, optei em verificar o jornal O Timoneiro, buscando informações acerca das atividades culturais, verificando a existência ou não de reportagens sobre a criação de instituições culturais e sua importância ou relevância para sociedade, a participação da sociedade reivindicando e requerendo instituições culturais e o contexto social da cidade.

A data de fundação do jornal consultado, bem como, os anos seguintes, coincide com o período onde país esteve sob regime ditatorial. Canoas foi considerada Área de Segurança Nacional, pelo ato derivado da Constituição de 1967, outorgada pelos militares, que

²⁵ Optei primeiro em verificar o jornal O Timoneiro, por dois motivos, pela data de fundação e por causa do seu redator-chefe Antônio Canabarro Tróis Filho (1926-2020) que além de jornalista, também foi escritor, vereador e cofundador da extinta Fundação Cultural de Canoas, da Associação Canoense de Comunicação Social e da Associação Canoense de Escritores. Tonito como era conhecido, colaborou em outros sete jornais locais – Correio de Canoas, Expressão, Gazeta de Notícias, O Gaúcho, Radar, Folha de Canoas e Diário de Canoas –, cofundador dos jornais O Momento e O Timoneiro, e, também foi redator e cronista no jornal Folha da Tarde em Porto Alegre. Havia o interesse em consultar o Diário de Canoas, fundado em 1992, de maior circulação e alcance; também havia o interesse em consultar alguns jornais que encerraram suas atividades, mas devido a pandemia do coronavírus, a Biblioteca Pública Municipal de Canoas, ficou fechada por 14 meses para consulta ao público externo, os jornais não são digitalizados, necessitando realizar as pesquisas presencialmente. No acervo do Arquivo Histórico de Canoas, constam algumas edições de alguns jornais mais antigos, mas também devido ao contexto sanitário, não foi possível verificar essas fontes jornalística. O interesse em pesquisar as edições completas dos jornais locais, era para não ficar limitada aos recortes selecionados e arquivados pelas funcionárias que construíram a hemeroteca do Arquivo Histórico de Canoas e para buscar informações abrangentes sobre o contexto pesquisado.

determinava um controle sobre as eleições em geral, incluindo as municipais, os prefeitos eram nomeados pelo governador do Estado. Além disso, a lei federal nº 5.449/1968, declarou “de interesse da segurança nacional” nos termos do artigo 16 da Constituição Federal, 25 municípios do Rio Grande do Sul, incluindo Canoas. Devido aos jornais serem censurados em todo o país, um dos meus interesses em pesquisar o jornal local era verificar a existência ou não reportagens sobre questões políticas, urbanas, sociais, prisões, torturas, críticas, corrupção, miséria, pobreza etc. De fato, encontrei muitas reportagens sobre questões urbanas e sociais, casos isolados de moradores que foram presos pelo regime ditatorial e dependendo da gestão municipal havia reportagens que tratavam dos problemas envolvendo saúde pública, educação, moradia, mobilidade urbana e vulnerabilidade social.

Ao consultar o referido jornal, notei que não havia muitas reportagens sobre os aspectos culturais, antes de 1985, data da criação do Arquivo Histórico. Percebi que as reportagens de teor cultural relatavam sobre os atos do governo municipal e traziam informações adicionais relacionadas ao assunto debatido.

Pesquisar sobre Canoas e o Arquivo Histórico da cidade, necessita discorrer sobre duas figuras de destaque da cidade, Sezefredo Azambuja Vieira²⁶ e Hugo Simões Lagranha²⁷. Ambos foram prefeitos e suas gestões foram marcadas e consagradas pela modernização e urbanização, mas também, estiveram envolvidos e interessados no desenvolvimento educacional e cultural, criando instituições e celebrações, promovendo e incentivando projetos e ações públicas ou privadas que visavam a preservação ou a pesquisa histórica sobre a cidade.

A biografia de Lagranha foi elaborada em vida e o ex-prefeito foi entrevistado pela professora Miriam Kinczel de Oliveira (2002), onde percebe-se que a vida privada e política foi narrada conjuntamente, típico deste gênero textual. Ao discorrer sobre sua família, infância e juventude, compartilhou que aos 19 anos, em 1937, em pleno Estado Novo, se reuniu com amigos num bar tradicional na Avenida Osvaldo Aranha, em Porto Alegre/RS, para participar de um comício. Comentou que foi preso e torturado, ficou numa cela com os comunistas e seu amigo Sezefredo, em outra cela junto aos integralistas. Além de afirmar que não era um comunista, com certa ironia, relatou sobre as agressões na prisão:

Nunca fui um comunista, queríamos apenas um regime democrático. Sofri bastante na prisão. Me bateram e aproveitaram-se que eu tinha, aliás, tenho, as orelhas grandes

²⁶Natural de São Francisco de Assis/RS, nasceu em 1916, faleceu em 1993, bacharel em Direito, exerceu a profissão de advogado e também de político nos cargos de deputado estadual, vereador e prefeito em Canoas.

²⁷Natural de Alegrete/RS, nasceu em 1917, faleceu em 2007, formado nos cursos de Guarda-livros (Contabilidade) e Administração de Empresas Públicas, exerceu a função de fiscal tributário, administrador em empresas privadas, político nos cargos de prefeito, vereador, deputado federal.

para deixa-las ainda maior de tanto que puxavam. Como viram que eu era peixe-pequeno, acabaram me soltando. Jurei nunca mais me meter em política (OLIVEIRA, 2002, p. 24).

De acordo com Oliveira (2002), antes de ser prefeito Lagranha foi fiscal tributário do Estado do Rio Grande do Sul, sendo designado para várias cidades. Sua primeira passagem por Canoas²⁸, como fiscal tributário, foi em 1944, onde narrou alguns casos peculiares. Segundo Lagranha, fazia parte do seu ofício ouvir “mentiras deslavadas”, descobrir a “sujeirada” e prender os infratores. Num desses casos, ao perguntar a fonte de renda a alguém, o sujeito, afirmou que não roubava e que tinha uma plantação de cebolas e verduras, na Estância Velha, bairro de Canoas. Desconfiado, Lagranha visitou o tal sítio:

Passamos por uma série de dificuldades por causa do caminho difícil. Mas chegamos ao destino. Tinha cinco pés de repolho, quatro de beterraba, uns trinta pés de cebola. O homem estava apavorado, pois não esperava que eu fosse pessoalmente. Prendemos a criatura na hora. É como eu sempre digo: olho grande é para criar remela (OLIVEIRA, 2002, p. 29).

Na década de 1940, as vias em Canoas eram rurais, não eram pavimentadas, sem asfalto, popularmente descrita como chão batido; nos dias de chuva, um lodo e barro terrível. Para se dirigir até Canoas, o transporte público era apenas em determinados horários, de manhã bem cedo e no final do dia. O deslocamento até o sítio no bairro Estância Velha, com certeza, foi um grande desafio para um jovem fiscal e só foi possível utilizando um carro com motorista, segundo o relato de Lagranha.

Figura 6 – Modernizar Canoas (1944).



Fonte: Fundação Cultural de Canoas (1998, p.90)

²⁸ Em 15 de janeiro de 1940, foi chamado para realizar uma consultoria numa empresa de móveis, quando trabalhava num escritório contábil privado, coincidindo com a data da posse do município, Lagranha foi convidado para assistir à posse do governo municipal, a solenidade realizada no Cinema Central, pois a recém emancipada cidade, não possuía prédios públicos. (OLIVEIRA, 2002, p. 45)

Apesar das vias da cidade não serem pavimentadas, o crescimento populacional era alto, junto a ele, muitos problemas urbanísticos. A especulação imobiliária sem regulamentação, a venda de terrenos em locais insalubres, as enchentes periódicas, obrigavam o poder público a olhar para essa população que vivia na periferia, distante da estação ferroviária, que era considerada área central da cidade. A partir da década de 1940, tem início o projeto de transformar Canoas em uma cidade industrial; mas para isso era necessário modernizar e sanear os problemas urbanos (Figura 6), projeto que levou décadas para ser alcançado.

De acordo com Monteiro (2007, p. 161) as introduções de novas técnicas agrícolas provocaram a expulsão dos trabalhadores para os centros urbanos, em 1950, as migrações em massa se deslocavam para as cidades industrializadas, em busca de emprego, oportunidade e educação. Monteiro destaca que neste período, um enorme processo de verticalização e modernização ocorreu nas capitais, transformando-as, de forma planejada e funcional. Entretanto, as massas de trabalhadores migrantes se estabeleceram nas periferias das grandes cidades. Em Canoas nas décadas de 1950 e 1970 ocorreu um grande crescimento populacional, saltando de 39,8 mil habitantes para 189,6 mil. Neste período, em 1961, o governador Leonel Brizola instituiu o projeto chamado II Cidade Industrial, escolhendo Canoas para receber os investimentos e instalar a Refinaria de Petróleo Alberto Pasqualini (WONS, 2018).

O surgimento de uma nova ordem urbano-industrial, consolidada nos séculos XIX e XX, caracterizou-se pela emergência de dois temas incorporados às transformações do período: os ideais de modernidade e de progresso. A modernidade, como uma aspiração social, surgiu a partir da manipulação cada vez maior do imaginário coletivo. Isto se efetivou, entre outros aspectos, pela emancipação da arte das diversas formas de expressão - como a arquitetura, a literatura, a fotografia - que passaram a ser concebidas segundo uma perspectiva mercadológica. Estabeleceu-se assim uma ideia de 'moderno' fundamentada na produção e no consumo de imagens pela sociedade. Por sua vez, o progresso foi um mito que esteve diretamente associado à modernidade, tanto assim que tais temáticas poderiam, inclusive, ser caracterizadas como complementares. [...] Assim, a modernidade, o progresso e, paradoxalmente, o passado e a natureza, foram imagens motivadoras do discurso de afirmação daquela burguesia com a legitimação dos demais setores sociais. Fundamentada nessas ideias-matrizes, produziram-se os sonhos sobre o destino coletivo, consubstanciados principalmente na cidade como centro do poder e das transformações (BELLO, 2002, p. 95-96).

De acordo com Helton Estivalet Bello (2002) as aspirações de modernidade e progresso modificaram a forma e o modo de viver nas cidades, transformando e substituindo o tradicional e o colonial pelo moderno, implantando modelos de cidades ideais, alterando sua imagem, adotando um panorama aberto, funcional, estruturado, inspirado em Paris, cidade considerada a referência e o padrão em termos de embelezamento, circulação e infraestrutura, influenciando os demais países ocidentais e americanos.

Oliveira (2002) relatou que Lagranha se aposentou do cargo de fiscal tributário em 1968 e que sua maior satisfação era descobrir as “mutretas” nas empresas que fiscalizava. Com isso, a atuação de Lagranha na cidade se intensificou, ao ser convidado para integrar a comissão que construiria o primeiro hospital. A Associação Beneficente de Canoas, fundada em 1948, teve como 1º Presidente, Lagranha. A equipe administrativa, fiscal e deliberativa era composta por mais de 50 pessoas, que buscavam angariar recursos, desde a doação do terreno, materiais, dinheiro, incentivos e auxílios na esfera municipal, estadual e federal, contrair empréstimos, promover festas; foram longos 12 anos até o Hospital Nossa Senhora das Graças ser inaugurado, em 1962.

Sezefredo Azambuja Vieira foi prefeito entre 1954-1959²⁹ e seu vice era Lagranha. Nesta gestão promoveram a 1ª Semana de Canoas, em 1958. Consta no convite da Programação dos Festejos, que entre os dias 19 de abril a 1º de maio de 1958, aconteceram inaugurações de praças, escolas, parques recreativos, posto policial e galeria fotográfica, doações de terrenos para futuras escolas, visitas às obras de construções de ginásios escolares, do Hospital Nossa Senhora das Graças, canalização do Arroio Araçá e visita a obra da ponte do Rio Gravataí, designação de ruas, missas e cultos, demonstração de aerodelismo, competições de ciclismo e motociclismo, mostra administrativa e industrial, festas em centros de tradições e visita do governador do estado. Foram 12 dias de festejos, mas destacarei os dias 19 e 21/04 e 01/05. No primeiro dia do evento, a primeira solenidade foi a entrega do título de Cidadão Canoense³⁰ a Max Huet. No dia 21 de abril, feriado, teve missa e culto, hasteamento da bandeira, banda militar, abertura das mostras, inauguração de escolas. Em praticamente todos os dias aconteceram inaugurações de escolas. No último dia do evento, feriado, 1º maio, o governador Ildo Meneghetti esteve na cidade, visitou a obra da ponte, recebeu homenagem na chácara dos Irmãos Lassalistas e no Centro de Tradições Rancho Crioulo; além disso, aconteceram mais inaugurações de escolas e inauguração da galeria fotográfica dos ex-prefeitos, no prédio da Prefeitura³¹.

No ano seguinte, o prefeito Sezefredo criou, através da lei nº 592/1959, a Biblioteca Pública Municipal, mas ela só veio a ser inaugurada em 1966, na gestão do prefeito Lagranha.

²⁹ Segundo prefeito eleito. Getúlio Vargas governou entre 1930-1945 e 1951-1954, o Congresso Nacional foi dissolvido e foram nomeados interventores em todos os estados. Canoas emancipou-se em 1939, mas posse aconteceu no dia 15 de janeiro de 1940. A primeira década, as gestões municipais, entre os anos 1940-1951, os prefeitos em Canoas foram todos nomeados, durante a ditadura de Vargas, conhecida como Estado Novo.

³⁰ Competência exclusiva da Câmara de Vereadores, mediante decreto legislativo aprovado pelo voto de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara. Fonte: Lei Orgânica do Município de Canoas/RS

³¹ Galeria fotográfica existente no hall de entrada da Prefeitura, localizada na Av. 15 de Janeiro nº 11, Centro, Canoas/RS. A primeira sede própria, da emancipação, em 1939 até 1953, a prefeitura esteve em prédios alugados, a construção levou três anos e foi concluída em 1953.

Convém salientar que Sezefredo figura como um político visionário, à frente do seu tempo, lembrado tanto pelas realizações, como pelos projetos culturais (não) realizados. Segundo Oliveira (2002, p. 46), “O Dr. Sezefredo foi um homem que, durante toda a sua vida, preocupou-se com os aspectos da urbanização e de humanização da cidade”. Sezefredo contribuiu doando em vida seu acervo privado, relacionado a gestão pública e postumamente se tornou o patrono do Arquivo Histórico.

De acordo com Júlia Jaeger (2020), em 1959 Lagranha concorreu ao cargo de prefeito, mas perdeu para José João de Medeiros (PTB). Mesmo assim, permaneceu no cenário político, atuou em nível estadual pela Assembleia Legislativa do Estado, assessorando a Comissão de Desenvolvimento Econômico e se tornou assessor particular de Ildo Meneghetti. Segundo Lameira (2012 apud JAEGER, 2020, p. 44) o governador Meneghetti “teve um papel crucial na construção e consolidação do golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul”.

Novamente, Lagranha concorreu a prefeito, sendo eleito em 1963 e o seu discurso de posse chama atenção, pois dava indícios e alertava sobre a conjuntura que estava prestes a eclodir no país. Torres (2012 apud JAEGER, 2020, p. 44) afirma que Lagranha “não escondia o seu lado no jogo político” e buscava “construir uma imagem de apartidarismo³², ou, dito de outra forma, de interessado apenas em cuidar da cidade e de sua população”. De fato, é nítido no seu discurso de posse, a sua posição naquela conjuntura:

[...]Conhecemos as duras trilhas, navegaremos aguas não mui tranquilas, enfrentaremos a fúria desencadeada pelo desajuste da conjuntura em que vivemos, fruto de acomodações, alheamento e, até mesmo, impatriotismo de interessados em transformar o que é nosso em ruínas. (...) Unidos, zelando pelo que é nosso, dentro de um estilo simples e modesto, mas autênticos e verdadeiros, venceremos. A inquietude da época propicia alardes mirabolantes, não tentaremos experiências, poderão trazer duras penas, o desvelo demonstrará, em última análise, amor pela pátria (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS, 2006).

Segundo Torres (2012 apud JAEGER, 2020, p. 45) o “impatriotismo de interessados” é direcionado ao “PTB, os trabalhistas e os nacional-reformistas”. Torres destaca que Lagranha os considerava perigosos e o seu discurso “expunha seus valores e crenças políticas. Representava uma concepção política em voga naquele contexto nacional. Ainda que localizado e restrito ao “torrão canoense”, era uma voz representativa dessa percepção na cidade”.

³² Lagranha trocou de partido várias vezes, segundo ele “Fidelidade partidária, infelizmente não existe mais. Hoje as pessoas se filiam a partidos conforme suas ideologias e conveniências”, segundo Oliveira (2002, p. 39) Lagranha seguia as orientações do partido, mas não permanecia se não concordasse com a ideologia ou por divergências entre os seus pares. Por isso, adquiriu a fama de encrenqueiro tanto pelos políticos como pelos cidadãos.

Lagranha assumiu como prefeito eleito em 1964 e nomeado em 1968, no lugar de Carlos Loureno Giacomazzi, que venceu a eleição e deveria ter sido o prefeito entre 1968-1971, mas foi cassado, pois era considerado de oposição. Assim, Lagranha ocupou o cargo de prefeito até 1971. Após, Lagranha ocupou o cargo de vereador dos anos 1973 até 1976 quando renunciou.

Durante esta gestão, Lagranha enfrentou sérios problemas: duas enchentes, em 1965 e 1967, que segundo Oliveira (2002, p. 52-53), “tivemos 24 mil flagelados, nosso orçamento foi arrasado. A cidade ficou em baixo d’água, o desespero se instaurou entre a população”. Sendo que a enchente de 1967 foi a de maior adversidade, pois os bairros Rio Branco, Fátima, Harmonia, Cerne e Mathias Velho viraram rios, de acordo com Oliveira (2002, p. 54-55), Lagranha comentou que o professor Rui Cirne Lime o orientou a como prevenir novos alagamentos, construindo os diques de escoamento; a verba veio do governo federal e o então presidente da república Castelo Branco visitou a cidade alagada, liberou recursos e autorizou a desapropriação das áreas apropriadas.

Canoas, entre os anos de 1968-1985, foi dirigida por dez prefeitos biônicos, todos nomeados pelo governador do Estado, com o consentimento do governo federal. Após a saída de Lagranha, foram outros nove prefeitos, com mandatos sem padrão de duração, que variavam de dois a cinco anos, outros anuais e outros somente de alguns meses (WONS, 2018). Ao transferir o cargo de prefeito para Daniel Cruz da Costa, Lagranha pronunciou um discurso curto e improvisado “Não tenho relatórios a fazer. Que V. S^a. seja o fiscal de nossos atos. Saio da Prefeitura com as mãos limpas e a consciência tranquila, como bom patriota e revolucionário” (OLIVEIRA, 2002, p. 59), pois se desentendeu com o também governador nomeado Euclides Triches. Em relação aos motivos de sua nomeação em 1968, Oliveira afirmou que Lagranha não quis se manifestar, pois:

os assuntos ligados à Segurança Nacional são de interesse interno e não podem ser divulgados. O que ele pode falar era que naquela época as nomeações eram decididas por vários motivos, um deles era a confiança para trabalhar em conjunto com o governo. A luta pelos mesmos ideais era o principal, e, por este motivo, Lagranha foi escolhido pelo então governador Peraci Barcelos, ambos tinham o mesmo ideal político. Já a falta de combinação de ideais com o novo governo foi fator determinante para que ele deixasse o cargo de prefeito de Canoas (OLIVEIRA, 2002, p. 59-60).

No período em que o Brasil esteve em regime ditatorial, nestes oito anos como prefeito, Lagranha esteve envolvido em grandes projetos urbanísticos, pavimentação e abertura de vias, construção de escolas, praças e posto de saúde, inauguração da biblioteca, ampliação do prédio da prefeitura, conclusão da construção da Refinaria Alberto Pasqualini e a construção dos diques de proteção contra as cheias na Vila Rio Branco, Matias Velho e Harmonia, visando

sanear, ordenar, normatizar a cidade e impor padrões estéticos, técnicos e sociais. Além disso, fez parte do seu projeto de desenvolvimento econômico atrair empresas e indústrias para a cidade (WONS, 2018). Como já dito antes, a trajetória cultural de Canoas também contou com a participação e colaboração do ex-prefeito Lagranha. Pesquisar sobre o passado da cidade e do arquivo, através das imagens possibilitou conhecer a longa trajetória para que as demandas culturais fossem atendidas.

A primeira configuração de um arquivo de fotografias e a alusão mais remota sobre a criação de um museu municipal, localizadas no jornal pesquisado, em Canoas, datam de 1970, correspondendo a gestão do prefeito Lagranha. Neste período, encontra-se na imprensa referência a uma ação da Diretoria de Educação e Cultura (DEC) municipal, coletando dados, documentos e peças históricas para o futuro museu e divulgando que na Semana de Canoas³³, aconteceria uma mostra baseada no material coletado e pesquisado. A reportagem informa que a DEC solicita a colaboração dos moradores. A imprensa operava em três frentes: informava sobre os atos e intenções do governo municipal, instruía seus leitores sobre o assunto - nesta reportagem trouxe os significados de museu ao longo dos séculos, de Templo das Musas aos edifícios consagrados ao estudo das Ciências, Belas Artes, Literatura – e opinava, destacando os mais importantes museus da atualidade. Segundo a reportagem, o Museu do Louvre era o mais famoso e no Brasil e América Latina, era o Museu de Arte de São Paulo (O TIMONEIRO, 1970).

Lagranha, além de estar envolvido com as questões urbanísticas, durante o seu mandato como prefeito, também esteve interessado e apoiava as iniciativas da Diretoria de Educação e Cultura. Na reportagem de 1970, comunicava que durante a Semana de Canoas, aconteceria uma exposição histórica com o apoio da comunidade. As iniciativas de registrar, documentar e preservar a história de uma cidade são processos elaborados e construídos, conjuntamente, entre a sociedade e o poder público.

No mês seguinte, o jornal informava sobre a programação da Semana de Canoas e que, entre os dias 21 e 27 de junho de 1970, aconteceria um concurso de fotografia e de redação baseada na obra de João Palma da Silva³⁴, além disso, estava previsto uma palestra sobre a

³³Criada através de lei nº 1249/1969, comemoração anual, de 21 a 27 de junho, com destaque para o dia 27 de junho, data da emancipação política de Canoas em 1939, sancionada na gestão do prefeito Hugo Simões Lagranha.

³⁴ Natural de Santa Maria, nascido em 1913, residiu em Canoas desde 1937, faleceu em 1978, escritor, poeta, jornalista, historiador, militar, Cidadão Honorário de Canoas, patrono da Biblioteca Pública Municipal de Canoas, foi membro do IHGRGS, Academia Rio-Grandense do Sul de Letras, Círculo de Pesquisas Literárias, Associação Rio-Grandense de Imprensa e da Estância da Poesia Crioula, publicou os livros Rancho Crioula, As Origens de Canoas (1964) e Pequena História de Canoas (1978).

história local, torneio esportivo, festival de conjuntos e programa de calouros locais, e por fim, uma exposição de documentos e objetos históricos do município (O TIMONEIRO, 1970).

É importante mencionar a contribuição de João Palma da Silva, autor das obras “As origens de Canoas” e “Pequena história de Canoas”, no primeiro convênio firmado entre o poder público e o autor, que ocorreu na gestão do prefeito Cel. José João de Medeiros. Através da lei nº 823/1963, sua primeira edição foi adquirida mil exemplares, sendo que quinhentos livros estavam destinados as escolas públicas da cidade e entidades culturais do Estado do Rio Grande do Sul.

No mesmo ano, além do convênio para a publicação do livro “As origens de Canoas”, aconteceu a instituição do brasão de Canoas, através da lei nº 824/1963, outra contribuição de João Palma da Silva. Segundo o autor, Canoas não tinha seu brasão “pela inexistência até a presente data de um estudo completo e meticoloso sobre as origens históricas” e, através do seu trabalho de pesquisa, “não só a origem do nome do município, mas também o passado histórico de sua formação, já agora tornou possível a criação de um símbolo próprio” e descreveu que contou com a colaboração dos professores Armando Wurth, Walter Spalding e Dr. Paulo Xavier, sendo o desenho executado por Ênio Szekir, por determinação do prefeito, conforme pode ser visto na Figura 7 (SILVA, 1964, p. 13).

Figura 7 – Brasão de Canoas



Fonte: Prefeitura Municipal de Canoas (2021)³⁵

Passados dois anos, no dia 25 de junho de 1965, também na gestão de Lagranha, aconteceu a oficialização do hino municipal, através da lei nº 986/1965, com letra de Wilson Dantur e música de Pedro Reinaldo Klein; a lei ainda informava que todas as escolas da cidade receberiam o hino impresso. Já a oficialização da bandeira municipal, idealizada por Eduardo Luís Proença, através da lei nº 1771/1977, aconteceu na gestão do prefeito Major Geraldo

³⁵ Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/hino-bandeira-brasao/> Acesso em 11 jul. 21.

Gilberto Ludwig. A criação de brasão, hino e bandeira constituem símbolos identitários que foram construídos desde o século XIX e XX, baseado na construção político-social, geográfica, econômica, um processo de expansão e unificação nacional, no qual intelectuais e artistas foram contratados.

Através das pesquisas de Silva (1964), sabemos que a origem do nome da cidade está vinculada ao trabalho indígena e escravizado: o Major Vicente Ferrer da Silva Feire solicitou que se fizessem canoas para transportar madeira e sua mobília pelo Rio dos Sinos, em 1873, quando Porto Alegre sofria uma grande enchente. Segundo Silva (1964) os entrevistados narraram que depois de inutilizadas as canoas foram jogadas no mato e que ficava à vista dos moradores locais. Em relação ao depoimento de Osório Ferreira da Silva, nascido na fazenda do major Vicente, Silva (1964, p. 76) informa que as informações fornecidas serviram “como pistas, nos levaram a descobrir nos arquivos os mais precisos testemunhos documentais”. Convém, mencionar que Silva, ao entrevistar antigos moradores sobre a origem do nome da cidade, inicialmente duvidou e acreditava ser uma lenda que a origem derivava disso. Após anos pesquisando, o historiador somente acreditou nos depoimentos, ao encontrar outros documentos comprobatórios. Silva (1964, p. 85) prestou homenagem simbólica aos construtores das canoas em seu livro e, se antes poucos sabiam da existência deles e da origem do nome da cidade, seu trabalho de pesquisa tornou-os “patrimônio de todos”.

Rejane Penna (1996, p. 34) afirmou que João Palma da Silva se preocupava em verificar as informações e os erros dos depoimentos dos antigos moradores e que o seu objetivo “não era investigar a memória e as representações do passado mas tentava reconstruir o passado da cidade o mais fiel possível, com grande rigor na apuração de nomes e datas, seguindo tendências cultivadas por historiadores do Rio Grande do Sul”.

Além da origem do nome da cidade, outra contribuição de Silva diz respeito ao marco temporal do povoamento urbano de Canoas, que remonta da data de inauguração da ferrovia, em 14 de abril de 1874 e, conforme pode ser visto na Figura 7 mais acima, está representada no brasão e também na bandeira da cidade. Assim, a ferrovia, representada visualmente através do prédio da Antiga Estação de Trem, tornou-se um símbolo da cidade e é um dos imóveis tombados e preservados. Desde a publicação de Silva, celebra-se o 14 de abril, através de publicações na imprensa, como mostra a Figura 8, e posteriormente através de exposições realizadas pelo Arquivo Histórico e Museu Municipal, como também fazem na Semana de Canoas.

Figura 8 – 14 de abril de Canoas



Fonte: O Timoneiro (1978)

De acordo com Baeza (2001, apud MONTEIRO, 2016, p. 68) a utilização de imagens pela imprensa é diversificada (fotos de receita, decoração, moda etc), sendo necessário a definição do que se compreende por “fotografia de imprensa” e para isso, deve-se descartar as:

fotografias publicitárias e todas as demais que apenas “alugam” espaço nas páginas de um periódico, mas que não fazem parte de seu conteúdo editorial. Assim, propõe centrar a análise nas fotografias que a **imprensa planifica, produz ou compra** e que publica como conteúdo próprio. A este conjunto de imagens pode-se atribuir o termo de “**fotografia de imprensa**”. Esta por sua vez seria constituída por dois grupos principais de imagens: **o fotojornalismo e a fotoilustração**. O autor compreende que a imagem fotojornalística é aquela produzida ou adquirida pela imprensa com conteúdos editoriais próprios, que estaria relacionada com valores de informação, atualidade e notícia de acontecimentos de relevância social, política, econômica, e que pode ser associada às classificações habituais da imprensa em suas diversas seções. [...] Também se diferencia da fotoilustração, que seria uma imagem composta de uma fotografia, de fotografias combinadas (colagem ou montagem, digital ou convencional) ou de fotografia associada a outros elementos gráficos que cumpre a função de ilustração de um texto. A fotoilustração é uma imagem vinculada e dependente de um texto, com forte vocação didática, ligada ao jornalismo de serviços: culinária, lazer, moda, esporte etc.” (MONTEIRO, 2016, p. 68-69) [grifos da autora].

Nesse sentido, tanto a imprensa, como o poder público, instituições memoriais ou a sociedade elaboram estratégias para divulgação e promoção histórica, pois:

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram a sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação” que funda a memória e a identidade (GONÇALVES, 2007, p. 155).

Eva Palma da Silva, ao ser entrevistada para o Projeto “Canoas para lembrar quem somos”³⁶, referente ao bairro Centro, compartilhou que o seu esposo, João Palma da Silva, decidiu pesquisar e divulgar a história da cidade de Canoas, por ter sido tão bem acolhido, por ser feliz onde residia e por ter sido incentivado pelo Brigadeiro Miguel Lampert e pelo Dr. Sezefredo Azambuja Vieira. De acordo com Penna (1996, p. 34), Eva comentou que o prefeito Sezefredo foi surpreendido com o desejo de João Palma da Silva de pesquisar e escrever a história de Canoas e deu como resposta “Lá Canoas tem história?”, mas sorriu e aprovou a ideia.

O depoimento da esposa do escritor tencionou-me a refletir sobre o momento político pretérito, pois para Palma realizar sua pesquisa histórica, buscar informações em arquivos e bibliotecas públicas, entrevistar antigos moradores na cidade e publicar o seu livro, necessitou do consentimento dos políticos locais. Quão importante foi o autor ter anexado a cópia do ofício municipal, onde foi requerido o pedido de apreciação e aprovação de seu livro pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, possibilitando atualmente refletirmos sobre a censura as obras históricas e literárias.

No transcorrer de sua obra, Silva (1964, p. 62-63) afirmou que escrever a história de Canoas demandou um intenso trabalho de pesquisa em arquivos e até a publicação de “As origens de Canoas”, os administradores e legisladores municipais desconheciam a origem dos nomes das ruas relacionadas a formação inicial da cidade e tão pouco sabiam que foram os descendentes de Francisco Pinto Bandeira que abriram e nomearam as primeiras ruas e iniciaram o povoamento urbano. Silva apontou que por desconhecimento, mudaram os nomes de algumas ruas, cometendo injustiças como a “Coronel Vicente que teve seu nome substituído pelo de Tiradentes”. Silva defendeu a importância da sua pesquisa, ao atualizar e recuperar os fatos e apontou que com o “desaparecimento dos mais velhos canoenses, perdem-se, com suas preciosas informações, o ponto de partida para as pesquisas de arquivo”. Na percepção de Silva se a própria história se mostra indecisa e confusa, não poderia censurar os representantes municipais por alterar os nomes das ruas desconhecidas.

Silva (1964, p. 86) afirmou que “nenhuma obra existia que abrangesse a origem e a formação de Canoas. [...] Foi a noção da utilidade que o nosso esforço viria alcançar,

³⁶ Através de um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Canoas e a Universidade La Salle, com a colaboração do Arquivo Histórico de Canoas, desde 1994, tem como objetivo verificar como o cidadão canoense se identifica com os diversos processos políticos, sociais, econômicos da cidade, bem como valorizar e divulgar a trajetória da cidade, pesquisar sobre o legado cultural, o desenvolvimento da localidade, possibilitando inclusive o registro daqueles que frequentemente não são citados na história oficial, os pobres, os trabalhadores, as mulheres, bem como as suas lutas, dificuldades e superações. O projeto lançou 13 volumes, cada edição resulta da pesquisa em um dos bairros da cidade. (WONS, 2018)

considerando o atual e inusitado surto de progresso de Canoas – terra que escolhemos para viver – que nos deu ânimo para tão árduo empreendimento” e como dito anteriormente, o autor contava com o apoio e auxílio de três professores em suas pesquisas. De fato, uma pesquisa histórica demanda um enorme esforço e dedicação, método, crítica, muitas reflexões e análises. Após a conclusão de seu trabalho, antes de ser publicado, o prefeito José João de Medeiros solicitou um parecer do livro para três membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; esse documento foi publicado na edição de 1980 do livro.

Ao longo dos anos, o livro de João Palma da Silva foi reeditado, enviado as escolas da cidade e realizado a partir dele atividades de pesquisa, como a redação escolar baseada em sua obra, que era uma das atividades da Semana de Canoas, na década de 1970 e que, ainda hoje, inspira atividades semelhantes. Durante as minhas pesquisas na Biblioteca Pública de Canoas, presenciei alunas e alunos de escolas públicas e privadas pesquisando sobre a história da cidade, buscando informações através da consulta as obras de Silva, Antônio Jesus Pfiel, nas séries de livros sobre os bairros (Canoas para lembrar quem somos) e nas séries de livros História de Nossos Prefeitos (Fundação Cultural de Canoas).

Nesse sentido, nota-se que outro prefeito que se interessava pelos aspectos culturais, na preservação da Antiga Estação de Trem, na criação de um museu municipal e em fotografar a cidade, foi o Major Geraldo Gilberto Ludwig. Em uma reportagem no jornal O Timoneiro, de 1974 (Figura 9), há a indicação do interesse do poder executivo em registrar a cidade como ela era naquele momento. Segundo a reportagem, toda a cidade seria fotografada e serviria ao futuro (O TIMONEIRO, 1974).

Figura 9 – Fotografar Canoas de agora



Fonte: O TIMONEIRO (1974)

Nesse sentido, percebemos aí também o papel político da fotografia. De acordo com Mauad (2018):

A fotografia torna-se pública para cumprir uma função política que garante a transmissão de uma mensagem para dar visibilidade às estratégias de poder, ou, ainda,

das disputas de poder. A fotografia pública é produzida por diferentes agentes sociais, que desempenham um papel na elaboração de uma imaginação pública, sendo, portanto, o suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos (MAUAD, 2018, p. 124).

Isso vai de encontro ao que coloca Sontag:

Fotos podem ser mais memoráveis do que imagens em movimento porque são uma nítida fatia do tempo, e não um fluxo. A televisão é um fluxo de imagens pouco selecionadas, em que cada imagem cancela a precedente. Cada foto é um momento privilegiado, convertido em um objeto diminuto que as pessoas podem guardar e olhar outras vezes (SONTAG, 2003, p. 28).

A fotografia evoca sentimentos e emoções. No nosso cotidiano, por sermos expostos por tantas imagens, podemos ter a falsa impressão de que tudo é fotografado e que a fotografia representa a realidade ou o passado. Pensar nas ilusões fotográficas são questões epistemológicas pertinentes e relevantes na discussão histórica sobre e com fotografia. Nesse sentido, a fotografia deve ser vista como uma fonte histórica, analisada como suporte de práticas sociais e superar a visão ingênua de prova do passado. Mauad (2016) reforça que nenhuma fonte fala por si mesma, é necessário questionar sua natureza, sua associação a uma função social e sua trajetória pelos tempos sociais.

Antes da foto, é necessário a existência de um acontecimento, como pontua Sontag (2004) e a foto, segundo Kossoy (2012), é o que resta do acontecimento, é um produto da ação do homem, o fotografo que escolheu e optou por um tema e o registrou. Evidentemente que o processo que desencadeou ou deu origem a uma foto, faz parte de um momento histórico específico, dentro de um contexto social abrangente. Assim, uma foto pode trazer indicadores deste acontecimento, nunca exatamente o que aconteceu.

Não há como registrar e preservar visualmente tudo, mas sim a partir de um filtro, de escolhas pensadas, imaginadas e construídas socialmente. Desde o advento da fotografia, a cidade é um dos alvos e sempre se buscou registrar a urbe. Tendo em vista que o ambiente foi alvo de intensas modificações e transformações, ao longo de vários tempos, a fotografia serviu de instrumento regulador e preservacionista das cidades. A fotografia propiciou eternizar eventos, pessoas, lugares, fragmentos da realidade vivida, sentida e requerida. Por meio das fotos, pessoas, famílias e grupos sociais constroem-se, faz parte do ritual da vida moderna, celebrar as conquistas, os feitos e os acontecimentos, documentando visualmente tanto momentos seletos e como situações ameaçadoras. Afinal, nada escapa das lentes de uma câmera, pois podemos registrar temas banais, pitorescos ou perigosos. Na realidade, faz parte

da nossa rotina fotografar, tanto pela facilidade, praticidade e estímulos, como por um passatempo amplamente difundido e praticado por muitas pessoas.

Devemos ponderar que o ato fotográfico, inicialmente, esteve restrito a um círculo social limitado, a profissionais que detinham condições financeiras para produzir e comercializar. A produção da imagem fotográfica era um processo muito demorado e caro, mas em poucas décadas, com o desenvolvimento da tecnologia, surgiram câmeras portáteis de fácil domínio, impressão e reprodução.

A popularização da fotografia ocorreu com as câmeras Kodak³⁷, em 1888, revolucionando o ato fotográfico, ao permitir que a qualquer pessoa registrasse suas recordações com apenas um “click”. A fotografia inseriu-se na vida cotidiana, permitiu guardar a memória do tempo e da evolução cronológica dos lugares e das pessoas, está entre as manifestações mais significativas da memória coletiva, segundo Le Goff (1990), a fotografia exprime a recordação social daquilo que deve ser conservado.

- Por que as pessoas guardam fotos?
- Por quê? Só Deus sabe! Afinal, por que as pessoas guardam coisas, tralha, lixo, montes de quinquilharias? Guardam, e é só o que interessa!
- Até certo ponto concordo com você. Algumas pessoas guardam coisas. Outras jogam tudo fora quando estão fartas dessas coisas. Sim, é uma questão de temperamento. Mas agora me refiro especialmente a fotos. Por que as pessoas guardam, especialmente, fotos?
- Como eu disse, porque não jogam as coisas fora. Ou porque elas lhes fazem lembrar...
- Poirot tomou para si as palavras dele.
- Exatamente. Elas lhes fazem lembrar. Agora, de novo, pergunto: por quê? Por que uma mulher guarda uma foto de si mesma quando jovem? Digo que a primeira razão é, essencialmente, a vaidade. Foi uma bela moça. Isso a anima quando o espelho lhe diz coisas pouco palatáveis. Talvez ela diga a uma amiga: “Esta era eu aos dezoito anos...”. E dê um suspiro... Concorda?
- Sim, sim, creio que é verdadeiro.
- Portanto este é o motivo número um. Vaidade. Agora, o motivo número dois. O sentimento.
- Não é a mesma coisa?
- Não, não, é bem diferente. Pois leva a pessoa conservar não só a própria foto mas a de outro... Uma foto da filha casada, quando era criança, sentada num tapete em frente à lareira, envolta em tule... Muito constrangedor, às vezes, para a pessoa fotografada, mas as mães adoram... E os filhos e as filhas muitas vezes guardam fotos da mãe, em especial, digamos, se a mãe morreu jovem. “Esta era minha mãe, quando moça”.
- Começo a perceber aonde você quer chegar, Poirot.
- E, provavelmente, existe uma terceira categoria. Não a vaidade, não o sentimento, não o amor: talvez o ódio. O que acha?
- O ódio?

³⁷ O fotógrafo George Eastmann (1854-1934) passou a comercializar seu mais novo invento: a Kodak. Esse primeiro aparelho fotográfico portátil, por ele chamado de instantâneo, continha um rolo de filme que permitia fazer até 100 imagens. Desde então, as imagens fotográficas tornaram-se objeto de comercialização em larga escala. (BORGES, 2011)

- Sim. Manter vivo um desejo de vingança. Alguém feriu você. Você pode guardar uma foto para recordar, não pode?³⁸

De acordo com Maud (1996, p. 5) “apreciamos fotografias, as colecionamos, organizamos álbuns fotográficos, onde narrativas engendram memórias”. A fotografia pode tanto estar associada a lembrança, como a memória. Para Frentress e Wickman (1992), recordar é uma experiência, conhecer e recordar são opostos e independentes e “a maior parte do que recordamos está sob a forma de emoções, sentimentos e fantasias recordadas, ou imagens sensoriais recordadas” e a memória “penetra em todos os aspectos da nossa vida mental, dos mais abstratos e cognitivos aos mais físicos e inconsistentes”. Candau (2019, p.117-118) considera que a fotografia favoreceu “a construção e manutenção da memória de certos dados factuais – acontecimentos históricos, catástrofes - , mas também fatos familiares, oferecendo, simultaneamente, a possibilidade de manipulação dessa memória”.

De acordo com Grombrich (2013), até mesmo a Igreja e as Monarquias utilizaram a arte para impor poder e impressionar e sobre a fotografia afirmou que ela não se limitou apenas ao desenvolvimento de uma técnica precisa, para registrar uma imagem exatamente, mas permitiu um maior desenvolvimento e liberdade ao universo artístico.

Segundo Borges (2011), fazia parte do contexto vigente o debate sobre a natureza técnica e/ou artística da fotografia e este interesse surgiu logo nos primeiros anos da sua criação. De acordo com Dubois (1993), o percurso histórico da fotografia é tão velho quanto a própria fotografia e o debate teórico sobre se articula em três tempos: espelho do real, transformação do real e traço do real. Barthes afirma que a imagem fotográfica consiste numa pose e concordo, ao fotografar tudo muda, nos preparamos para pose, fabricamos um outro corpo e o metamorfoseamos antecipadamente em imagem.

A fotografia pode instigar e nos induzir, a partir de um olhar recortado e criado, a acreditar que o que olhamos é real, mas não é. Seria ingenuidade acreditar que tudo já foi fotografado, como induziu a reportagem de 1974, mas eventualmente temos essa impressão, em decorrência de vivermos em uma sociedade que se representa e se comunica muito visualmente. Na realidade, faz parte da nossa rotina fotografar, pela facilidade, praticidade e estímulos. A fotografia persiste e sem vias de desaparecer. Atualmente, muitas pessoas fotografam com suas próprias câmeras ou com seus dispositivos celulares, mas, ainda hoje, ter um bom aparelho fotográfico é considerado um item caro e de luxo.

³⁸ Trecho de A senhora McGinty está morta, 1951, de Agatha Christie.

Na reportagem do jornal O Timoneiro (Figura 9), são mencionadas as transformações urbanas que a cidade sofria e, justamente por esse motivo, a cidade seria fotografada, pois era interesse do poder executivo dar condições estruturais, energéticas e incentivos para atrair empresas e indústrias. De acordo com Brito (2009 apud WONS, 2018, p. 33), nas décadas de 1960 e 1970 Canoas teve um crescimento vertiginoso, sendo que entre 1950 e 1975, a população saltou de 39,8 mil para 189,6 mil habitantes, um crescimento de 342%; a indústria cresceu de 71 estabelecimentos para 385, um crescimento de 542%. Entretanto, Brito (2009 apud WONS, 2018, p. 33), afirma que em 1950, apenas 275 logradouros tinham rede elétrica, 93 tinha abastecimento de água e 57 tinha instalações telefônicas. Por isso, entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, o poder local buscou sanear, ordenar, normatizar a cidade e impor padrões estéticos, técnicos e sociais³⁹.

De acordo com Kossoy (2012), a fotografia está atrelada a modernidade, ao desenvolvimento científico e industrial, é uma invenção inovadora desse contexto moderno e, desde o seu advento, possibilita acesso à informação e conhecimento. Kossoy afirma que a revolução industrial transformou o artesanal em especializado, a manufatura deu lugar a fábrica, máquinas e muitas invenções. As mudanças atingiram as pessoas, os lugares e diferentes espaços. O desenvolvimento das cidades é uma dessas mudanças, fenômenos da modernidade, prevalecendo o urbano ao rural.

No fotojornalismo, segundo Sousa (2004b, apud MONTEIRO, 2016, p. 69), as fotografias mais frequentes são as “spot news, pseudoacontecimentos, photo-illustration, feature-photos, mug-shot, picture stories e fotoensaio”.

De acordo com Monteiro (2016):

As spot news são fotografias não planeáveis únicas que condensam um acontecimento ou o significado dele, o “furo” ou flagrantes jornalísticos também relacionadas às *hot news* ou às notícias quentes obtidas no calor dos acontecimentos (incêndios, acidentes de grande proporções, atentados etc.). *Pseudoacontecimentos* são fotografias semiplaneáveis, como as cerimônias de inauguração, entrega de prêmios, conferências de cúpula etc. Nelas se estabelece uma relação diferente entre fotógrafo e fotografado, pois este, tendo consciência da cobertura da imprensa, pode interferir através de seu posicionamento, pose, gestos etc. na forma de dar-se a ver na imagem. As *photo-illustrations* são imagens conceituais produzidas “como se fossem uma pintura”, frequentemente utilizadas em editoriais de turismo, decoração, culinária, moda, natureza etc. As *features photos* são fotografias de atualidade que oferecem uma perspectiva singular ou surpreendente flagrada pelo fotógrafo de instantes fluidos e casuais de interesse humano. Para produzi-las o fotógrafo deve passar despercebido. Por vezes, ela é associada à “fotografia cândida”. Os *mug shots* são as pequenas

³⁹ Segundo relatos familiares, energia elétrica e água encanada, somente em meados dos anos 1970. Nas publicações do Canoas para lembrar quem somos, os moradores entrevistados também relataram sobre o processo reivindicatório para ter moradia em condições adequadas, a maioria dos moradores viviam em condições insalubres, a maioria dos lotes baratos vendidos eram em áreas alagadiças.

fotografias de rostos encontrados em grande número nos veículos de comunicação, que procuram realçar algum traço fisionômico ou de caráter do indivíduo (MONTEIRO, 2016, p. 69).

Já as *pictures stories*:

são compostas por uma série de imagens que procuram contar uma história ou apresentar as várias facetas de um tema. Elas são um gênero nobre do fotojornalismo, que podemos associar à fotorreportagem. A sua realização requer mais tempo e envolvimento do fotógrafo com o assunto. Normalmente trata-se de um problema social que é tratado em maior profundidade. Elas apresentam geralmente cinco tipos de fotografia: planos gerais de contextualização, planos médios sobre a ação/atividades principais em tela; grandes planos com detalhes significativos do meio, dos sujeitos e das ações; retratos dos sujeitos envolvidos; e uma fotografia de encerramento (MONTEIRO, 2016, p. 70).

E por fim, o fotoensaio:

caracteriza-se também por ser uma narrativa em fotografias na qual o fotógrafo / a equipe / o veículo propõe abertamente uma interpretação visual sobre o tema abordado. Existe uma clara distinção entre os defensores da foto única (instante decisivo), que exigiria maior destreza técnica e senso de oportunidade do fotógrafo para sintetizar o acontecimento em uma imagem (à maneira de Cartier-Bresson), dos partidários do fotoensaio. Estes defendem um envolvimento maior com os sujeitos e o tema fotografado, que lhes permitiria trabalhar os diversos ângulos do problema com mais tempo e criatividade para produzir uma interpretação em imagens com maior profundidade sobre o assunto (MONTEIRO, 2016, p. 70-71).

Ao final dos anos 1960 e durante a década de 1970, a imprensa canoense noticia os problemas urbanos, sendo que a falta de sinalização é um dos temas mais recorrentes. Há ausência de semáforos nos cruzamentos, que causavam acidentes envolvendo pedestres e veículos, conforme a Figura 10 os problemas com os trilhos do trem também causavam problemas frequentes.

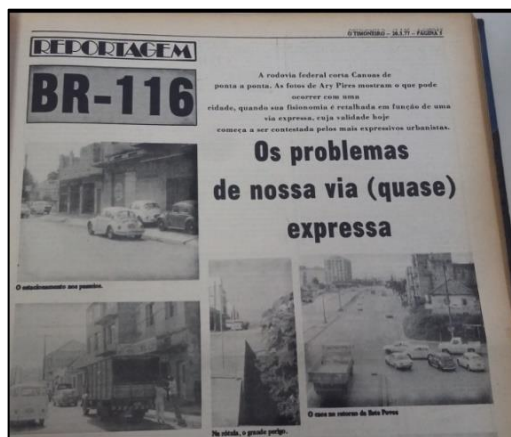
Figura 10 – Centro de Canoas (1960)



Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

Além disso, constam muitas reportagens indicando as mudanças que a cidade estava vivenciando, o ritmo do crescimento populacional e industrial é documentado, obrigando o poder executivo a elaborar o primeiro Plano Diretor Urbano.

Figura 11 – Faixa da Morte (BR 116)



Fonte: O Timoneiro (1977)

Desde 1968, a rodovia BR 116 é chamada de “faixa da morte” e segundo a imprensa os acidentes eram fatais nas entradas dos bairros (Figuras 11 e 12).

Figura 12 – Trânsito na BR 116 (1978)



Fonte: O Timoneiro (1978)

O fotojornalismo, segundo Sousa (2004a, in MONTEIRO, 2016, p. 71), tem como finalidade “informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer, ou ‘opinar’ através da fotografia de acontecimentos e da cobertura de assuntos de interesse jornalístico”. Além disso, Monteiro (2016, p. 72) discorre que o fotojornalismo faz parte de uma “demanda de produção de um veículo de comunicação e se filia a sua linha editorial, buscando apresentar de forma clara, nítida e objetiva um acontecimento voltado ao consumo imediato no jornal/revista para um público amplo”. Logo, o fotojornalista trabalha com a atualidade, visando mostrar o que está acontecendo no calor da hora e com a “linguagem do instante”.

Entretanto, Monteiro (2016) alerta que o fotojornalismo também é um produto cultural no mercado de bens simbólicos. Além disso, os veículos de imprensa buscam fidelizar e ampliar seu público de leitores utilizando diversos recursos editoriais e mercadológicos, entre eles a fotografia de impacto conjugadas às manchetes sensacionalistas nas primeiras páginas dos periódicos.

Figura 13 – Canoas depois de 38 anos



Fonte: O Timoneiro (1977)

Percebe-se a incidência de reportagens em datas comemorativas (Semana de Canoas, 14 de abril, 15 de Janeiro⁴⁰) relatando como era o povoado e como rapidamente se transformou, com depoimentos de antigos moradores narrando sobre como era Canoas, a cidade vermelha, por causa do pó do barro. Ao relatar as transformações realizadas, associava-se as mudanças ao progresso, informando as obras e os investimentos realizados, como mostra a Figura 13, de 1977, em uma edição especial com 7 páginas com um balanço geral da cidade, com aspectos econômicos, históricos, culturais e políticos, quando a cidade estava comemorando o seu 38º aniversário emancipatório.

Na década de 1970, as reportagens mais frequentes eram sobre a Antiga Estação do Trem (Figuras 13 e 14), que estava desativada e corria o risco de ser demolida, sem contar com os problemas dos trilhos do trem no centro da cidade, que causavam sérios acidentes. Ao final da década de 1970, as informações veiculadas na imprensa são de que o poder executivo se articulava na tentativa de proteger a edificação e constam muitas reportagens informando que o prédio não poderia ser demolido, devido ao terreno ter sido cedido, logo a empresa não poderia derrubar o prédio.

⁴⁰ Alusão a data da posse do governo municipal em 15 de janeiro de 1940.

Figura 14 – Estação será demolida



Fonte: O Timoneiro (1977)

Durante uma década a imprensa canoense alertava sobre o risco de demolição do prédio da estação. Em 1981, a Sociedade de Engenharia e Arquitetura de Canoas, através de sua comissão de patrimônio histórico, formada por Paulo Infantini, Jane Miriam Würth e Mauro Fontana, começaram a elaborar o primeiro inventário do patrimônio edificado municipal, subsidiado através do Encontro Nacional de Arquitetos sobre a Preservação realizado em São Paulo e contava com o apoio e a colaboração de lideranças políticas, professores, artistas e civis, (O TIMONEIRO, 1981). O interesse de utilizar o prédio como um lugar de memória, sede do do museu, também foi inspirado no processo que aconteceu em São Leopoldo, no Museu do Trem, fundado em 1976, noticiado pela imprensa canoense e com apoio do prefeito municipal Major Geraldo Gilberto Ludwig, que se articulou junto a empresa ferroviária para que o prédio não fosse derrubado. Nesse sentido, percebemos a recorrência na utilização do termo/conceito “lugares de memória”, para instituições que desempenham funções simbólicas e representativas na sociedade e segundo Nora (1993) são lugares materiais em que a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos, são lugares funcionais em que a memória coletiva se expressa e se revela, nunca de forma natural ou espontânea, mas são uma construção histórica e do interesse coletivo.

De acordo com Pesavento (2007, p.163) “a cidade é o lugar onde as coisas acontecem, onde ocorrem os acontecimentos mais significativos, onde se tomam as decisões maiores em termos de poder político”. A cada geração, a cidade se transforma e se modifica; e as demandas mudam com o passar dos anos. Percebemos que a partir da década de 1980, a sociedade reivindicava, não apenas luz, asfalto e saneamento, mas os seus lugares de memória, através de instituições públicas, como o Arquivo Histórico e o Museu Municipal.

Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. [...] Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. [...] As identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam, necessariamente, falsas. As identidades, enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. Identidades asseguram e confortam, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso. Identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos. Com tais elementos, a identidade implica na articulação de um sistema de ideias imagens que explica e convence (PESAVENTO, 2008, p. 4).

Na década seguinte, em 1980, o poder público lançou um novo concurso de fotografia pela Secretária Municipal de Educação, somente para moradores e fotógrafos amadores e o tema fotografado deveria salientar as belezas naturais da cidade, com premiação em dinheiro para os três primeiros colocados e exposição na Biblioteca municipal, prevista para junho, provavelmente durante a Semana de Canoas (O TIMONEIRO, 1980). Além das atividades esporádicas realizadas pelo poder público em datas comemorativas e celebrativas. É interessante mencionar a contribuição do jornal O Timoneiro, em 1981, lançou uma coluna chamada “*ARQUIVO (A memória da cidade)*” em seu semanário, ao longo de dez anos. Nesta coluna era publicada uma fotografia com uma explicação do acontecimento, com os nomes das pessoas, localização e também solicitavam a colaboração dos moradores com a finalidade de restaurar/recompôr a memória da cidade (Figura 15). Posteriormente, verifiquei que na hemeroteca do Arquivo Histórico de Canoas, consta os recortes de jornais desta coluna e também reproduções destas fotografias na Fototeca.

Figura 15 – Arquivo de fotos pelo O Timoneiro



Fonte: O Timoneiro (1981)

A criação de arquivos está atrelada a escrita, fortemente associada a memória e a um discurso preservacionista, difundido tanto pelos arquivistas, historiadores, sociedade civil e o poder público. De acordo com Derrida (2001), as primeiras instituições arquivísticas eram

administrativas e jurídicas e o arquivo, desde a sua origem, tem um caráter instituidor e conservador, revolucionário e tradicional, guarda, reserva, tem força de lei, opera com violência, pois tem poder de destruir, selecionar e excluir. A palavra e a noção de arquivo parecem, numa primeira abordagem, apontar para o passado, remete aos índices da memória consignada, mas opera no e para o presente, pode servir ao futuro, mas seu objetivo ao ser instituído é servir a uma demanda do presente. Nesse sentido, percebemos que a sociedade canoense em conjunto com um jornal local, criou um arquivo de fotos, que possibilitasse atender os seus anseios e interesses memoriais.

Em 1983, a imprensa canoense informou que o prédio da estação se transformaria em “Museu da Cidade”, cedido e restaurado pela TRENSURB. Em 1984, ocorreu a criação da Fundação Cultural de Canoas⁴¹, a primeira entidade cultural municipal, responsável pelo desenvolvimento artístico, debater sobre questões pertinentes como a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, e reivindicar a criação e a implantação do arquivo histórico e o museu municipal.

2.1 ARQUIVO HISTÓRICO DE CANOAS COMO LUGAR DE MEMÓRIA

ARQUIVO NÃO É DEPÓSITO. Um arquivo não deve ser um mero depósito, porque contém matéria viva, do interesse direto da comunidade cujos documentos devem ser transferidos à posteridade (O TIMONEIRO, 1985).

Afinal, o que é um arquivo? Qual a sua função? Guardar para quê e para quem? Segundo a reportagem, destacada acima, do jornal local da cidade de Canoas, o arquivo não deve ser um mero depósito, mas deve assumir o compromisso de guardar e preservar documentos relativos à história da cidade e disponibilizá-los aos interessados e à posteridade.

Inicialmente, podemos considerar que por arquivo, entendemos uma instituição pública ou privada que tem por finalidade a guarda de documentação diversificada relativa à história, a cultura e a memória da humanidade ao longo do tempo. As sociedades produzem diversos tipos de documentos, de âmbito privado ou público e esses documentos podem vir a fazer parte do acervo de arquivos, bibliotecas, museus, centros de memória, galerias etc. Segundo João Trajano Sento Sé (1999, apud CHAGAS, 2009, p.138) “os meios de transmissão da memória

⁴¹ Primeira entidade cultural do município, criada através de lei municipal nº 2.276/1984, com sede no antigo prédio da estação ferroviária, através de um contrato de comodato com a TRENSURB em 1985, com a utilização do espaço para fins culturais. Durante 25 anos desenvolveram atividades voltadas para a literatura, artes plásticas, teatro, dança, música e concursos integrando artistas locais, escolas e a comunidade; a Fundação Cultural de Canoas foi extinta em 2009 por ato político administrativo (WONS, 2018).

não se passam apenas pela oralidade, mas também por histórias, relatos e documentos”. Paul Otlet (1983, apud CHAGAS, 2009, p. 138) indica que documento é todo o suporte de informação, que se aplica a livros, revistas, jornais, desenhos, filmes, discos, selos, medalhas, fotografias, esculturas, pinturas, monumentos, edifícios, animais, vegetais, minerais etc. A origem latina do termo “*doccere*”, do qual se origina a palavra “documento”, significa aquilo que “ensina algo a alguém”. Sento Sé (1999, in CHAGAS, 2009, p. 138) coloca, ainda, que a transmissão da memória vale-se de documentos variados e tem um sentido pedagógico.

A reportagem da qual extraímos a citação acima tem como manchete “Canoas poderá ter seu Arquivo Histórico” e nela consta que a Fundação Cultural de Canoas (FCC), remeteu ao prefeito o anteprojeto e justificativa de criação do arquivo e também o anteprojeto de regimento interno do mesmo. Além disso, informou que a instalação do arquivo deve seguir alguns critérios de funcionamento, tais como: levantamento de recursos, levantamento de documentos constantes nos arquivos municipais, organização do material existente conforme a origem, natureza e cronologia dos mesmos, limpeza e conservação dos documentos, listagens das mesmas, arrumação e acondicionamento em volumes ou amarrados, planejamento e organização de estantes. Finaliza informando o organograma usual dos arquivos brasileiros por divisões, tais como, divisão de documentos escritos, divisão de documentos audiovisuais, divisão de documentos/códices, divisão de pesquisa, divisão de publicações, divisão de administração e divisão de atendimento ao público.

Por que criamos arquivos? Um arquivo pode se tornar vivo, morto ou adormecido? Se pensarmos em como as sociedades buscam se preservar e transmitir as memórias, os fatos, os feitos, as histórias, possivelmente, podemos lembrar e destacar as instituições arquivísticas e museológicas, como os “lugares de memória”. De fato, existem outras instituições, mas nesse momento, atentaremos, apenas para essas duas. A criação de instituições arquivísticas e/ou museológicas constitui uma política de memória. Podemos afirmar que a Revolução Francesa foi a pioneira na criação de arquivos e museus nacionais públicos com a finalidade de assegurar que “todos” estejam incluídos na “história oficial”.

A Revolução assinala uma ruptura fundamental na consciência histórica. Produz uma modificação do regime de historicidade, ou seja, uma mudança do lugar e do valor relativos atribuídos ao presente, ao passado e ao futuro na percepção dos contemporâneos (Kosselleck, 1990 e 1997; Hartog, 2003). Até a Revolução, o passado jamais é pensado como ultrapassado. [...] **A Revolução cria o arquivo, no sentido em que ainda o entendemos, ou seja, o documento rastro de um passado distante**, “uma massa enorme de papéis de Estado (...) caduca (...) e (...) posta livremente à disposição” (Fueter, 1919). Tais documentos se tornam, pelo novo olhar lançado ao passado, elementos do patrimônio. Para responder a essa exigência patrimonial vai surgindo progressivamente a concepção contemporânea dos arquivos nacionais. Já em

1790, a Constituinte cria os arquivos nacionais e departamentais, em que são depositados notadamente os títulos das propriedades que se tornariam bens nacionais (DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012, p. 16-18). [grifo da autora]

Delacroix, Dosse e Garcia (2012) afirmam que a revolução também transformou bens privados em nacionais; o Louvre se tornou museu nacional, prevalecendo, assim, uma política de posteridade, ou seja, um olhar ordenado em busca de um futuro esperado, conservando o legado anterior para as gerações futuras. Porém, houve triagem, escolhas do que seria preservado e exposto e o que deveria ser guardado, reciclado ou destruído. A exposição museal foi concebida para dar sentido aos feitos, obras medievais ficavam em um ambiente escuro enquanto as obras do passado recente ficavam em um ambiente reluzente.

Ecléa Bosi (1998, apud CHAGAS, 2009, p. 138) esclarece que as lembranças de fatos públicos possuem convenção e ideologia. Chagas (2009, p. 138) afirma que “a memória política, ao ser invocada, não reconstitui o tempo passado, mas faz dele uma leitura, banhada nas experiências objetivas e subjetivas daquele que lembra”. Portanto, a memória é um processo social de permanente construção, desconstrução e reconstrução que se atualiza no presente e projeta-se no futuro. Ao refletir sobre a reportagem do jornal O Timoneiro, que um arquivo não deve se limitar a ser apenas um depósito por conter “matéria viva”, podemos considerar que o redator estava se referindo tanto as fontes como a própria história da cidade, que poderia ser preservada e pesquisada no arquivo.

Nora (1993, p. 12) discorre que a sociedade se preserva através da criação de lugares de memória e a sua concepção consiste:

A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza: fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso criar aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 12).

Segundo Pesavento (2008) podemos escolher nossos lugares de memória por nossas preferências pessoais ou somos induzidos, educados e ensinados a escolher os lugares a partir de uma referência em comum. O mesmo vale para nossa identidade ou identidade de uma cidade, formada a partir de ritos, práticas, valores herdados, compartilhados e vivenciados em

sociedade. Como identificar esses lugares? Através das experiências, dos relatos, dos registros documentais e visuais?

Até aquele momento, a cidade de Canoas não tinha arquivo, museu e nem sede própria para a biblioteca municipal. A década de 1980, em Canoas, foram de intensas reivindicações culturais ao poder público municipal, inclusive, reivindicava-se a preservação do patrimônio edificado. A própria criação da Fundação Cultural de Canoas se insere neste movimento, onde diversos setores da sociedade se organizaram em prol da criação da instituição e da preservação do prédio da antiga estação ferroviária, que estava desativado e seria demolido.

A criação do Arquivo Histórico também foi noticiada em outra reportagem, onde consta que a professora Cleci Fávaro Klein⁴², integrante da Fundação Cultural de Canoas, elaborou o anteprojeto de criação do arquivo, sendo aproveitado na íntegra. Além disso, informou que o projeto foi aprovado com unanimidade e destacou a opinião de dois vereadores⁴³: para Ivo Lech “Canoas não tem memória” e o que consta preservado para pesquisa é devido “o altruísmo de alguns, não haveria nenhum dado”; já João Ávila demonstra preocupação com os critérios de montagem do arquivo: “vai constar o número dos que morrem de fome, dos que vivem atolados no barro e não tem acesso à escola?” (O TIMONEIRO, 1985).

Para Aleida Assmann (2011), a palavra arquivo, tanto está vinculada a “início”, “origem” e “autoridade”, como a “repartição pública” e “escritório público”. Além disso, Assmann (2011, p. 367) especifica que o arquivo está vinculado “a escrita, burocracia, administração e os atos administrativos” e é um local “armazenador” de documentos que servem como “testemunho do passado” que podem ser coletados, consultados e preservados.

A palavra arquivo, tanto pode ser considerada a instituição, como o prédio, o móvel/caixa/pasta onde é armazenado a documentação, e, ainda, todo o conjunto documental que a própria instituição abriga. Para Foucault (2002, in KETELLAR, 2018, p. 195) arquivo é “o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” e para Ricoeur (2000, in ANHEIM, 2018, p. 126-127) o arquivo é o registro da “fase declarativa e narrativa da reconstituição dos vestígios do acontecimento” sendo que “o arquivo é lido, consultado” e vinculado ao “testemunho escrito e não escrito”.

Assmann (2011, p. 368) também ressalta, que antes do arquivo “ser memória histórica, é memória da dominação”. De fato, desde os primórdios, quem detém o poder, controla e

⁴² Na reportagem não menciona que Cleci era professora universitária no Centro Universitário La Salle; informação extraída de um documento nomeado “Histórico do Arquivo”, localizado no Arquivo Histórico de Canoas.

⁴³ Não consta a informação de filiação partidária dos vereadores na reportagem.

produz registros documentais, impõe a ordem, a lei, a justiça e as diretrizes daquilo que será deixado como prova da existência humana ou será descartado.

Os registros do passado que chegam até os dias de hoje não são inocentes. Se os vestígios do passado atravessaram os tempos, é porque, em grande medida, originaram-se do esforço de antigas gerações de legar a uma certa ideia de seu tempo e de sua sociedade às gerações futuras. São, assim, produtos de uma operação seletiva que traduz o controle sobre as informações que a sociedade exerce sobre si mesma (KNAUSS, 2006, p. 102).

Cook (2018, p. 18) afirma que a criação de arquivos, museus, bibliotecas, monumentos e celebrações, desde a antiguidade, esteve vinculado aos que detinham o poder e ainda legitimavam ou marginalizavam os que não tinham poder. Por tanto, toda a documentação que consta em uma instituição arquivísticas é o resultado de um processo que envolveu seleções, escolhas e esquecimento. As reflexões e indagações de Cook sobre a necessidade de pensar sobre quais valores os arquivistas se basearam para definir aqueles que devem ser lembrados e aqueles que devem ser excluídos, norteou a minha pesquisa, no sentido de pensar e refletir sobre quais valores e intenções a sociedade canoense, organizada através de uma fundação, reivindicava a criação de um arquivo para guardar a memória da cidade.

Apesar do projeto de criação do arquivo ter sido aprovado, em 1985, não havia consenso entre os vereadores da cidade, principalmente, pelo fato da cidade ter tido seus prefeitos nomeados pela Ditadura Civil-Militar (1964-1984). Em Canoas, há uma unidade militar da Aeronáutica e por esse motivo o município esteve em regime de exceção e com o Ato Institucional nº 5 a cidade foi considerada “Área de Segurança Nacional”; por causa da base militar e da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), a cidade deveria ser “protegida”.

O debate sobre a criação do arquivo na Câmara Municipal discutia sobre a recente abertura política e o autoritarismo vivido antes. Alguns vereadores apoiaram integralmente o projeto de criação do arquivo, outros não viam com bons olhos, outros se preocupavam com os critérios que seriam adotados na seleção da “memória da cidade” e outros entendiam que o arquivo poderia servir para promoção política. As indagações suscitadas nas sessões legislativas são de importante reflexão, pois demonstram que os vereadores estavam atentos, cientes e preocupados das implicações e dos usos que uma instituição arquivísticas pode vir desempenhar na sociedade.

O arquivo enfim foi criado, mas somente depois de quatro anos foi inaugurado pelo prefeito Hugo Simões Lagranha, que teve um total de seis mandatos, cinco como prefeito e um como vice-prefeito, sendo que dois mandatos foram por nomeação e outros quatro por eleição;

sendo o prefeito de maior destaque na cidade, esteve envolvido tanto nas questões culturais como nas questões urbanísticas locais.

2.2 ARQUIVAR O PASSADO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES: a criação e a instalação do Arquivo Histórico municipal e o cinquentenário emancipatório

Pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística⁴⁴, arquivo pode ser entendido como:

- 1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.
- 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.
- 3 Instalações onde funcionam arquivos.
- 4 Móvel destinado à guarda de documentos.

Nesta pesquisa, o termo arquivo é sempre empregado para se referir a instituição pesquisada e o conjunto documentos pesquisados, utilizo o termo acervo, que segundo o mesmo dicionário citado acima, são os documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora.

De acordo com a Lei nº 8.159/1991 que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos públicos e privados, nas disposições gerais, encontram-se orientações sobre a gestão documental e os deveres que compete ao Poder Público:

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (BRASIL, 1991).

A documentação que um arquivo abriga também pode ser classificada em fases – corrente, intermediária e permanente – podendo ser armazenados em diferentes esferas de âmbito Nacional, Estadual ou Municipal:

⁴⁴ Brasil, Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 27

Art. 7º - Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

§ 1º - São também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades.

§ 2º - A cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.

Art. 8º - Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º - Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.

§ 2º - Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§ 3º - Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

Art. 9º - A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

Art. 10º - Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis (BRASIL, 1991).

O interesse em criar um Arquivo Histórico em Canoas tem como discurso forte e legitimador fazer desta instituição um lugar de memória, o local para guardar e preservar os documentos do município para a comunidade.

Derrida (2001) afirma que o arquivo jamais será memória ou esquecimento, tem por finalidade a acumulação de documentação sistêmica, guarda, conserva, identifica, classifica, tem de fato uma pulsão de morte, pois, produz e registra, buscando uma pulsão de conservação para impedir o esquecimento. Podemos afirmar que a problemática dos arquivos deriva das conotações existente no senso comum entre seus usuários, seja civis ou pesquisadores, ou pelos funcionários, arquivistas ou os administradores, onde frequentemente o arquivo é associado ao lugar da memória. Nesse sentido, o arquivo guarda aquilo que considera importante, útil, necessário, por isso, impera com violência, selecionando o que será preservado. Aquilo que permanece nos arquivos pode vir ser consultado e pesquisado. Campos (2015) contribui ampliando o debate sobre arquivo não ser memória, ao frisar que o arquivo não é um local armazenador da memória, mas oferece possibilidades de criar e interpretar o passado, podendo ser utilizado como fonte de acesso ao passado. Nesse sentido, para Campos, os documentos do arquivo, são produzidos e guardados em função das demandas e atos do presente originário, configurando provas ou testemunhos de acontecimentos passados, sem necessariamente, se projetar para o futuro.

Nota-se que a Fundação Cultural de Canoas, era constituída por professores e professoras universitárias ou concursadas, jornalistas, políticos locais, artistas, arquitetos etc que perceberam a necessidade e a importância de ter um Arquivo Histórico para preservação da documentação relativa à história da cidade. Estavam cientes das finalidades e funções de um arquivo, que é ser um órgão receptor de documentos que já cumpriram o seu papel (finalidade originária), podendo ser avaliados e classificados como de valor permanente (histórico), não podendo ser descartados, mas devidamente preservados e cuidados. Ao ler um documento do Arquivo Histórico datilografado intitulado “Histórico”, consta o percurso de luta e lentidão até que a instituição fosse criada e implantada. Neste documento consta que a professora universitária Cleci Eulália Fávero Klein, em 1982, preocupou-se com a falta de um órgão que reunisse o acervo documental municipal, levando a sugestão da criação do arquivo para a Secretária da Educação com o apoio das professoras municipais Cecília e Luiza Broilo, Luciano Strin e Mariza Pires Andrade.

A Fundação Cultural de Canoas foi criada em 1984 e teve como primeira Diretora de Acervo e Pesquisa, a professora Cleci, que se articulou para que fosse criado um arquivo para recolhimento, conservação e divulgação dos documentos municipais.

Em abril de 1985, a Fundação Cultural de Canoas remeteu ao prefeito municipal o anteprojeto de criação do Arquivo Histórico para ser encaminhado à Câmara municipal e o prefeito nomeado, Claudio Schultz, encaminhou ofício nº87/1985, para o presidente da Câmara, o vereador Francisco Biazus, afirmando que “a história do município de Canoas tem um passado que deve ser pesquisado e mantido através de um organismo especializado, até porque, o futuro de um povo é o espelho de seu passado” e destacou o futuro papel da instituição “promoção da preservação de documentos históricos e na coleta de depoimentos de idosos para enriquecer a história da cidade”.

O projeto de lei nº15/1985 suscitou debates entre os parlamentares. Constam no arquivo da Assessoria de Imprensa da Câmara de Vereadores de Canoas, manifestações favoráveis à criação do arquivo, como as dos vereadores Mussoline La Roque (PDT) que “ficarão registrados no Arquivo todos os dados relativos à história da cidade e poderão ser consultados quando necessário”; Hélio Rosa (PDS) diz que é “imprescindível”; Lina Plentz (PDS) coloca que “Canoas tem muito que lembrar. Quem hoje se lembra do Quietinho, soldado que perdeu a vida trabalhando?”.

O vereador Ivo Lech (PMDB) afirmou que “Canoas não tem memória” e justificou a criação do arquivo pela falta de local adequado para guardar os documentos. Relembrou a perda de documentação por causa dos incêndios na sede da antiga Prefeitura e alertou que foi

encontrada documentação no poço do elevador do prédio atual da Prefeitura, pelos acadêmicos do curso de Estudos Sociais do Centro Educacional La Salle de Ensino Superior.

Já o vereador João Ávila (PDT) demonstrou preocupação sobre os critérios para montagem do arquivo: “vai constar os números dos que morrem de fome, dos que vivem atolados no barro e não tem acesso à escola?” e ainda afirmou estar “cansado de ver livros de história de acordo com a vontade de golpistas suprimindo dados que não interessam ao poder”.

As afirmações do vereador João Ávila corroboram as ideias discutidas em “Os assassinos da memória” de Paolo Rossi (2010, p. 32), porque “apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar a verdade, destruir a verdade”. Rossi pontua que a história do século XX:

está cheia de censuras, apagamentos, ocultações, sumiços, condenações, retratações públicas e confissões de inúmeras traições, além de declarações de culpa e de vergonha. Obras inteiras de história foram reescritas, apagando os nomes dos heróis de um período; catálogos editoriais foram mutilados, [...] foram publicados livros com conclusões diferentes das originais, passagens foram retiradas, textos foram montados em antologias numa ordem favorável a documentar filiações ideais inexistentes e ortodoxias políticas imaginárias (ROSSI, 2010, p. 33).

Por fim, após os debates parlamentares, consta na ata nº 39/1985 a aprovação do projeto de lei, em 5 de junho de 1985, através da lei nº 2334/1985, promulgada pelo prefeito interino Francisco Biazus, criando o Arquivo Histórico Municipal de Canoas, vinculado à Secretaria de Administração, com o objetivo de promover a preservação de documentos e de depoimentos com a finalidade de assegurar as futuras gerações acesso a história municipal. De acordo com o documento datilografado intitulado “Histórico”, entre os anos de 1986 e 1988, inúmeras tentativas foram realizadas para agilizar a implantação do arquivo, sem sucesso e sem sensibilidade pelo Poder Executivo. Entretanto, sua devida instalação e funcionamento, somente ocorreu em 1989, pelo ato do prefeito Hugo Simões Lagranha.

Figura 16 - Banner do Cinquentenário



Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

No ano em que foi inaugurado o Arquivo Histórico, a cidade de Canoas estava comemorando o Cinquentenário de emancipação política e foi instituída uma longa programação para comemorar e atrair novos investimentos para a cidade. Conforme a Figura 16, em 1989, o prefeito Lagranha promoveu um concurso para criar o lema do cinquentenário, sendo vencedora a empresa PROCAN, com o lema “Comunidade integrada, memória preservada”.

Figura 17 – Instalação do Arquivo Histórico (1989)



Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

A cerimônia oficial de implantação do Arquivo Histórico aconteceu no dia 20 de setembro, no gabinete do prefeito e estavam presentes o prefeito Lagranha, os vereadores Márcio Kauer, Luiz Possebon, Ernani F. de Freitas e as professoras Marisa Andrade e Marisa Formiga, nomeadas para trabalhar na instituição, sendo que ambas também eram membros da Fundação Cultural de Canoas. Nota-se, ao fundo da sala, exposto na parede, o banner comemorativo com o lema (Figura 17).

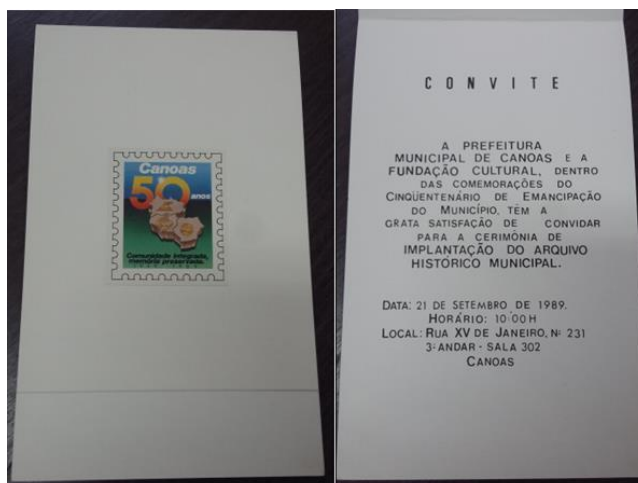
Figura 18 – Abertura do Arquivo Histórico (1989)



Fonte: Folha de Canoas

A cerimônia de abertura do Arquivo Histórico para o público em geral (Figura 18 e 19) aconteceu no dia seguinte, na sede da instituição, na Rua 15 de Janeiro nº 231/302, no centro da cidade. O primeiro doador foi o prefeito Lagranha e o segundo foi o presidente da Câmara de Vereadores, Luis Antônio Possebom.

Figura 19 – Convite para inauguração do Arquivo Histórico de Canoas (1989)



Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

Durante os festejos do Cinquentenário foram confeccionados convites com a logomarca comemorativa para todas as atividades (Figura 20) e os eventos culturais e os investimentos na cidade foram comemorados e promovidos entre os dias 27 de junho de 1989 a 15 de janeiro de 1990. Nota-se um caráter simbólico na implantação das atividades pelo poder público, pois a emancipação política ocorreu em 27 de junho de 1939 e a posse do primeiro governo ocorreu em 15 de janeiro de 1940.

Figura 20 – Convites dos Festejos do Cinquentenário (1989)



Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

Figura 21 - Raspadinha do Cinquentenário (1989)



Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

Consta no arquivo uma caixa com documentos intitulada “Cinquentenário”, onde estão banner (Figura 16), convites (Figuras 19 e 20), cópia de discursos e uma “raspadinha” comemorativa (Figura 21), fotografias e recortes de jornais sobre as festividades (Figuras 17, 22 e 23), documentos oficiais elaborados pelo Arquivo Histórico etc.

Figura 22 – Cerimônia de Abertura do Cinquentenário (1989)



Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

A primeira solenidade realizada aconteceu no dia 27 de junho, às 9h30min, na Praça da Bandeira, localizada em frente à Igreja Matriz São Luís Gonzaga, em homenagem à Comissão Pro-Melhoramentos (Figura 22), responsável pela emancipação política do município, com a inauguração de uma placa fixa ao monumento existente, seguido de culto ecumênico. Além disso, a tarde aconteceram festas em locais diversos, a noite aconteceu homenagem aos ex-prefeitos ou seus descendentes na Câmara Municipal e na Fundação Cultural de Canoas e abertura da exposição dos artistas plásticos da cidade.

Os jornais locais O Timoneiro, Folha de Canoas, Jornal Radar e o jornal Zero Hora, noticiaram sobre as festividades do Cinquentenário. Segundo a reportagem da Zero Hora, a comissão organizadora do Cinquentenário era constituída por 40 pessoas, formada por políticos locais, deputados federais e estaduais, um juiz, militares, reitores, professores, jornalistas, empresários, representantes religiosos e civis, nota-se que a publicação no veículo de imprensa destacava positivamente o evento, noticiando desde as origens, o histórico, o crescimento e desenvolvimento, bem como toda a programação. (ZERO HORA, 1989).

De acordo com a reportagem da Folha de Canoas, quase todas as atividades previstas foram realizadas, sendo que as atividades promovidas eram variadas. No dia seguinte, após o encerramento do Cinquentenário, o jornal relatou todas as atividades realizadas: jogos esportivos, concertos musicais, encontro de corais, jantares dançantes, palestras sobre Religião Afro-Brasileira, Movimento Negro e história da cidade, torneio de xadrez, movimentos em defesa do meio ambiente, entrega de prêmios aos cidadãos canoenses ou figuras ilustres, como o prêmio para o ecologista José Lutzemberger, feira do livro, festival de folclore, festival de teatro amador, passeio ciclístico, painel sobre a evolução da educação na cidade, festival de bandas marciais, corrida de 10 km, festa de natal, implantação do Arquivo Histórico e a exposição de fotografias. (FOLHA DE CANOAS, 1990)

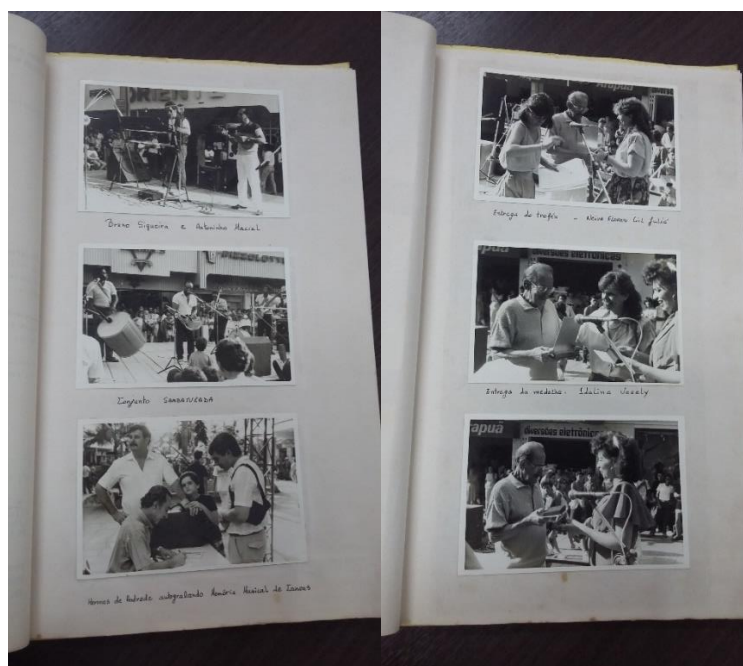
A Fundação Cultural de Canoas sediou e fez parte da organização de diversas atividades culturais do Cinquentenário, promovendo inclusive o III Seminário de Cultura de Canoas, no mês de dezembro, tendo como proposta de discussão o patrimônio da cidade e a integração da comunidade através do Arquivo, Biblioteca e Museu para conhecer a história. Lembrando que o Arquivo Histórico foi inaugurado em setembro e no mês seguinte já promoveu uma exposição de fotografias sobre o movimento emancipatório canoense.

O jornal O Timoneiro noticiou as ações do governo municipal para a comemoração do Cinquentenário e informou sobre o lançamento dos primeiros *Cadernos de Memórias* com caráter histórico, em duas edições, com o objetivo de resgatar e preservar a memória social e política do município. O jornalista e cineasta Antônio Jesus Pfiel foi o pesquisador e idealizador

dos Cadernos e, ao ser entrevistado, destacou que aquela ação é uma “proposta permanente a respeito de tudo que entendemos como um bem cultural”, sendo que o lançamento dos Cadernos “talvez seja o despertador, o apito da “maria-fumaça” alertando a comunidade; que ela tem o dever, a obrigação de se preservar para o futuro, através do seu passado” (O TIMONEIRO, 1989). Os Cadernos de Memórias foram produzidos em edição conjunta entre os jornais Folha de Canoas e Radar; em uma semana foi lançado o primeiro volume e na semana seguinte o segundo, totalizando 70 páginas ilustradas com muitas fotografias e um breve texto explicativo, desde as origens da cidade até 1989.

A cerimônia de encerramento, aconteceu no Calçadão, localizado na Rua Tiradentes, no centro da cidade, próximo a plataforma de embarque do TRENSURB, no dia 15 de janeiro de 1990, teve apresentações musicais, o lançamento do livro “Memória Musical de Canoas” de autoria do maestro e professor Hermes Andrade, e homenagem ao prefeito Lagranha com entrega de uma medalha (Figura 23), o prefeito também recebeu o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre e a Câmara Municipal de Porto Alegre e Câmara Legislativa do Estado prestaram homenagem ao Cinquentenário de Canoas. (FOLHA DE CANOAS, 16/1/1990).

Figura 23 – Cerimônia de Encerramento do Cinquentenário (1990)



Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

3 O PASSADO DO ARQUIVO: A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL PARA CONHECER A INSTITUIÇÃO.

E as nossas memórias? Como se formam? São realidade ou ficção? Retratos ou borrões? Um rosto refletido num espelho cristalino ou cacos coloridos num caleidoscópio? Que tem o lembrado a ver com o visto, ouvido e sentido? Que ruídos e interferências, mutilações e próteses, perdas e deformações desfazem o frágil elo entre o vivido e o lembrado? Não é sempre invenção o que chamamos de lembrança? Os nossos sentidos, então, não vivem de nos enganar? O que julgamos ouvir é o que foi dito? O que julgamos ver, o que aconteceu? Os nossos sentidos, são eles assim tão confiáveis? São nossa porta de entrada para o mundo ou uma barreira? (WOOLF, 2017).

O excerto acima é de autoria de Tomaz Tadeu, tradutor do livro “O sol e o peixe” de Virginia Woolf, na contracapa deste livro, Tadeu elabora uma série de questionamentos sobre o ato de lembrar e como nossas memórias são constituídas, estimulado pelo questionamento “Que sei eu?” de Woolf em um de seus contos.

Que sei eu? Para saber sobre o acervo fotográfico, um dos métodos utilizados nesta pesquisa foi ouvir os relatos, as lembranças, as experiências e as práticas de ofício no arquivo. Fez parte do ato historiográfico refletir sobre o que eu ouvi, gravei, transcrevi, analisei, selecionei e utilizei nesta pesquisa.

Os estudos que envolvem a memória e a história, os debates sobre se as fontes orais são ou não confiáveis e se devemos utilizar a oralidade como evidência histórica, consiste numa trajetória marcada por disputas no campo da história. De fato, a introdução do emprego da história oral como metodologia de pesquisa, causou embates com a historiografia documental tradicionalista. O ato de questionar as fontes faz parte do processo de investigação e, nesse caso, o emprego da história oral tem qual finalidade? Segundo Garrido (2006), o uso da oralidade permite a escrita de uma nova história.

Há um consenso quanto a relevância do uso das fontes orais para contribuir para uma historiografia mais democrática e plural, incluir os esquecidos, as mulheres, as crianças, os camponeses, os trabalhadores etc., “os ocultados” da documentação dos arquivos e da própria historiografia. História sem documentos, não é história? Eis o dilema de parte dos pesquisadores contemporâneos sobre a ausência de fontes relacionadas ao século XX e XXI. Nesse sentido, é possível destacar as dificuldades de pesquisadores contemporâneos que buscam na oralidade acesso aos detalhes que a documentação oficial não aborda (GARRIDO, 2006).

Percebemos que o uso das fontes orais facilita o estudo de atos e situações que não aparecem na documentação escrita/oficial. Contudo, é recorrente os questionamentos principalmente sobre o caráter memorial, envolvendo a sua seletividade, parcialidade e os

esquecimentos dos entrevistados; temas como a veracidade do relato são constantes, pertinentes e devem ser verificados pelo historiador. Além disso, é importante destacar que independente de a fonte ser oral, jornalística, imagética ou escrita, todas as fontes são seletivas, limitadas, parciais e possuem esquecimentos, propositais ou não.

Como Le Goff (1990, p. 538) tão bem pontua, todos os documentos podem ser tanto verdadeiros como falsos “Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (...) qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro (...) e falso. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”. Entretanto, as fontes imagéticas e jornalísticas, ainda hoje, podem vir a suscitar desconfiança no meio acadêmico e normalmente são pouco exploradas nas pesquisas históricas, servindo apenas para ilustrar os trabalhos ou para indicar o contexto, sem reflexão e análise. Mas ao mesmo tempo, cresce o interesse em pesquisar e refletir sobre a importância da imagem dentro da historiografia.

O papel do historiador é ser “inquisidor”, o sujeito que verifica e seleciona os testemunhos a partir de um filtro? Quais os caminhos para constatar veracidade e autenticidade de um testemunho? De acordo com Marcos Berg (1990, apud GARRIDO, 2006, p. 43), a entrevista consiste numa autorrepresentação criada pela fala numa situação extraordinária e interpretada por outra pessoa que não é o informante. Segundo Berg (2006, p. 43), o entrevistador é um “cínico notável” estimula o informante ao mesmo tempo que irá relacionar o dito e verificar o oculto, compara o depoimento com as hipóteses levantadas e define a importância que dará. De fato, faz parte do ofício do historiador verificar, problematizar e criticar as suas fontes, e assim pretendo fazer.

É necessário, para tanto, discorrer que a história oral sempre terá um caráter individual, pois não se fala em nome de um grupo, mas em seu próprio nome, que é o oposto de um documento oficial, que em geral tem um caráter coletivo. Considerando a relevância em utilizar as fontes orais nesta pesquisa e consciente de que as entrevistas são “arquivos provocados”, pois os relatos dados foram sobre algo que já aconteceu. Portanto, elas podem eventualmente “resgatar lembranças equivocadas, lembranças transformadas em função de acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas por “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças para justificar posições e atitudes posteriores” e mesmo assim, é válido o uso das fontes orais se bem teorizada, analisada e problematizada (BECKER, 2006, p. 28).

A importância das fontes orais é preencher lacunas, para compensar a falta de documentação, mas existe o risco de preencher de modo falso, como alerta Becker, nos casos

em que a única fonte é a oral. O autor ainda comenta da possibilidade de articular a história oral a outras fontes e que devemos utilizar o que temos. Assim, a história oral é um documento que o historiador pode explorar. Por tanto, nesta pesquisa realizou-se um cruzamento de fontes, sendo possível verificar e constatar as informações através de pesquisas aos jornais locais, livros tombos, ficha catalográfica e ao acervo fotográfico.

Durante décadas se discutiu e se problematizou sobre a utilização da história oral e diversos teóricos, preocupados em afirmar a relevância e importância da história oral como objeto e fonte de pesquisa, construíram metodologias estruturadas na psicologia, antropologia e nas ciências sociais possibilitando legitimar o seu uso e orientar os pesquisadores interessados. Percebi, a partir da leitura de Amado e Ferreira (2006), um certo consenso nas abordagens dos escritos em relação a trajetória da história oral, em busca de legitimidade e afirmação como fonte confiável e aplicável. Além disso, diversos teóricos da história oral problematizaram os “erros” ou “ausências” nas pesquisas com fontes orais, tendo por intuito demonstrar que uso das fontes orais na história poderia ter sido explorado sobre outros aspectos, como por exemplo, evidenciar as potencialidades das narrativas, as motivações dos esquecimentos e os modos de lembrar como parte de suas análises, como colocam Thomson, Frisch e Hamilton (2006). A partir dessa problemática discutida, podemos considerar um certo avanço na maneira de analisar os depoimentos orais no presente e, de acordo com Daniele Voldman (2006), era inadequado o uso da história oral nos anos 1950 e 1980, mas atualmente, o uso da oralidade nas pesquisas histórias são estimuladas no circuito acadêmico.

Daniele Voldman (2006) destaca a importância das distinções entre história oral, arquivos orais, fontes orais e os depoimentos orais, a fim de dissipar ambiguidades e estabelecer certos aspectos. De acordo com Voldman, arquivo oral é o documento sonoro gravado em função de um assunto e guardado numa instituição arquivísticas. A fonte oral é o material recolhido por um historiador para a sua pesquisa, compete somente a ele, estabelecer os critérios e definir o que será reexaminado, excluído e criticado. Para Voldman, a entrevista consiste num jogo de “esconde-esconde” entre o historiador e o interlocutor, de um lado o inquisidor – busca a verdade – e de outro o intimado – viveu o fato. Assim, o historiador navega na beira de uma memória reconstruída ou construída, cabendo a ele estabelecer os critérios do que será examinado, posto de lado e criticado.

A história oral, na pesquisa histórica, consiste em um depoente que busca na sua memória respostas para as perguntas de um pesquisador e de acordo com Frentress e Wickmann (1992, p. 8) “a memória é um processo complexo, não um simples acto mental, [...] desde uma sensação mental privada até uma cerimônia pública solenizada” e essa recordação é individual

e ao mesmo tempo social por diversos aspectos, entre eles, por termos consciência do passado, dos acontecimentos e experiências passadas, como Frentress e Wickmann (1992, p. 10) indicam “nossa memória é seletiva, distorcida e pouco rigorosa”, mas também pode ser exata se narrada tal qual aconteceu”. Além disso, os autores concebem a memória dividida em dois segmentos: parte objetiva e parte subjetiva. O estudo da memória como fonte possibilita analisar o depoimento oral, relacionar com outros documentos e informações para reconstituir e situar o contexto social pesquisado. Além disso, Frentress e Wickmann (1992, p. 20) afirmam que a memória é sempre “articulada e estruturada em forma de linguagem, pelo ensino e por experiências partilhadas socialmente”, tais aspectos devem ser considerados pelos historiadores ao entrevistar, quem são esses sujeitos, sua instrução, em qual espaço social e profissional atuam e vivem, cada depoente é único e as formas como relatam devem ser analisadas e descritas pelo historiador.

Do mesmo modo que um depoimento consiste numa narrativa memorial construída e estruturada mentalmente, não por acaso, o trabalho do historiador se assemelha a esse caráter de construção próximo ao ficcional, como aborda Dosse (2001) ao apontar as propostas de Paul Ricoeur sobre a compreensão histórica sobre discurso, narrativa e produção historiográfica, bem como, as relações explicativas e as intencionalidades. Dosse destaca que a história, embora seja uma narrativa, não é um tipo qualquer de narrativa. A história pode se apropriar das figuras retóricas, mas mantém o discurso da verdade e de representação do passado. Além disso, Ricoeur (1952, apud DOSSE, 2001, p. 76) tem como objetivo mostrar que “a história depende de uma epistemologia mista, de um entrelaçamento de objetividade e subjetividade, de explicação e compreensão” e que a prática historiográfica consiste em uma tensão constante entre uma objetividade incompleta e a subjetividade com um olhar metódico investigativo, ou seja, clivando entre “o eu investigador” e “o eu patético”. Para Dosse, o esforço de Ricoeur é reconhecer que a pesquisa é desenvolvida por trilhas necessárias, rígidas, metodológicas, inteligíveis e analíticas. Dosse (2001, p. 77) destaca que “Lucien Febvre já reivindicara a história como algo que está do lado do criado, do construído, em sua aula inaugural, no College de França no início dos anos 1930”.

José Carlos Sebe Bom Meihy (2000) discorre sobre os aspectos interpretativos e orientadores da sua obra, indicando existência de pelo menos cinco formas principais de narradores (narrativas de vidas públicas, narrativas épicas, narrativas trágicas, narrativas cômicas e narrativas mista contendo as quatro anteriores). Percebi que as entrevistas se enquadravam dentro destes cinco tipos de narradores, pois as entrevistadas ao narrar suas experiências as faziam dentro destes padrões interpretativos. Além disso, Meihy (2000) destaca

que numa pesquisa com história oral, costuma-se estabelecer critérios, como perfil ou grupo pesquisado, orienta que a pesquisa com entrevista deve envolver ética, cuidado e responsabilidade. Este trabalho envolveu procedimentos e planejamento prévio (agendamento das entrevistas, transcrição, conferência, autorização do uso e publicação). De acordo com Meihy (2000), ao pesquisar as narrativas trabalhamos com três tempos distintos: gravação, transcrição e análise. Na pesquisa narrativa, são dois narradores (autor e depoente) que dialogam com um público, esta relação é tridimensional. Toda pesquisa narrativa é uma pesquisa social, dialógica e democrática. Além disso, Meihy orienta que as narrativas podem ser utilizadas de formas distintas como ferramenta, técnica ou método, sendo necessário definir qual a forma para usar e se apropriar da história oral.

Desse modo, esta pesquisa buscou através da oralidade, o preenchimento de lacunas existentes, para atender os objetivos, mas sobretudo refletir e problematizar como sugere Voldman (2006, p. 38) sobre “o desconforto, o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação, as associações, o discurso, as dificuldades e os riscos” que o acervo provocava nesta pesquisadora. Afinal, fez parte dessa pesquisa sentir desconforto, hesitação, empolgação e o silêncio das fontes. Desse modo, ter o privilégio de entrevistar as funcionárias que estiveram à frente da instituição, desde a inauguração, propiciou uma análise mais próxima do real. As entrevistas foram realizadas após a leitura da obra de Amado e Ferreira (2006) e durante o levantamento do acervo fotográfico e fez parte das minhas reflexões arriscar-me em busca de informações mais completas e refletir sobre as narrativas e os discursos que as funcionárias disponibilizariam.

Nesta pesquisa, as funcionárias⁴⁵ que trabalharam no arquivo foram entrevistadas, possibilitando a partir dos seus depoimentos compreender e conhecer melhor o acervo e suas especificidades. Através da análise e cotejamento do acervo, das entrevistas e da bibliografia existente que trata sobre as relações entre a história, a memória e a fotografia, permitiu tanto atender os objetivos específicos da pesquisa, como compreender a percepção das próprias funcionárias sobre o trabalho desenvolvido.

⁴⁵ O planejamento inicial era entrevistar quem eu conseguisse localizar e aceitasse participar, possuía uma listagem com 6 nomes (todos femininos) e entrevistei quatro mulheres desta listagem. Consegui realizar 5 entrevistas, sendo que 4 eram mulheres e 1 homem. Por uma questão de gênero, ao me referir de forma geral, será utilizado no gênero feminino (as depoentes e as antigas funcionárias). Somente foram entrevistadas, as funcionárias e o funcionário que estiveram responsáveis pela constituição, organização e classificação do acervo fotográfico. Ao realizar a primeira e a terceira entrevista, soube do falecimento de uma delas e que outra estava em Londres (listagem das 6). Até a realização das entrevistas não tinha conhecimento que a equipe anterior, era em sua maioria feminina. Antes das entrevistas, possuía apenas a relação dos nomes das chefias do arquivo e do museu, através da consulta aos livros tombos (no termo de abertura, consta o nome da chefia) e também nas reportagens dos jornais locais, se referiam a instituição “o arquivo” e eventualmente citavam as chefias.

As entrevistas foram realizadas individualmente, por agendamento, gravadas, transcritas e autorizadas pelas depoentes (ver Anexos A e B), utilizando a técnica de entrevista narrativa, semi-estruturada, partindo de um roteiro básico, mas permitindo uma maior fluidez e liberdade às falas das entrevistadas (MANZINI, 2014; MUYLAERT *et al.*, 2014).

Os primeiros contatos com as entrevistadas foram propiciados a partir de indicações, de funcionários do museu, por uma das entrevistadas, por uma museóloga e por um genealogista que conheci durante IX ABEC no CHCSC⁴⁶. Depois, através do envio de um e-mail de apresentação e explicação da pesquisa e dos objetivos. Ao realizar a segunda entrevista, a entrevistada contactou outra ex-funcionária pelo WhatsApp, para saber se ela tinha interesse em participar e se autorizava repassar o seu contato de telefone. Após a realização da segunda entrevista, a terceira entrevistada alterou o local; tinha escolhido fazer em um shopping, mas depois pediu para ser em sua residência. Assim, todas as entrevistas foram realizadas na residência das depoentes. Não foi disponibilizado o questionário previamente e nem as entrevistadas o solicitaram. Ao realizar as entrevistas, soube que todas eram licenciadas em História e todas, também, cursaram especialização. Todas informaram que já tinham sido entrevistadas por outros estudantes de cursos superiores, tais como história, museologia, arquitetura, engenharia etc; também relataram que foram entrevistadas pela imprensa. Além disso, relataram a preferência pela entrevista presencial e as dificuldades em ter que responder questionários por e-mail.

De fato, as entrevistas foram enriquecedoras, superando as expectativas, pois até a sua realização estava ciente que poderiam ser um fracasso, se as entrevistadas se sentissem temerosas em falar sobre as suas operações arquivísticas no arquivo. Ter realizado essa experiência em entrevistá-las, possibilitou acessar outras fontes, como a pasta “Arquivo e Museu” da hemeroteca, onde localizei as reportagens com as exposições fotográficas realizadas pela instituição e compreender o trabalho realizado entre 1989 (inauguração do arquivo) e 2014 (saída das funcionárias, por motivo de aposentadoria).

As entrevistas orais foram realizadas em 2019, antes de cursar a disciplina de “Narrativas Autobiográficas” e, a partir das reflexões teóricas, compreendi que o estudo sobre “narrativas de si” não se limita aos escritos antigos, como diários e correspondências de sujeitos de importância e relevância política, religiosa e social. Entretanto, nas primeiras aulas, percebi o quão amplo e diversificado pode vir a ser este estudo.

⁴⁶ IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais/ABEC: Cemitérios: gestão, culturas e religiosidades. Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre. Porto Alegre, 2019.

A partir de Jorge da Cunha (2018, 2019), percebemos que todas as sociedades ocidentais, desde a antiguidade grega à modernidade contemporânea, refletem sobre as narrativas de si, analisam e produzem conhecimento sobre a experiência humana, a partir das memórias e das lembranças vivenciadas e significadas, que resultam em valores e práticas sociais. Além disso, Cunha elucida que a narrativa de si tem um papel social e político no transcorrer da historicidade humana e que nossa formação ética e moral resulta de um processo de aprendizagem, envolvendo diversos sujeitos responsáveis, família, escola e sociedade. O estudo propiciou um maior entendimento de um ato que realizamos sem reflexão, que faz parte do nosso comportamento humano, que é narrar experiências vividas por nós ou por nossos antepassados e também buscar narrativas de outros sujeitos como forma de orientação, esclarecimento ou formação.

Tendo consciência que o narrar sempre tem uma intenção, podemos refletir sobre o papel da narrativa (ficção ou realidade), as formas de expressão, analisar a realidade vivida e imaginada em memórias, diários, cartas, romances, entrevistas, fotografias contextualizando temporalmente, geograficamente e historicamente. E assim, compreendo que as narrativas podem ser objetivas e subjetivas em decorrência de um processo social, cultural e político.

O mundo reconhecido como espaço humano, não é dado aos homens pelas forças transcendentais, mas é construído e incessantemente reconstruído e identificado pelos costumes, hábitos, valores e ações. Ou seja, uma prática e uma reflexão, como hábitos, que articulam modos de ser e viver orientados pelo conhecimento, pela razão, mas também pelo desejo e pela imaginação. Tudo isso sempre identificado e acessado pela linguagem, pelas narrativas, caracterizadas por seu conteúdo biográfico ou autobiográfico (CUNHA, 2018, p. 239).

Cunha (2018) relata que Rousseau, no final de sua vida, afirmou que a memória de si torna possível recuperar a consciência da condição humana pelo fato que somos “forçados a esquecer” e a tomada de consciência é importante para dar sentido a existência. Com isso, notei que as fontes que pesquiso também podem ser analisadas a partir da metodologia das narrativas autobiográficas. Pensar as narrativas das fotografias do acervo, das notícias veiculadas na imprensa local e das entrevistas orais, são os meios para verificar o modo como a sociedade se organizou e reivindicou a preservação da sua história através do Arquivo Histórico, para assim, compreender as demandas e intenções desse grupo populacional tão heterogêneo formado por políticos, jornalistas, artistas, arquitetos, empresários, militares, professores e pessoas comuns.

Tendo consciência do papel do historiador, como pesquisador no campo da fotografia, da memória e das narrativas autobiográficas, percebendo que as fontes possibilitam indagações sobre o próprio objeto de estudo, da aproximação com a prática e a investigação acadêmica no

campo da história e da reflexão sobre atuação e as experiências de professores na salvaguarda, pesquisa e disseminação da memória através da atuação no Arquivo Histórico.

Ao ler Passeggi e Souza (2017), compreendi que o estudo biográfico não se reduz as narrativas de vida, mas concerne à compreensão da natureza do discurso autobiográfico. Afinal, durante toda a vida o ser humano se apropria de instrumentos, linguagem, grafismo, gestos e imagens para contar suas experiências de biografização, que consiste num processo permanente de aprendizagem e constituição sócio-histórico do ser humano. A pessoa que narra, não pode mudar os acontecimentos, pode reinterpretar e reinventar-se. Segundo os autores, as narrativas de si contribuem para a construção de novas formas de conceber a pessoa humana, os meios de pesquisa sobre ela e com ela, possibilitam perceber como um sujeito dá sentido à sua experiência, organiza suas memórias, justifica suas ações, silencia e omite. O método oferece padrões interpretativos e contribui para o conhecimento humano. Passeggi e Souza elencam que, no Brasil, o uso da biografia é abordado em amplas perspectivas, como nos estudos antropológicos, fonte e método, pesquisa-formação, natureza e a diversidade do discurso, escritas de vida.

Neste sentido, percebo que a pesquisa sobre as narrativas das fotografias e a pesquisa sobre as fotografias possuem as suas singularidades, distinções, semelhanças e ambas podem ser utilizadas para pensar a realidade vivida, imaginada e construída. Afinal, o ser humano é um ser que se comunica e se expressa através de imagens e outras linguagens e estas percepções podem ser lidas e analisadas como um processo social dinâmico pelos historiadores.

A publicação das entrevistas nesta dissertação, seguirá os seguintes critérios: os relatos foram selecionados conforme a temporalidade da pesquisa, sendo que no próximo subcapítulo estarão os relatos referente a constituição, organização e classificação do acervo fotográfico no primeiro ano da instituição, a partir dos depoimentos de duas pessoas que trabalharam no Arquivo Histórico, uma delas desde 1989 (data da implantação) e de outra que ingressou alguns anos depois. Essas duas pessoas estiveram responsáveis tanto pelo acervo fotográfico, como pelos demais acervos que a instituição abriga. Além disso, também estarão os relatos da equipe sobre a compreensão delas sobre arquivo e fotografia. Após treze meses da implantação do Arquivo Histórico, o prefeito Lagranha revogou a lei nº 2334/1985, criando a Seção de Arquivo Histórico e Museu Municipal de Canoas, através da lei municipal nº 3002/1990, passando a fazer parte da Secretária de Educação e Cultura. Com isso, veio a ingressar outras pessoas na equipe já existente. No segundo subcapítulo, que tem como foco a utilização do acervo fotográfico pela equipe do Arquivo e Museu, estarão os relatos das funcionárias que estavam

responsáveis pelas exposições fotográficas e os principais temas expostos, mas também os relatos sobre as mudanças instituições e maiores informações sobre o acervo fotográfico.

3.1 RECOLHER TUDO QUE FOR POSSÍVEL ANTES QUE SE PERCA: a constituição, organização e classificação do acervo fotográfico do Arquivo Histórico de Canoas.

“Arquivo é o local onde se guarda toda a história do município, é um local de guardar o acervo histórico do município e preservar, principalmente a preservação para que sirva de material de pesquisa, isso é fundamental. A história não pode se perder, tem que ser resgatado e passado adiante para as novas gerações, é um local que deve guardar, tanto o museu, quanto o arquivo histórico devem guardar todo o acervo produzido pelo município, tanto da administração, como do povo, da população, é o local ideal” (SIMI, D. J.).

Ao questionar a equipe sobre qual era a função do arquivo, os relatos de certo modo, compartilhavam das mesmas ideias, o arquivo como local de guardar e de pesquisar. Campos (2015) afirma que para os historiadores os documentos de arquivos são a matéria-prima e as ferramentas de sua prática, são os gatilhos que possibilitam a pesquisa e busca de documentos em arquivos. Certeau (1982) discorre que há duas posições do real, na prática historiografia, o real conhecido (objeto de estudo do historiador) e o real científico (interpretação). Nesse sentido, a sociedade é objeto de estudo, dos historiadores, através de procedimentos metodológicos, buscamos compreender o passado estudado. Segundo Certeau, o real tanto é o resultado da análise, como o seu postulado.

os documentos de arquivo não nascem com qualquer pretensão para o futuro. Pelo contrário, encontram sua vocação no presente, como instrumentos que permitirão as instituições públicas ou privadas e aos indivíduos a consecução de suas funções e atividades rotineiras. Antes de se tornarem peças de interesse para os pesquisadores, os documentos cumprem um ciclo vital imbricado nas engrenagens dos negócios da entidade de que se originaram. Servem primeiro como prova de obrigações e de ações juridicamente relevantes, para só depois, então, passarem à condição de testemunho da trajetória, dos usos e dos costumes dos grupos sociais (CAMPOS, 2015, p.103).

Le Goff (1990) afirma que os verdadeiros criadores dos lugares da história, são os Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, que são levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória. Portanto, toda a documentação que um arquivo abriga é fruto de um processo social, consciente, intencional e como Le Goff afirma:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas

também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1990, p. 547-548).

Partindo dessas reflexões propostas por Le Goff, de que a memória coletiva recolhe e transforma em documento e em patrimônio, percebemos que esse é um processo elaborado, um produto construído pela sociedade e pelo interesse da história em estudar as formas e os meios como a sociedade cria uma imagem de si e busca se perpetuar. Através da criação de instituições como arquivos, museus, bibliotecas, centro culturais, locais considerados de memória, armazenadores da cultura, da história e da trajetória humana, onde estarão depositados documentos escritos e visuais, capazes de possibilitar a compreensão do passado e atender as demandas e dúvidas do presente.

Maria Lúcia Agostini, ingressou no Arquivo Histórico em 1989 e relatou que por iniciativa própria foi transferida para a instituição; contactou Mariza, que já trabalhava no local e demonstrou interesse em fazer parte da equipe. Maria Lúcia se descreveu como uma pessoa engajada: *“eu sempre, como eu era da área da história, me interessava bastante”*. Sobre a equipe que fazia parte no período de seu ingresso mencionou: *“o arquivo tinha sido implantado naquele ano [1989] e recém estava começando, então só tinha duas pessoas trabalhando”* e sobre as atividades realizadas e a constituição do acervo fotográfico comentou que era *“de uma forma muito rudimentar, não tinha estrutura, era uma sala. As primeiras fotos e o primeiro material que foi para ali [no arquivo], foi doação do Departamento de Lazer que tinha muitas fotografias”*.

Na década de 1980:

“O Esporte e Lazer em Canoas era uma coisa muito bem divulgado. Canoas nessa época aí e um pouco antes, era a cidade do esporte. Canoas na década de 80, era intitulada a cidade do esporte, aqui era bem importante. O Departamento de Esporte era muito forte, as pessoas trabalhavam bastante, óbvio que eles tinham muito material. Então, eles cederam muita coisa de fotografia do esporte e de documentos, tinha alguma coisa da Fundação Cultural e me parece que a Mariza, trabalhou antes na Fundação Cultural e veio de lá um pouco de acervo e muitos

livros da administração municipal. [...] A minha função ali era coletar material, registrar, registrar o material que tinha ali, tentar ir atrás de acervo” (AGOSTINI, M.L.).

Por dezessete anos Maria Lúcia trabalhou na instituição e tanto ela quanto as demais funcionárias comentaram as dificuldades enfrentadas em atuar num arquivo sem ter conhecimento específico. Maria Lúcia afirmou que tinha conhecimento de qual era a função do arquivo: “resgatar, preservar a história e divulgar”, mas “a gente não tinha know-how, não tinha expertise”. Por ser uma nova função na qual não detinha o conhecimento, relatou que a equipe realizou vários cursos, participando de eventos e procurando se especializar:

“Tu busca em outros locais, em outros espaços, faz cursos. E a gente fazia bastante isso, participava de encontros em Porto Alegre de outras instituições e aí tu vai criando uma consciência, vai entendendo como funciona a coisa e vai evoluindo. Foi mais ou menos assim que a gente foi tateando. A Mariza, ela confiava muito em mim, porque eu era muito empenhada, buscava, fazia e eu era jovem, eu tinha uns 20 anos. Imagina não tinha celular, o telefone que a gente tinha era uma linha, que era um ramal que tinha que pedir para ligar, tudo era muito difícil, mas igual a gente fazia as coisas. Então, eu ligava, por exemplo, o Jesus dizia para procurar esse aqui e tal e tal e tal, ia na casa, fazia o contato, ligava e ia até a pessoa. Imagina era um órgão novo na cidade, as pessoas não têm muito conhecimento até hoje, naquela época menos ainda, te apresentar como poder público e dizer “olha não quer doar essas fotos” tinha todo um trabalho, uma melação para pedir as fotos “a gente vai preservar”, algumas pessoas nem se importavam em dar as fotos e reproduzia” (AGOSTINI, 2019).

O procedimento de reprodução das fotografias foi descrito como sendo um processo burocrático e demorado; necessitava de três orçamentos, contratava um fotógrafo, as fotos doadas e emprestadas eram reproduzidas em determinados tamanhos e quantidades, levava em torno de dois meses ou mais para reproduzir. Em relação as fotos emprestadas, permaneciam no Arquivo Histórico até o recebimento das cópias; devido ao tempo demorado para a devolução, algumas pessoas ficavam receosas, exigindo das funcionárias todo um trabalho de tranquilizar e convencer, como relatou Maria Lúcia:

“Às vezes a pessoa ficava com medo que a foto não tinha voltado ainda, a gente tinha que desdobrar, explicar tudo, era muito muito muito trabalhoso, exigia uma dedicação, muito empenho mesmo, explicar para as pessoas que aquilo era uma coisa séria. Imagina, umas mulheres vieram aqui e levaram as fotografias, tu entende? E normalmente eram pessoas mais velhas que a gente procurava, por isso que eu te disse, com bastante empenho, tipo vestindo a camiseta, acreditando naquilo, tu tinha que fazer um convencimento nas pessoas, mas pra tu fazer um

convencimento nas pessoas tu tem que acreditar naquilo, a gente acreditava e conseguia” (AGOSTINI, M.L.).

Dari José Simi ingressou na instituição após três anos da inauguração, atuou nela durante dez anos e, neste período, trabalhou com três funcionárias. Sobre as atividades desenvolvidas e a forma de constituição do acervo fotográfico, relatou:

“No arquivo a gente fazia de tudo, era um grupo, geralmente tinha três pessoas, nos iniciamos lá. [...] E eu estava trabalhando numa escola e tinha uma professora que era a Maria Lúcia, ela me conheceu nessa escola e viu que eu estava fazendo um trabalho ligado a museologia que eu fazia com os alunos na escola, aí ela me convidou para ir para o Arquivo Histórico. [...] E iniciamos ali na verdade um trabalho que foi bastante produtivo, era uma salinha pequena, mais ali no centro que era alugado. Depois, a Ivone conseguiu mudar para uma sala maior, a gente tinha um espaço maior, a gente podia até fazer uma exposição com os objetos do museu e coisa assim. E a gente fazia de tudo. Cada um fazia, não havia assim divisão de trabalho, vamos fazer tal trabalho, todo mundo participava daquilo, vamos visitar tal pessoa, então destacava o Dari ou a fulana vai lá. A gente visitava muitas pessoas antigas, daqui da cidade, procurando entrevistar essas pessoas e colher informação, colher documentos e colher fotografias” (SIMI, D.J.).

A constituição do acervo fotográfico consistia num grande esforço, seguido de muitas visitas nas casas dos moradores antigos da cidade, solicitando a doação ou empréstimo para reprodução, mas também do recebimento das demais secretárias municipais.

“Como eu te disse, a gente arrecadava em tudo que era canto que encontrava e levava para o Arquivo. O objetivo principal era recolher antes que se perdesse. Esse era o nosso lema, vamos dizer, buscar na comunidade tudo antes que se perca. Organizar era depois, o dia que sobrasse tempo, a gente organizava as coisas, o objetivo era pegar tudo que fosse possível, antes que se perdesse. Tu sabe que as pessoas mudam de endereço, morrem, os parentes jogam fora. Então, a gente procurava conscientizar as pessoas também para guardar tudo que tivesse um valor relativo a história de Canoas e mostrava que tinha um valor, que a gente tinha interesse em estudar a história da nossa cidade, para quem sabe, futuramente, além de pesquisa, fornece pesquisa, fornece material aos pesquisadores das universidades, principalmente e para comunidade em geral. A ideia inicial sempre foi de buscar tudo que era possível” (SIMI, D. J.).

A instituição tinha consciência e preocupação com relação a preservação e a eventual perda de documentos relevantes. Por isso, a mobilização da equipe em busca de documentos, pois a equipe tinha, por objetivo, estimular o conhecimento, a captação de itens (fontes documentais) que possibilitasse pesquisar a história da cidade e também fornecer fontes aos pesquisadores ou interessados. Neste período, coincide com a produção dos livros do jornalista

Antônio Jesus Pfiel⁴⁷ que também contribuiu e compartilhava documentos e fotografias para o Arquivo Histórico.

“Quando eu cheguei lá, já tinha um pequeno acervo em 93, porque elas iniciaram um pouco antes, não lembro exatamente o ano, uns anos antes, elas começaram antes a organizar o material [as Marizas e a Maria Lúcia]. Então, não tinha muita coisa, tinha bem poucas fotografias, umas pastinhas lá, uns arquivos, mas a partir do momento que eu entrei lá, a gente começou a buscar mais, fotografias e documentos, tudo que fosse possível, de interesse nosso e do interesse do museu e arquivo histórico, tudo fosse relacionado com Canoas. [...] A gente ia nas casas das pessoas, pedia emprestado as fotografias, levava para o Arquivo Histórico. Se a pessoa quisesse doar, ficava lá e se não quisesse tirava cópia, tinha um rapaz que fazia as cópias para nós. Dessa forma, da Prefeitura também, tinha várias secretarias também, juntava tudo que fosse possível de fotografias que se encontrasse nas secretarias da Prefeitura e assim formamos o acervo. Era muita coisa, outro, o Antônio Jesus [Pfiel] também nos ajudou bastante, ele levava, ele encontrava e tinha bastante em casa, emprestava para nós tirar cópia. O Antônio Jesus não sei se tu conheces os livros dele, ele fez uns trabalhos que tem muitas fotografias no trabalho dele. Então, esse material também nos ajudou bastante, muita coisa ele doou para o arquivo, outras coisas ele não doava, porque ele tinha que devolver para as pessoas, mas a gente tirava cópia. Então a gente buscava foto na verdade em tudo que era canto, aonde a gente encontrava” (SIMI, D.J.).

Antônio Jesus Pfiel, foi mencionado em todas as entrevistas e sua importância na constituição do acervo fotográfico é destacada, principalmente por conhecer muitas pessoas, estabelecer contatos entre os antigos moradores e o Arquivo Histórico, disponibilizar o material de suas pesquisas e dos jornais onde atuou.

Em relação a organização do acervo fotográfico, Maria Lúcia explicou que foi um grande desafio, muitas discussões, um trabalho demorado para conseguir organizar o material recebido:

“Eu comecei, a forma de registrar essas fotografias foi eu que comecei, a gente bolou, a Mariza Andrade, Mariza Formiga, com ajuda do Jesus. Eu sei que os primeiros numerzinhos nas fotos fui eu que fiz, a gente numerava a foto, se tu for olhar, fui eu que escrevi. No ato de recebimento, se escrevia com lápis, depois a gente catalogava, tinha toda uma metodologia, a gente que bolou, a gente seguia as orientações da arquivologia, dos cursos que a gente fazia, participava. Enfim, mas foi a gente, cada local, a gente ia setorizando, se não me engano era por década, foi assim desde o início, catalogávamos e identificávamos a foto, foi muita discussão para gente chegar nisso aqui, não é uma coisa que estava pronta, é assim

⁴⁷ Canoas: anatomia de uma cidade, em dois volumes, o primeiro volume inicia com o povoamento urbano no século XIX até 1930 e o segundo volume de 1940 a 1960. Registra a história do município através da fotografia, com textos explicativos, contendo mapas, notícias de jornais, citações de livros, documentos oficiais e privados.

que se faz, a gente tinha os exemplos, a gente tinha estruturas de outros locais, mas era uma coisa nossa, peculiar, nossa, daqui” (AGOSTINI, M.L.).

Localizei em apenas um envelope uma antiga ficha de registro (Figura 24) onde constam informações detalhadas sobre a fotografia catalogada. Segundo as entrevistas, todas as fotos deveriam ter essa ficha de identificação, mas atualmente não tem mais.

Figura 24 – Ficha de Identificação de Documentos Fotográficos

Documento Fotográfico			
DATA FOTO	CONSERVAÇÃO	LEGIBILIDADE	MODO AQUISIÇÃO
1904	Perfeito (X) Exatidão () Fungos () Manchado () Riscado () Rasgado ()	Boa () Regular () Péssima (X)	Doação (X) Empréstimo () Compra ()

Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

De acordo com a depoente, a catalogação do acervo foi criada para facilitar o trabalho e o acervo chegava de todas as maneiras possíveis:

“A gente tinha que montar uma forma que ficasse fácil para nós, porque esse acervo chegava de qualquer jeito, de várias maneiras. Como determinar que vai ser assim por décadas? Tinha os fundos, fundo da associação, fundo de sei lá o que, entende, tudo isso aí. A gente fazia longas discussões “a mas eu acho” mas “não vai dar certo” a gente tentava e chegava num momento “não está dando certo assim”, vamos fazer assim. Por isso que àquela hora eu te disse que era tateando. Eu não me lembrava mais como era, mas era isso aí. Até chegar nessa estrutura, discutiu, isso foi bem na época, das duas Marizas e eu, era uma época muito boa! Sabe quando tu descobre junto uma coisa, tu começa a fazer funcionar, uma coisa que não existia, tu faz funcionar, dá certo e as pessoas vem procurar. Tu diz “está lá em tal gaveta, procura” e era aquilo. A gente se sentia realizada, isso não tinha preço, tu precisava ver como as pessoas nos elogiavam. “Bah! A gente não imaginava que tinha isso em Canoas”, realmente a gente era muito empenhada, a gente tinha uma atuação com a comunidade, isso que eu te falei, a gente ia nas praças, como era bom fazer isso” (AGOSTINI, M.L.).

Há um consenso, entre a equipe entrevistada, sobre como foi constituído o acervo fotográfico do Arquivo Histórico: pela doação sistemática das secretarias municipais, gabinete do prefeito, gabinetes de alguns vereadores municipais, jornal e rádio local e dos moradores da

cidade; também constam fotografias que as funcionárias registraram para utilização de exposições, material de divulgação e história da cidade. O recebimento de doações de fotografias ocorreu desde o início do funcionamento da instituição, em 1989, até meados dos anos 2000. Em relação ao acervo fotográfico do “tempo presente”, referente as últimas gestões municipais (2009-2020), são fotos digitais e até 2020 estavam armazenadas na Secretária de Imprensa.

Figura 25 - Série “Prédios Públicos”



Fonte: Registrada pela autora (2020)

Para saber quais são as fotografias da cidade que constam no Arquivo Histórico, realizei periodicamente consultas ao acervo. Ao fazer isso, verifiquei que as fotografias estão alocadas em cinco arquivos de aço inox, com quatro gavetas cada, sendo que cada arquivo e cada gaveta possui um código de identificação. Todas as séries estão em pastas suspensas do tipo “kraft”, divididas por décadas e cada fotografia está guardada em um envelope de papel pardo e possui um número de registro, como as dispostas na Figura 25.

O padrão é de cada pasta ter dez fotografias, mas há exceções, já que em alguns envelopes constam mais de uma foto, repetida ou não. Atualmente, o acervo fotográfico é constituído por 6.847 fotografias, divididas em 57 séries, organizado em ordem temática e alfabética, por décadas, em 5 arquivos de aço inox, na seguinte disposição, segundo a planilha da Fototeca (Quadro 1).

Quadro 1 – Classificação e organização da Fototeca

Arquivo 1	Gaveta 1A	Aeroclube, Asilo, Associação, Banco, Bairro, Base aérea, Biblioteca, Brigada militar, Calçadão,
	Gaveta 1B	Calçadão, Câmara de vereadores,
	Gaveta 1C	Câmara de vereadores, Carnaval, Cemitério,
	Gaveta 1D	Cinema, Clubes, Clube de mães, Comércio,
Arquivo 2	Gaveta 2A	Comércio, Desfile, Dique, Eleições,
	Gaveta 2B	Enchente, Escola,
	Gaveta 2C	Escola, Esporte, Eventos,
	Gaveta 2D	Eventos, Família, Fazenda,
Arquivo 3	Gaveta 3A	Folclore, Fundação Cultural de Canoas, Ginásio, Greve, Hospital, Igrejas,
	Gaveta 3B	Imigrantes, Indústria, Invasão, Jornal, Junta Militar, MACA
	Gaveta 3C	Monumento, Música, Parque, Passarela, Pessoa
	Gaveta 3D	Pessoa
Arquivo 4	Gaveta 4A	Ponte, Praça, Prédio particular,
	Gaveta 4B	Prédios públicos, Prefeito,
	Gaveta 4C	Prefeito, Rio, Rua,
	Gaveta 4D	Rua, Saúde, Semana de Canoas,
Armário 5	Gaveta 5A	Semana de Canoas, Terreno, Time de futebol, Tradicionalismo, Trem,
	Gaveta 5B	Veículo, Vista geral.
	Gaveta 5C	Lagranha (fotografias, documentos e itens variados, não faz parte da Fototeca).
	Gaveta 5D	A catalogar (fotografias variadas, misturadas).

Fonte: Elaborado pela da autora

Para compreender e conhecer o acervo optei por ver cada uma das fotos, tanto por uma curiosidade pessoal, como para realizar uma análise mais precisa e atenta, devido a ficha catalográfica do acervo, atualmente, ser em formato de tabela de Excel e não possibilitar acesso as informações que buscava. Logo, essa pesquisa ao acervo fotográfico tem uma proposta pioneira, exploratória, experimental, comparativa e reflexiva, almejando contribuir e estimular mais e novas pesquisas.

Figura 26 – Planilha em Excel da Fototeca

Nº da foto	Classificação	Década	Descrição da Foto	Observações
1	Prédio Particular	?	Casa da família Rosa, localizada hoje ao lado do Centro Educacional La Salle.	
2	Prédio Particular	80	Residência dos Mathias Velho.	3 fotos
3	Prédio Particular	80	Residência dos Mathias Velho.	
4	Prédio Particular	80	Residência dos Mathias Velho.	4 fotos
5	Prédio Particular	1800	Fundos da residência da família Abadie, construída em 1837, na AV. João Pessoa, atual coronel vicente	3 fotos
6	Família	1800	João Abadie e Anita Abadie. Chegaram a Canoas por volta de 1897. Instalando se em uma residência na rua Coronel Vicente.	2 fotos
7	Família	1800	Major Alberto Bins foi prefeito de Porto Alegre e esposa. Proprietários onde hoje situa-se o bairro Niterói e que na época eram fazendeiros de plantação de arroz – 1898	2 fotos
8	Prédio Particular	1900	que foi enviado a Portugal na época. Localizava-se ao lado da Vila Mimosa e a residência da família Wurth	4 fotos
9	Prédio Particular	1900	Vila Mimosa, residência da família Ludwig localizada na Rua Guilherme Shell. Aparece na foto o Sr. Frederico Guilherme Ludwig (Fritz Ludwig).	
10	Família	1900	Família Ludwig em frente ao chalé suíço	
11	Pessoa	1900	Fredenco Guilherme Ludwig em frente a Vila Mimosa. Nessa época a família Ludwig ainda morava no chalé suíço. Pois a Vila Mimosa estava em construção	

Fonte: Print elaborado pela autora.

A planilha da Fototeca (Figura 26) possui os dados de localização, como o número da fotografia, classificação temática, a década e a descrição da foto. Nesta planilha é possível realizar buscas pelo nome da série, assunto, nome de alguém ou ano e a planilha localiza se existe alguma foto. Entretanto, ao realizar algumas buscas e verificando o acervo pessoalmente, verifiquei que esta tabela não atendia aos meus objetivos e não fornecia todos os dados que procurava.

A catalogação das fotos, na planilha do Excell, apesar de no geral seguir um certo “padrão” (data, classificação e descrição), em seu item “descrição” é bem difuso, não seguindo um mesmo padrão. Algumas fotos descrevem somente os nomes das pessoas, nome da empresa, somente a localização ou somente o nome do evento. Não consta na referida planilha, nenhuma descrição informando tamanho, cor, reprodução ou original, autoria, estúdio fotográfico, nem a origem da fotografia (somente nos livros tombo de registros) anteriormente, se era de outra secretaria, da câmara dos vereadores, do gabinete do prefeito ou doação.

Ao constatar as limitações da planilha da Fototeca e juntamente com o meu interesse prévio em conhecer o acervo, me propus a buscar os “indícios”, os “detalhes”, os “rastros esquecidos” e não documentados oficialmente, numa perspectiva indiciária (GINZBURG, 1992, 2006) que daria significado e sentido a minha pesquisa. Nunca tive o interesse ou objetivo de isolar as fotos, vê-las individualmente ou por amostragem, mas pesquisar o conjunto todo, conhecer todas as séries, me aprofundar e compreender o método organizacional a que elas foram submetidas, estimulada pelas reflexões de Mauad (2005, 2016, 2017) sobre a prática de ver analisando o percurso das fotografias, bem como, o tratamento das imagens. Meneses (2012) contribui em reforçar que uma imagem não tem sentido em si, mas a sociedade o faz.

Além disso, Meneses afirma que situar as imagens em diferentes contextos não é fácil, mas é de extrema relevância refletir sobre como a sociedade pode transformar imagens e assumir novos papéis a elas. Nesse sentido, compreendemos que uma fotografia é um documento que possui uma utilidade em um dado momento e pode ser transformada em produtos que podem ser consumidos e explorados por diferentes sujeitos, inclusive, instituições de memória, como arquivos, museus etc.

Inicialmente, havia o interesse em quantificar informações detalhadas sobre todo o acervo, mas devido ao pouco tempo disponível, essa intenção logo foi desconsiderada. Assim, considerei realizar, apenas de forma rudimentar, a coleta de informações básicas, como os dados sobre a cor das fotos (colorida versus monocromática) e quantidade (por década e total da série). De forma geral, procurei verificar padrões seriais, qual era a predominância dos registros do acervo (retrato, paisagem, arquitetura, ambiente interno ou externo, foto individual ou coletiva). Não realizei o levantamento foto por foto nos padrões seriais, mas a cada década, por série. Assim, busquei apresentar um padrão geral sucinto que possa indicar o que consta neste acervo.

A instituição pesquisada não possui os registros fotográficos disponíveis digitalmente; a cada pesquisa, os interessados precisam se deslocar e verificar o acervo pessoalmente. Um dos motivos de digitalizar parte do acervo e realizar registros em grupos de 10 fotos juntas, serviu de base para analisar e interpretar, de forma ampla, principalmente para não me limitar aos registros escritos durante o levantamento de dados e informações. Afinal a memória é fluída e frágil, até mesmo para uma pesquisadora.

As buscas por pistas e/ou verificação da existência de informações no verso das fotografias, foi de grande relevância. Tanto pela experiência pessoal de ter realizado anotações no verso das minhas fotografias pessoais, como estimulada pela leitura de Ginzburg (1996) sobre o paradigma indiciário, onde o autor traz uma excelente contribuição ao citar outros estudiosos ou médicos (Giovanni Morelli, Freud, Doyle, Bertillon e Galton etc) que também desenvolveram seus estudos nos campos da arte, medicina, literatura e direito, tendo como método ou agindo semelhante ao trabalho de um detetive, um observador em busca dos indícios imperceptíveis para os demais.

De acordo Ginzburg (1996) por milênios o homem foi caçador, aprendeu a reconstituir as formas e movimentos, farejar, registrar, interpretar e classificar pistas, transmitindo e enriquecendo essa habilidade e conhecimento ao longo das gerações. Todo este patrimônio herdado e transmitido ao longo das gerações, segundo o autor, também serviu para as construções de contos, mitos, lendas, fábulas e metáforas que as sociedades ainda hoje se preservam e/ou se resignificaram. Segundo Ginzburg tanto a medicina, o direito e as ciências

No verso de um número considerável de fotografias, constam registros escritos com indicação aos livros do Antônio Jesus Pfiel (1992, 1995). Percebi também que o acervo é constituído por um número pequeno de cartões postais e cartões de visitas. Também notei que fotografaram jornais e quadros; e constam imagens ou fotografias pintadas a mão. Ter verificado o verso das fotografias possibilitou perceber as marcas existentes, os vestígios pretéritos, como aquele que registrou ou revelou (estúdio fotográfico), aquele que foi presenteado com uma foto com dedicatória (casamento, batizado, velório, viagem, cerimônias variadas, retrato), a foto que foi selecionada para ser publicada pela imprensa (Figura 29) numa reportagem ou que foi tratada, cortada ou ampliada e posteriormente doada ao Arquivo Histórico, fotos com registros diversos (doador ou pela equipe do arquivo). Todas essas marcas no verso das fotos possibilitaram reconstituir, mesmo que parcialmente e de forma fragmentada a história da patrimonialização deste rico e vasto acervo.

Figura 29 – Folha de Canoas, foto frente e verso (1986)



Fonte: Fototeca do Arquivo Histórico de Canoas. Montagem elaborada pela autora.

Desse modo, busquei pesquisar as séries, de forma qualitativa e quantitativa, por compreender que são os “vestígios” e a “representação” da cultura material. Nesse sentido, procurei estabelecer quais foram as condições de constituição, organização, produção e divulgação do acervo fotográfico. E, assim, mostrar em que medida a fotografia pode ser utilizada como um documento/monumento/patrimônio (LE GOFF, 1990) associada a história oficial, como instrumento de poder, da “verdade” e da “realidade”.

Figura 30 – Poder Executivo em Eventos, Obras e Reuniões



Fonte: Fototeca do Arquivo Histórico de Canoas. Montagem elaborada pela autora.

Figura 31 – Concursos de Beleza

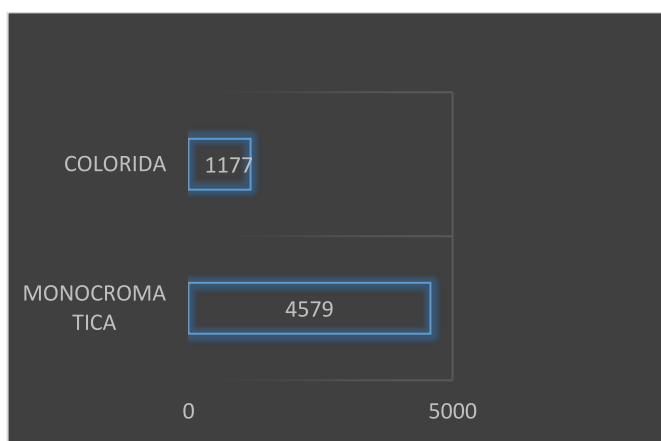


Fonte: Fototeca do Arquivo Histórico de Canoas. Montagem elaborada pela autora.

De fato, verificar o acervo, possibilitou estabelecer alguns indicadores e constatar que uma parte considerável dele remete aos atos do poder executivo (Figura 30), como visita às obras públicas, inaugurações e eventos diversos pela cidade. Ainda foi possível verificar que as fotografias que atualmente encontram-se arquivadas, anteriormente foram utilizadas em eventos, reuniões e também estavam expostas nas paredes da sala de alguns prefeitos. Fazem parte do acervo, fotografias registradas pelas funcionárias que trabalham no arquivo, fotografias de concursos de fotografia ou concursos de beleza (Figura 31), fotografias para material de divulgação produzidas em projetos culturais (por exemplo, o “Canoas para lembrar quem somos”) e muitas fotografias doadas pelos moradores da cidade.

Durante toda a pesquisa no acervo fotográfico, notei que maioria das fotos são monocromáticas (preto e branco), sendo que uma parte considerável do acervo é constituída por reproduções. Como já foi mencionado, o acervo fotográfico é constituído por 6.847 fotografias, mas no gráfico abaixo (Gráfico 1), estão representados somente os dados relativos ao material efetivamente consultado, em um total de 5.756 fotografias, sendo que 80% desse acervo são de fotos monocromáticas e apenas 20% são coloridas, notando-se que grande parte do acervo é constituído de reproduções.

Gráfico 1 – Registros por Cor da Fototeca



Fonte: Elaborado pela da autora

Há envelopes com mais de uma foto, sendo que em praticamente todas as séries constam mais de uma cópia da mesma foto, fotos de um mesmo local, mas de tamanhos diferentes ou detalhes, como mostram as da Figura 32, 33 e 34. A quantidade significativa de reproduções, despertaram o meu interesse. Por que tantas fotos reproduzidas e iguais? Notei que uma mesma foto poderia ser classificada em dois ou mais temas: por exemplo, a foto da igreja matriz de

Canoas está em várias séries (desfile, evento, prefeito, praça, rua etc), dependendo dos elementos envolvidos na composição da fotografia e/ou da catalogação.

Figura 32 – Série “Igreja”



Fonte: Registrado pela autora

Figura 33 – Série “Prédio Particular”



Fonte: Registro da autora

Figura 34 - Série “Base Área”



Fonte: Registrado pela autora

As entrevistas possibilitaram compreender o motivo de algumas fotografias do acervo terem tantas cópias e tamanhos variados, pois era destinado às exposições escolares, com mediação e divulgação da história da cidade e da instituição:

“Ah, tem umas fotos maiores e outras menores né, as maiores foram tiradas para a gente fazer exposição, a gente depois fazia exposição com essas fotos nas escolas, a gente organizava painéis e levava para expor nas escolas. A gente fazia palestras nas escolas também, mostrando fotos de Canoas, as fotos antigas e fomos também em determinados locais. A gente pegava uma foto antiga, por exemplo, de trinta, quarenta anos atrás, de uma determinada rua e ia no mesmo local e no mesmo ângulo e fotografava e então depois fazia uma comparação com os painéis e as comparações foto antiga e como ela é atualmente no mesmo local, e assim por diante, isso a gente fez bastante principalmente nas escolas, entidades, era mais nas escolas. [...] Todos os anos nos visitávamos as escolas, tinha que passar por todas, os painéis deve estar lá ainda, de acrílico, a gente montava o painel de acrílico, encaixava nos cavaletes, era em torno de 10 a 12 cavaletes, era bastante fotografias dava um trabalho danado de fazer isso aí, era fotografias da cidade, eram cópias, não colocava os originais, Edson que fazia as cópias” (SIMI, D. J.).

Desde sua inauguração, o Arquivo Histórico promovia exposições fotográficas de caráter histórico e pedagógico, visando a divulgação da instituição e da história municipal, a partir de acontecimentos comemorativos e exposições culturais de temáticas diversas, tais como, esporte, carnaval, étnica, casamento, cinema, sistema monetário e imprensa, utilizando fotografias, objetos e documentos, como mostra a Figura 35.

Figura 35 – Exposições Temáticas



Fonte: Hemeroteca do Arquivo Histórico de Canoas. Montagem elaborada pela autora.

As exposições fotográficas eram anuais, para todas as escolas municipais, pelo menos uma pessoa que trabalhava no Arquivo acompanhava e realizava uma palestra na escola. Além da mediação explicando a exposição, convidavam alunos e professores para visitarem a instituição. Segundo o relato, a exposição permanecia por uma semana em cada escola.

“Os painéis duravam um ano porque tinha que percorrer todas as escolas, era mais de trinta quarenta escolas. Às vezes oferecia para as escolas do estado quando sobrava tempo, levava nas escolas do estado, tinha uma Kombi da prefeitura, a gente chamava e levava, sempre um de nós junto, deixava na escola uma semana, percorria, ia para outra escola. A primeira vez que chegava, a gente fazia digamos uma palestra explicando a exposição, vinha os alunos de várias turmas, contava sobre aquilo ali, contava também sobre o arquivo histórico, convidava eles para visitar, os professores e direção. A gente fazia muita propaganda do nosso arquivo histórico. Então, isso aí, surtiu bastante efeito, as pessoas visitavam realmente o arquivo histórico, as professoras levavam também, a gente também mandava convite para todas as escolas, uma e outra ia lá, nem todas tinham condições de ir até o museu, fizemos várias exposições no arquivo histórico temáticas, sempre tinha um tema” (SIMI, D. J.).

Dessa forma, no que tange a análise dos discursos da equipe e o uso das imagens por elas nas mostras expositivas, o uso das fotografias visava a sensibilização e consciência preservacionista, bem como construção de narrativas memoriais e históricas por meio de representações sociais e simbólicas.

“Através da fotografia tu consegue visualizar o que aconteceu, épocas, décadas. Quem está no século XXI, como é que vai entender 1910, 1920, 1930, a cidade, as

ruas, os bairros, o crescimento? A fotografia é uma coisa que te mostra tudo isso, te dá um parâmetro para entender tudo o que ocorreu nesse período. A fotografia é essencial, tu poder visualizar, isso é o que eu penso” (FLINCKER, I. M.).

A fotografia pode ser utilizada como meio de acessar o passado de determinado local, grupo ou acontecimento, mas também pode ser utilizada como meio de transmissão de memórias e preservação de uma sociedade, grupo ou família. Ainda contamos com a transmissão histórica que difere da transmissão memorial. Segundo Candau (2019) história e memória são representações do passado, mas a história tem por finalidade a exatidão e o esclarecimento do passado, enquanto a memória busca a verossimilhança e a memorização.

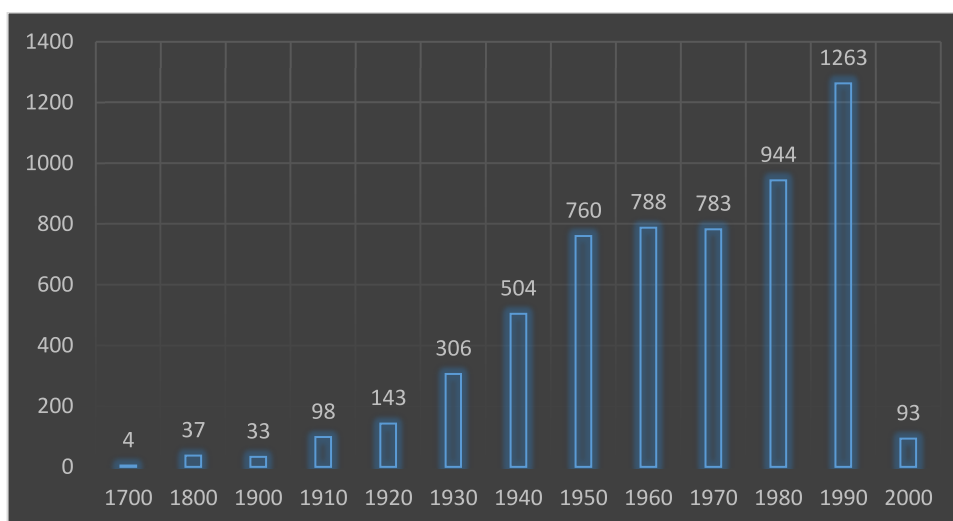
A história busca revelar as formas do passado, enquanto a memória as modela, um pouco como faz a tradição. A primeira tem uma preocupação de ordenar, a segunda é atravessada pela desordem da paixão, das emoções, dos afetos. A história pode vir a legitimar, mas a memória é fundadora. Ali onde a história se esforça em colocar o passado a distância, a memória busca fundir-se nele (CANDAU, 2019, p.131-132).

A fotografia pode ser compreendida como representação, a partir do olhar do fotógrafo, do detentor da foto ou de pesquisadores. Sem esquecermos que a memória é seletiva, como Catroga (2001) afirma, escolhemos o que vamos preservar e perpetuar, de maneira que ela nunca é, somente, é um mero registro. De acordo com Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva. As fotografias que integram o acervo do Arquivo Histórico de Canoas, foram constituídas para que os moradores pudessem conhecer e refletir sobre a cidade, mas também preservar e lembrar o seu passado. Pesavento (2004, p.11) coloca que “ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história”. A fotografia não deve ser limitada a representação do real ou a ilustração, mas como um documento que expressa muitas informações e pode ser explorado através da sua narrativa visual:

Através da fotografia, podemos perceber a singularidade de uma representação que indica informações referentes ao meio sociocultural onde foi concebida. Assim, a imagem fotográfica pode ser relida e revivida, trazida de volta à lembrança para estimular a memória. É isso que faz da fotografia produto da informação visual armazenada, tendo sido uma representação mental antes de ser visual. Nesse pensamento, podemos perceber a importância da fotografia como fonte de informação, cujo lugar na pesquisa, tanto nas ciências sociais como na comunicação, bem como nas demais áreas do saber, deve ser ampliado (NOBRE, GICO, 2011, p. 114-115).

Além disso, verifiquei a quantidade de registros por décadas, constatando um crescimento gradual e expressivo nas décadas de 1950, 1960, 1970, com valores bem semelhantes, enquanto nas décadas de 1980 e 1990, período em que o Arquivo Histórico foi implantado, possuem os maiores registros de fotografias (Gráfico 2) e correspondia ao período atual da cidade. Os registros das décadas de 1980 e 1990 correspondem, na sua maioria, de imagens referente aos atos, eventos e acontecimentos tanto da gestão pública, como da instituição pesquisada, mas também de doações daquele momento.

Gráfico 2 – Registros por décadas da Fototeca



Fonte: Elaborado pela da autora

Em relação aos registros datados como sendo dos séculos XVIII e XIX (anos 1700 e 1800), referem-se a data correspondente ao período de vida do indivíduo, não são fotografias, são gravuras ou pinturas que foram reproduzidas e fotografadas. A datação das fotografias, segundo os depoimentos da equipe do Arquivo Histórico, pode conter alguns erros, principalmente nas fotografias que foram doadas pelos moradores da cidade. Ao verificar o verso das fotografias, constatei que em muitas delas constam mais de uma datação e descrição. Nas fotografias vinculadas ao poder executivo, principalmente nas gestões do ex-prefeito Lagranha, no verso consta o carimbo do estúdio fotográfico – Foto Rio – com a datação. Consta no verso das fotografias vinculadas ao poder legislativo e ao gabinete do prefeito, carimbos correspondentes e datados. Nas fotografias doadas por moradores, muitas delas possuem carimbos de estúdios fotográficos.

As fotografias do acervo da instituição são referentes a cidade ou seus moradores, independente da origem anterior. As fotos que estão na Fototeca não foram separadas em fundos, conforme o doador. As fotos que vieram do poder executivo, legislativo, secretarias,

doações, estão todas “misturadas”, mas todas foram registradas nos livros tombos, catalogadas e registradas dentro da classificação adotada pela instituição, ou seja, cada foto que pertence a Fototeca, está catalogada dentro de uma das 57 séries e está dentro do envelope correspondente, podendo ter mais de uma, duas ou mais fotos iguais.

Outra questão importante é que as fotos que estão na Fototeca, na sua grande maioria, são reproduções, utilizadas para as exposições no Museu ou em outros locais (exposições itinerantes), segundo os depoimentos das entrevistadas. Através da consulta aos catálogos dos documentos escritos pertencente ao Arquivo Histórico, é possível verificar que existem fundos específicos, onde estão localizadas as fotografias originais. Por exemplo, existe um fundo documental intitulado Cinquentenário e nesta caixa constam as fotografias do evento e outros documentos, mas na Fototeca estão apenas algumas fotografias reproduzidas. Algumas fotografias estão apenas na Fototeca, original e reprodução, juntas no mesmo envelope ou em envelopes separados. O critério para uma fotografia estar na Fototeca ou em outros fundos documentais é bem difuso, variável conforme interpretação, escolha daquele que realizou o procedimento ou período correspondente, ou seja, dependendo da equipe responsável era adotado tal procedimento, sendo que a próxima equipe poderia seguir ou não o mesmo padrão, ou vir adotar um novo critério.

A equipe do Arquivo Histórico tinha como critério de recebimento de fotos, aquelas que registrassem preferencialmente lugares localizados em Canoas e referente as pessoas nas fotos era necessário serem moradores da cidade. Porém o acervo possui uma certa quantidade de fotos que retratam outros lugares; cito dois exemplos: o prefeito em outra cidade ou moradores que foram retratados em um estúdio fotográfico em Porto Alegre, mas permanecendo dentro dos critérios adotados pela equipe, estavam vinculadas a cidade.

“Na minha opinião todos os acervos são importantes, o fotográfico mais ainda, porque tem a visão, tem lá a máquina de costura da Dona Cotinha, ela foi a primeira professora de Canoas, mas se tiver uma foto da dona Cotinha é outra coisa né. A memória é muito mais viva, mais antiga, você consegue interagir, por exemplo, no museu tem uma foto da Av. Santos Ferreira que eu adorava, tu olhava as casinhas ali da Vila Nenê, tudinho, até lá embaixo, não tem mais. Não adianta eu dizer “lá tinha viu”. Nunca viu, do que adianta, tu consegue formar na tua cabeça? Não consegue. Dificilmente, na tua cabeça do jeito que tu quer, mas não como era, a foto vai te mostrar isso, é assim, a foto é importantíssima” (SILVA, E. S.).

As transformações e mudanças urbanas ocorridas nas cidades foram amplamente documentadas através da fotografia, tanto pela sociedade em geral, como pelos governos. A

produção destas imagens pelos fotógrafos tinha como objetivo registrar o real, colaborando com a ciência e a memória, capturando vistas e paisagens, disseminando através das reproduções de retratos, carte-de-visite, cartões postais e álbuns, tornando-se objeto de comercialização e adoção de um padrão positivista, moderno e civilizado.

No Brasil, a tradição de produção e comercialização de álbuns fotográficos remonta à segunda metade do século XIX. Entre outras iniciativas, podem-se citar: o álbum comparativo da cidade de São Paulo produzido por Militão (1862-1887); os álbuns de vistas do Rio de Janeiro com fotografias de Marc Ferrez; aqueles publicados pela Casa Leuzinger; a obra *Album de vues du Brésil*": o álbum oficial da inauguração de Belo Horizonte e, para Porto Alegre, os álbuns produzidos pelos Irmãos Ferrari (em 1888 e 1897), por Virgílio Calegari (c. 1912) e pela Editora do Globo (em 1935). Em 1922, as comemorações do Centenário da Independência incentivaram a publicação de uma série de álbuns fotográficos da Capital e de várias cidades brasileiras (MONTEIRO, 2008, p. 149).

Sebastião Salgado afirmou que não fotografamos com a nossa câmera, mas como toda a nossa cultura, ou seja, o ato de registrar uma imagem é um processo mental e físico, que envolve todo o nosso conhecimento, ideologia, estética, valores morais, éticos, religiosos e políticos. O processo de fotografar envolve um trabalho mental, de enquadramento, escolha, seleção e ação.

O que o fotógrafo faz ao produzir uma fotografia é narrar um momento da vida através da imagem, eternizando-o historicamente, como um escritor o faria utilizando as palavras. Desse modo, a fotografia pode conter o caráter de narração via códigos visuais organizados no instante do enquadramento. (NOBRE, GICO, 2011, p. 115)

O relato sobre as transformações urbanas recentes na cidade, do projeto não realizado e o quanto seria importante documentar/registrar o tempo atual, possibilita refletir como a sociedade, grupos sociais ou governos podem ter o interesse em criar instituições (arquivo e museu), responsáveis pela coleta, guarda e preservação de documentos históricos, memoriais e considerados relevantes a pesquisa, comunicação e divulgação para que sirva de evidência da trajetória passada.

“Fundamental! O arquivo, não sei se colocamos o museu, tudo que se diz ao passado é importantíssimo. Como que tu vai respeitar a tua cidade, se você não sabe como foi formada? Como que tu vai criar amor aqui? Como que tu vai amar Canoas? Tem que ter uma história, é importantíssimo, como a família, sua casa, como que você gosta da sua casa, eu por exemplo, na minha casa eu chego lá eu lembro da minha infância, por onde eu andei, se não tiver nada disso, quando eu vir pra cidade. Sabe que uma vez eu pensei em fazer um projeto para Av. Santos Ferreira, porque ela era a ligação de Gravataí-Canoas até lá o rio, pegava o barco pra Porto Alegre, olha a transformação que está sofrendo e vai sofrer mais ainda. Eu passei e derrubaram a minha farmácia, sabe naquela esquina a Droga Raia, botaram pra baixo, aquele monte de casinha sumiu tudo guria, agora só tem umas

lojas enormes com umas vitrines de vidro, as casas foram tudo pro saco. Ninguém documentou, ninguém fotografou, é o que tem do que ficou. Se alguém montasse esse projeto seria muito interessante, mas isso quem tinha que fazer era o próprio arquivo e museu, correr atrás e resgatar o que sobrou de fotos daquilo ali. Nós queríamos montar isso, Av. Santos Ferreira era a bambambam, você vinha de Gravataí até aqui, a gente pertencia a Gravataí, tinha um diário dos Santos Ferreira, quem é Santos Ferreira, é muito importante” (SILVA, 2019).

Outra questão pertinente para refletir é sobre o possível desinteresse em conservar os vestígios (i)materiais dos nossos antepassados. As cidades se transformam a cada nova geração, construções são substituídas conforme a tendência, aquelas que sobrevivem podem vir a serem consideradas patrimônio ou as péssimas condições em que se encontram, as fazem desabarem, é algo que presenciamos e assistimos frequentemente nos noticiários.

Sandra Jatahy Pesavento (1999) traz uma excelente reflexão sobre o mito da criação do homem, criado do barro, utilizou o próprio barro para construir o seu local de moradia (cidade) e ainda possibilita refletir através das histórias de Caim e da cidade de Babel, sobre a dominação do homem sobre a natureza, do desejo de desobediência, transgressão, sonho, conflito, ambição, imaginação que faz parte da sociedade.

As cidades, onde vivemos, com seus prédios, traçados, sua formação envolveram a ação humana coletiva, simbólica e política. De fato, é também local de sociabilidade, contradições, desigualdades e invisibilidades, mas também carregada de simbologia, afeto e de memórias.

Todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória: lugares em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado. Estes espaços dotados de significado fazem, de cada cidade, um território urbano qualificado, a integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social (PESAVENTO, 2008, p. 3).

De acordo com Rossi (2010, p. 23) “o mundo em que vivemos há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que têm função de trazer alguma coisa à memória”. Rossi comenta que há lugares que lembram as ausências (cemitérios), tragédias (guerras, massacres), acontecimentos e monumentos (passado de nossas histórias, à nossa continuidade e nosso presente) e nosso cotidiano (comportamento, deveres, proibições). Para Rossi, a “arte da memória” não se relaciona ao que está propondo na sua obra, para ele, as “imagens” e os “lugares” são formas pelas quais nós seres humanos expressamos nossos temores.

Ao contrário da obra clássica de Francis Yates, segundo este autor, “arte da memória” nasceu na Antiguidade grega, sendo transmitida por alguns textos latinos (o *De oratore* de Cícero, a *Institutio oratória* de Quintiliano e a *Ad Herenniun* de autor desconhecido) e segundo Dubois (1993, p. 314-315) a “arte da memória” consistia em utilizar um conjunto de regras, onde o orador inscreveria na sua memória tudo que necessitasse discorrer, ou seja, deveria mentalmente escolher lugares de forma ordenada e depois formar imagens para reter (memorizar/lembrar). Dessa forma, Dubois (1993, p. 316) afirma que a fotografia é mais uma forma das diversas formas modernas que prolongam a memória. Afinal, a memória é um processo mental, que de acordo com Dubois, encontra na fotografia um fenômeno mental e químico, para registrar *loci* e reter imagens.

Durante seis meses de pesquisa, verifiquei 49 séries fotográficas⁴⁸ das 57 existentes, da Fototeca do Arquivo Histórico de Canoas, a quantidade de fotos por série é muito relativa; percebe-se que 18 séries possuem menos de 40 fotografias, 22 séries possuem 41 a 150 fotos, 6 séries possuem 151-350 fotos e 4 séries possuem 351-600 fotos (Quadro 2).

Quadro 2 – Registros por série da Fototeca

Séries	Quantidade
Aeroclube	9
Asilo	12
Associação	7
Banco	53
Bairro	67
Base Aérea	104
Biblioteca	55
Brigada Militar	9
Calçadão	115
Camara dos Vereadores *	91
Carnaval	106
Cemitério	38
Cinema *	16
Clubes	189
Clube de Mães	16
Comércio	333
Desfile	171
Dique	23
Eleições	53
Enchente	109

⁴⁸ Nas séries Câmara de Vereadores e Cinema não foram consultadas integralmente. A pesquisa foi interrompida em decorrência da pandemia do coronavírus, a série Rua foi a última série consultada e não foi totalmente analisada, impossibilitando consultar as demais séries.

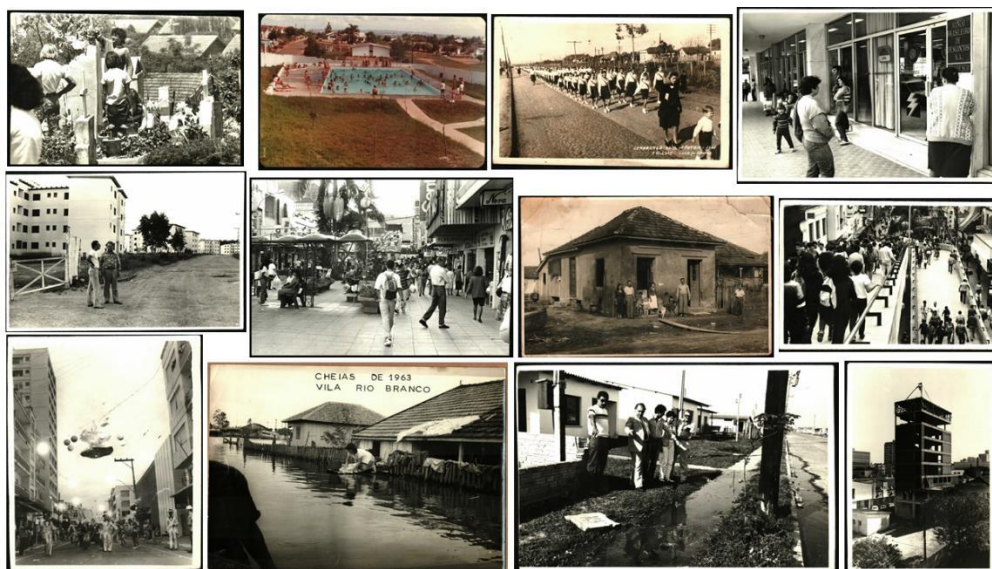
Escola	600
Esporte	109
Evento	115
Família	259
Fazenda	9
Folclore	14
Fundação Cultural	18
Ginásio	4
Greve	11
Hospital	149
Igrejas	256
Imigrantes	8
Industria	162
Invasão	77
Jornal	94
Junta Militar	16
MACA	22
Monumento	124
Música	61
Parque	52
Passarela	19
Pessoa	571
Ponte	30
Praça	141
Prédio Particular	395
Prédio Públicos	152
Prefeito	532
Rio	63
Rua *	117
Saúde	
Semana de Canoas	
Terreno	
Time de Futebol	
Tradicionalismo	
Trem	
Veículo	
Vista Geral	
Total	5756

Fonte: Elaborado pela autora

Após ter verificado 49 séries das 57 existentes, apresento um panorama do que consta na Fototeca, para isso, criei três padrões (Arquitetura, Retrato e Paisagem) para que eu possa melhor explicar, pois constatei que independentemente da série, existem registros nessas três

categorias em quase todas as séries, com maior incidência de registros em ambiente externo e diurno.

Figura 36 – Registros fotográficos que remetem a Arquitetura



Fonte: Fototeca do Arquivo Histórico de Canoas. Montagem elaborada pela autora.

O passado é interessante não só pela beleza que dele souberam extrair os artistas para os quais ele era o presente, mas também como passado, por seu valor histórico. O mesmo se passa com o presente. O prazer que extraímos da representação do presente deve-se não apenas à beleza de que pode estar revestido, mas também à sua qualidade essencial de presente (BAUDELAIRE, 1863, p.13)

A sociedade realiza a construção seletiva da memória, ultrapassando a experiência do vivido e tornando patrimônio comum o que recupera do passado e que se passou há muito tempo atrás. Como *flâneur* a equipe da instituição se pôs a fazer botânica no asfalto, percorrendo ruas e avenidas em busca de fotografias antigas, mas atentas aos desdobramentos e da especulação imobiliária que botava abaixo casas antigas, se lançaram no desafio de registrar a cidade através da fotografia. A equipe foi se apoderando da memória social e coletiva, retrabalhando, preenchendo lacunas, dando voz aos silêncios e revelando sentidos, através dos registros fotográficos com a função de enquadrar o cotidiano, as catástrofes e ampliar a visão acerca dos acontecimentos da cidade. Sendo que desde o advento da fotografia a cidade foi um dos alvos dos registros, nada escapa, os fotógrafos fazem seus inventários, catálogos e álbuns com vistas urbanas. Assim, como as funcionárias da instituição com suas exposições fotográficas.

Ao observar as fotografias também percorri ao longo das décadas dois opostos da mesma cidade – bucólica e urbana –, constatei que as fotos denominadas Arquitetura, referem-se principalmente as fachadas dos imóveis, sejam públicos, privados ou religiosos. Esses

imóveis também foram fotografados com pessoas ao lado, na frente ou dentro, sendo que em algumas delas nota-se o entorno do imóvel, ou seja, a paisagem, o pátio, a rua. Além das fotos das fachadas dos imóveis, também existem registros das pontes, passarelas, praças, ruas, monumentos que também retratam a cidade, o seu entorno, a paisagem e as pessoas. Assim, verifiquei que os registros são abrangentes.

Não esqueci do impulso gerador desta pesquisa, saber quem estaria preservado no arquivo. Por isso, optei em selecionar e divulgar fotos em que aparecem pessoas, pois, notei que imagem humana se destaca, independente da série. De fato, há maior registros na área central da cidade, principalmente, pelos eventos que ela sediou e ser centro político, administrativo, comercial e social. Percebe-se que os demais bairros da cidade, com seus estabelecimentos comerciais, religiosos e residências fazem parte do acervo.

Ao observarmos fotos de edifícios ou cidades, podemos, através de suas características visuais, identificar suas funções simbólicas e objetivas. As várias imagens produzidas de arquiteturas distintas orientam e carregam uma idéia "identitária" para os locais. (AZEVEDO, 2015, p. 461)

É possível identificar as diferentes imagens da cidade em seu cotidiano, a concentração de pessoas, o tráfego de veículos, a existência ou não de limpeza urbana, as intervenções, as obras, as inaugurações, as celebrações sociais, os momentos de adversidades (enchente), o luto, o curar e o tratar, a morte, os protestos, as greves, as demolições de casas e prédios antigos etc.

Figura 37 – Retratos fotográficos



Fonte: Fototeca do Arquivo Histórico de Canoas. Montagem elaborada pela autora.

A questão do retrato começa talvez no dia em que, diante do nosso olhar aterrado, um rosto amado, um rosto próximo cai contra o solo para nunca mais levantar mais. [...] Longe, então, de mostrar puramente a representação plena dos rostos, o que os retratos fariam, depois de tudo, seria apenas poetizar – isto é, produzir uma tensão sem recurso entre a representação dos rostos e a difícil gestão da sua perda [...] (DIDI-HUBERMANN, 1998, p. 62)

Didi-Hubermann (1998) sugere que o retrato preenche uma ausência, opera simbolicamente e devemos pensar nele através do viés antropológico. Barthes (2018) reflete sobre a transformação do homem em objeto, o fotógrafo como um agente da morte, realiza uma montagem do que existiu, uma reconstrução, uma imaginação, um certificado de uma presença no mundo.

A partir dos retratos fotográficos podemos inventariar muitas informações, o espaço, o vestuário, o cenário, a pose, as aparências, as convenções, as manipulações. Peter Burke (2004) afirma que o retrato faz parte de uma convenção simbólica, é datado, deve ser analisado através dos padrões e das performances, pois é uma ilusão social, não retrata a realidade, pode fornecer evidência social, mental e cultural.

Segundo Borges (2011, p. 51) os estúdios fotográficos eram “como pequenas fábricas de ilusão”, pois, “ofereciam uma variedade de apetrechos utilizados na montagem de cenários de acordo com o desejo de autorepresentação de seu público”. Sontag (2004) também discorre sobre a fotografia ser um fragmento, uma parte, de um lugar, de uma época, uma intervenção, uma participação da mortalidade.

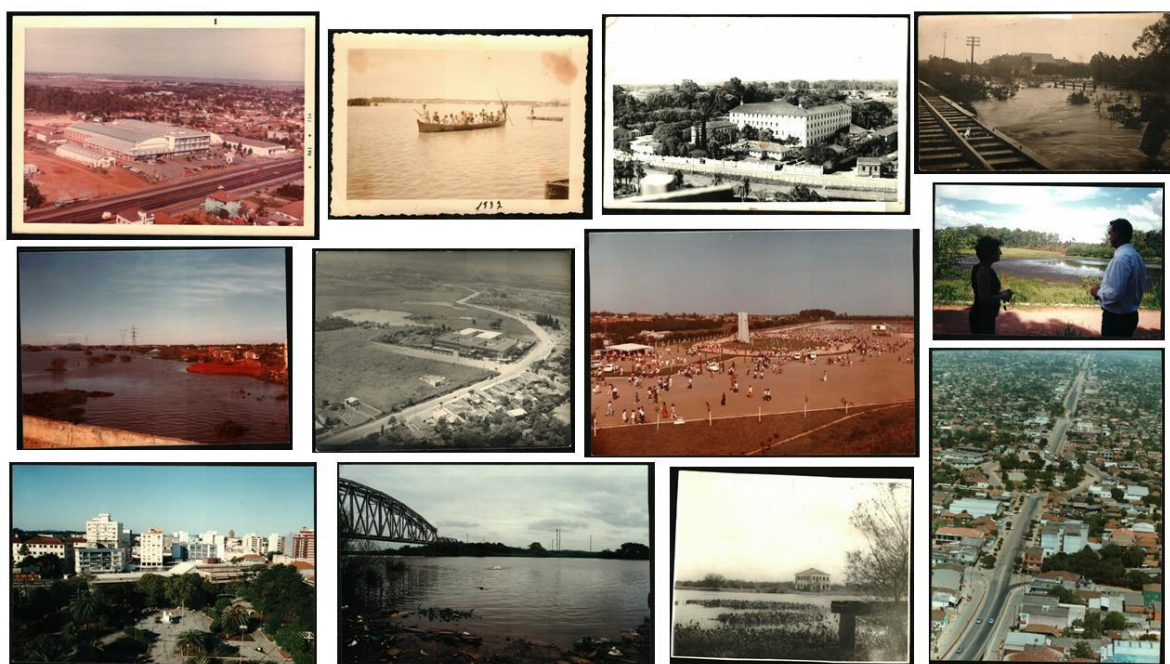
As fotos denominadas Retrato referem-se a uma extensa gama de registros fotográficos. São fotos individuais ou coletivas, familiares, escolares, religiosas ou sociais. A predominância das fotos é de batizados, casamentos, retratos individuais, familiares, escolares, clubes sociais ou esportivos. Nota-se uma predominância imensa de pessoas brancas retratadas nas fotos. Existem fotos de uma mesma pessoa em idades diferentes (infância e adulto), podendo ser político ou civil.

O álbum de família exprime a verdade da recordação social. Nada se parece menos com a busca artística do tempo perdido que estas apresentações comentadas das fotografias de família, ritos de integração a que a família sujeita os seus novos membros. As imagens do passado dispostas em ordem cronológica, "ordem das estações" da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente. Acrescentemos a estas linhas penetrantes uma correção e uma adição. O pai nem sempre é retratista da família: a mãe o é muitas vezes. Devemos ver aí um vestígio da função feminina de conservação da lembrança ou, pelo contrário, uma conquista da memória do grupo pelo feminismo? Às fotografias tiradas pessoalmente junta-se a compra de postais. Tanto

as fotos quanto os postais constituem os novos arquivos familiares, a iconoteca da memória familiar (LE GOFF, 1990, p. 467).

Na série Prefeito e Câmara dos Vereadores, há pelo menos uma foto de cada prefeito e vereador, sendo que alguns deles doaram fotos em momentos externos e descontraídos, como por exemplo, um prefeito militar indicado pela ditadura em traje de gaúcho ou na sua residência com sua esposa e fixado na parede uma foto de Jango, mas também há fotos dos políticos nos gabinetes, nas sessões legislativas, em visitas em locais externos etc. Também há registros de outros políticos (Brizola, Collares, Britto, Jango, Tarso, presidentes, governadores, deputados estaduais e federais) que visitaram a cidade durante a campanha eleitoral local ou nacional ou em outras ocasiões, ou seja, visitaram uma obra, participaram de uma reunião ou celebração, mas essas fotos não necessariamente estão na série eleição ou evento, podem estar em outras séries, como prefeito, prefeitura, indústria, rio etc.

Figura 38 - Registros fotográficos que remetem a Paisagem



Fonte: Fototeca do Arquivo Histórico de Canoas. Montagem elaborada pela autora.

De acordo com Viegas (2011, p. 70), Canoas, era conhecida por ser dotada de ares bucólicos nos anos 1930, transformou-se, já em 1960, em um dos maiores centros urbanos do Rio Grande do Sul, sendo que em 1959 Canoas já contava com a formação da maioria dos bairros que compõem o município. Seu notável crescimento populacional, transformação ambiental e reconhecimento industrial, de acordo com Viegas, foi em decorrência das questões nacionais e globais e vinculado à sua posição geográfica. Logo, a localização de Canoas foi

determinante, para tornar a cidade polo residencial e industrial à época, como expansão de Porto Alegre a partir da zona norte. A construção do espaço urbano de Canoas ocorreu desvinculada de qualquer interferência pública de Poder até meados da década de 1960. A cidade teve sua urbanização pautada, pela iniciativa de sociedades territoriais e imobiliárias.

As fotos denominadas Paisagem, referem-se ao um grupo diverso de fotos que retratam a paisagem natural e urbana da cidade, com registros aéreos ou não, retratando os rios, a Praia de Paquetá, vistas aéreas dos bairros em diferentes períodos e as ruas da cidade em panoramas. Sem dúvida, as ruas da cidade fazem parte de um extenso grupo de fotografias que o acervo possui e estão relacionadas a diversas séries, como já dito anteriormente, dependendo dos elementos da foto ou temática escolhida pela equipe ao catalogar; por exemplo, uma foto que retrata a rua, mas ao mesmo tempo está localizada próxima a Igreja Matriz, um prédio público ou faz parte de um evento, não estará na série Rua, mas em outra ou em mais de uma série. A Semana da Pátria não tem uma série exclusiva com esse tema, mas há várias fotos nesses registros em que aparecem a paisagem, as pessoas e a rua onde aconteceu a cerimônia ou desfile, que não necessariamente estarão dentro da série. Outra série existente é Carnaval, em que ocorre a mesma situação; o desfile acontecia na rua, retrata as pessoas, os prédios, as autoridades públicas e os carros alegóricos, mas também pode ter outras fotos do carnaval em outras séries, por exemplo, na série Clubes. E por fim, cito a série Evento, que possui uma quantidade significativa de registros, mas existem outras fotos que poderiam estar aí incluídas, mas foram catalogadas em outras séries; por exemplo, um torneio esportivo ou de xadrez, um concurso musical ou de beleza, a feira do livro, podem estar na série Evento ou não e alguns desses exemplos citados podem estar apenas na série Esporte, Calçadão, Semana de Canoas etc.

“A gente começou a juntar muita coisa, não só documentos e fotos. As pessoas queriam doar objetos também. A gente visitava uma pessoa para pegar uma foto e daqui a pouco a pessoa tinha ali um objeto importante que fez parte da história da cidade, mas isso normalmente de pessoas da administração né, por exemplo o seu Lagranha, tinha muita coisa do seu Lagranha, e o seu Lagranha foi e é uma pessoa importante pra história do município, os próprios objetos dele e do Sezefredo que tinha sido prefeito. Então, a gente começou a ver que a gente estava com muito objeto já e o papel do arquivo não é guardar e preservar objetos e a gente nem tinha expertise para a questão museológica. Aí a gente foi e de tanto encher o saco e de incomodar os maiores “ah mas tem que criar o museu para cuidar dessa parte do acervo museológico”. E quando a gente participava desses cursos de arquivo, sempre tinha o pessoal do museu, a gente sempre acabava trocando ideia, não era uma coisa tão crua como o arquivo foi. Até que tá, foi criado dentro do serviço de arquivo a secção de museu e aí veio uma pessoa pra lá e essa pessoa ficou responsável pela seção de museu, mas muito ajudada por nós como era tudo junto no mesmo espaço” (AGOSTINI, M.L.).

Após um ano da inauguração do arquivo, através desta reportagem (Figura 39), verifica-se que o acervo documental e visual recebido era proveniente do poder executivo, legislativo e de doações dos moradores da cidade, contava com mais de 5 mil documentos, possibilitando verificar o intenso trabalho neste primeiro ano de atuação da instituição e confirmando as informações das entrevistas.

Figura 39 – Reportagem sobre o acervo do Arquivo



Fonte: Jornal de Canoas (1990)

Segundo Maria Lúcia Agostini, a doação de objetos para o Arquivo Histórico foi o motivo para a criação do Museu Municipal, segundo a entrevistada, a reivindicação partiu das próprias funcionárias, por entenderem que a guarda de objetos não era uma competência do Arquivo Histórico. Mas, também vale lembrar que a criação de um museu na cidade, era uma demanda requerida desde meados dos anos 1970, tendo a colaboração e incentivos para sua criação da Fundação Cultural de Canoas e noticiada pela imprensa local. Além disso, esta ex-funcionária esteve presente em todas as mudanças institucionais, logísticas e políticas do Arquivo Histórico. Após treze meses da inauguração, o prefeito Lagranha revogou a lei nº 2334/1985, criando a Seção de Arquivo Histórico e Museu Municipal de Canoas, através da lei municipal nº 3002/1990, passando a fazer parte da Secretária de Educação, Cultura e Desporto.

3.2 ARQUIVO HISTÓRICO E MUSEU MUNICIPAL: AS EXPOSIÇÕES FOTOGRÁFICAS PELA CIDADE

“A gente levava pros parques quando tinha esses eventos do esporte, a gente ia junto, a gente ficava o dia todo na praça, durante o evento, o tempo que durasse evento, divulgando o Arquivo. As pessoas iam, olhavam as fotos antigas, a gente fazia comparativos de fotos, bah como eu fiz coisa, agora falando para ti, a gente começa a lembrar, a gente pegava uma foto antiga e ia no mesmo local e fazia a foto atual daquela foto, tem bastante coisa, as vezes como a gente não tinha onde

imprimir a gente imprimia em papel mesmo na impressora comum, ia ser caro mandar revelar como foto ou ia demorar, imprimia na impressora colorida. Isso era um projeto “Canoas ontem e hoje” levava para as escolas essas exposições. Ih! Meu Deus do céu! Era muita coisa” (AGOSTINI, M. L.).

As exposições eram itinerantes, ocorriam em diversos espaços, sejam públicos ou privados, nas ruas (Figura 40), praças, galerias (Figura 42), shopping, empresas, bancos, escolas, universidades, Fundação Cultural de Canoas etc. Conforme o depoimento acima, fazia parte da rotina do Arquivo Histórico, participar de eventos externos de outras secretarias, como os do esporte, pois auxiliava na difusão da instituição e na coleta de informações e de materiais.

Figura 40 – Exposições Itinerantes



Fonte: Diário de Canoas (1996 e 2003)

Figura 41 – Exposição “Passado e o presente de Canoas”



Fonte: Diário de Canoas (1995)

As exposições eram temáticas e de curta duração, sendo que as exposições históricas e comparativas eram frequentemente realizadas, por exemplo, uma exposição que retratassem Canoas do Passado (1930) e Canoas do Presente (1990), com fotos dos mesmos locais, só que em datas diferentes (Figura 41). As exposições fotográficas tinham como objetivo tanto divulgar a instituição e o trabalho realizado, como coletar informações ou materiais para as próximas exposições. As fotos comparativas do tempo presente (1990), segundo os depoimentos, eram realizadas pela própria equipe do Arquivo e Museu:

“Fizemos uma vez uma exposição das mulheres na Câmara de Vereadores, acho que foi em 1998, por aí, foi bem legal. A gente fazia muita coisa, mas isso de levar as fotos para a rua, era uma bandeira nossa, sabe, porque assim a gente achava que ia divulgar a história, sensibilizar as pessoas, as pessoas iam olhar. Canoas, ontem e hoje, passado, presente e futuro, uma coisa assim, era muito legal, era um projeto que as pessoas se interessavam, passavam viam uma foto antiga e na atualidade no mesmo local chamava atenção. As pessoas viam e procuravam a gente para conversar, queriam saber e também servia de link para uma pessoa dizer “ah eu conheço um fulano que tem um tal material, tem umas fotos”. No mesmo modo que a gente divulgava, a gente catava mais informações sobre onde procurar fotografias e documentos” (AGOSTINI, M. L.).

Os cavaletes de ferro com painel de acrílico (Figura 42), foram desenvolvidos pela equipe do arquivo para serem levados em exposições itinerantes em ambientes abertos e internos, como os eventos do esporte, nas escolas, galerias comerciais, nas ruas, universidades, shopping, empresas. Essa prática era muito utilizada pelo Arquivo Histórico, percorrer a cidade e divulgar a exposição para além do museu.

Figura 42 – Exposição do Arquivo Histórico e Museu de Canoas



Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

É muito presente nos discursos da equipe que os usos das fotografias nas exposições itinerantes e na sede do Arquivo, tinha objetivos importantes, como contar a história da cidade, divulgar a instituição, coletar informações e sensibilizar a comunidade sobre a preservação

documental do Arquivo Histórico como local de memória, guarda, pesquisa e divulgação, conforme a Figura 43, mostrando uma exposição itinerante em área aberta, no Calçadão de Canoas.

Figura 43- Exposição no Calçadão, Rua Tiradentes, Centro, Canoas.



Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

Em 1994, a Prefeitura de Canoas e o Centro Universitário La Salle de Ensino Superior, firmaram um convênio, intitulado “Canoas para lembrar quem somos”, em parceria com o Arquivo Histórico de Canoas e os professores universitários Darnis Corbellini, Miguel Gayeski e Rejane Penna. Os moradores da cidade foram entrevistados, possibilitando documentar a história e o desenvolvimento da cidade, a partir da percepção e compreensão dos seus cidadãos, foram 13 volumes lançados, cada um de um bairro da cidade. Oswaldo Kessler Ludwig⁴⁹ foi um dos entrevistados:

Em fins do século passado, a última década do século passado, o meu avô materno Felix Kessler adquiriu uma chácara a uma quadra ao norte da Estação, que era o centro demarcado de Canoas, da tranquila e pequena Vila de Canoas, e aí construiu a sua residência, que, de início era de veraneio. Posteriormente passou a ser de residência fixa. [...] o meu pai, que havia conhecido aqui em Canoas a minha mãe, hospedado que estava num veraneio em hotel, primeiro hotel de Canoas, defronte à estação uma casa bonita, de tijolos à vista, propriedade da família Wittrock, este francês de sobrenome basco, instalou ali seu primeiro hotel e meu pai, vindo veranear em Canoas, em 1896, conhecendo minha mãe, casando com ela em 1897. Foi residir em Porto Alegre, mas não resistiu aos encantos de Canoas e por 1904 resolveu voltar para se instalar aqui definitivamente. Alugou então, em fins de 1904 um chalé, que fica aqui ao lado e que era propriedade da família Schell, donde o nome hoje desta Rua Guilherme Schell. Passou um ano morando neste chalé, estilo suíço, muito bonito e

⁴⁹ Edição do bairro Centro.

acompanhou a construção da primitiva Vila Mimosa, que só ficou pronta em fins de 1905 (PENNA, 1996, p.25).

Canoas sofreu um grande fluxo migratório, a região aprazível, recanto de descanso e diversão, se modificou rapidamente, transformando-se em um local propício para a instalação de empresas.

O ano de 1929 sinaliza a formação do primeiro loteamento que veio a se tornar um bairro em Canoas – povoado que, até aquele momento, tinha sua paisagem urbana majoritariamente composta por grandes chácaras particulares junto à estação de trem, instalada em seu território. Esse loteamento, que margeava o Rio Gravataí, foi chamado de Vila Rio Branco e teve o seu desenvolvimento especialmente atrelado à instalação dos Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros na área, ainda na década de 1930 (VIEGAS, 2011, p.16).

De acordo com Viegas (2011), a Villa Nicteroy foi o primeiro loteamento implantado em Canoas com a finalidade de atender interessados em moradias de mais baixo custo do que as oferecidas na Capital. Arthur Oscar Jochums inaugurou a Empreza Territorial Nictheroy, em 1931, vendendo terrenos com a propaganda de compra parcelada e proximidade com a capital.

No período de 1930-1940, através de diversas fontes, como jornais, os livros do Canoas para lembrar quem somos e dos dados estatísticos municipais, é possível verificar o crescimento populacional de Canoas em 11.964 habitantes, tanto pela migração do interior do Estado como pela imigração externa devido ao contexto da II Guerra.

Um dos motivos que levaram a escolha de Canoas como opção de moradia, segundo Armando Würth, outro morador entrevistado, foi: “O custo de morar em Porto Alegre era inviável. Então sob este aspecto Canoas trouxe benefícios para eles, o direito de ter casa própria. Os loteamentos se multiplicaram” (PENNA, 1996, p.40). Outro aspecto que também foi abordado em todas as edições do referido projeto, são as origens dos moradores, eram variadas, compreendendo portugueses, alemães, italianos, ucranianos etc. Viegas explica que isso é derivado das (i) migrações:

Desta forma, se, no século XIX, a instalação da linha férrea favoreceu o povoamento da região, o notável crescimento populacional que a cidade acompanhou ao longo do século XX esteve vinculado às (i) migrações diversas, ligadas, tanto a dinâmicas locais, quanto nacionais e globais; além disso, o seu desenvolvimento industrial está estritamente vinculado à sua posição geográfica. Assim a localização de Canoas foi determinante, isso só ocorreu em relação a acontecimentos correlatos que tornaram a cidade polo residencial e industrial à época, como expansão – específica – de Porto Alegre a partir da zona norte (VIEGAS, 2011, p.70).

Nesse sentido, percebemos que o interesse da equipe do Arquivo Histórico e Museu municipal, juntamente, com a instituição universitária, possibilitou documentar a história da

cidade, a partir da percepção dos seus moradores, sobre os assuntos políticos, econômicos, educacionais, religiosos, sociais, urbanísticos. Angeli (2015) considerou o projeto pioneiro por registrar aqueles que normalmente não são citados na história oficial.

Figura 44 – Lançamentos de livros sobre Canoas



Fonte: Hemeroteca do Arquivo Histórico de Canoas. Montagem da autora.

Ao realizar um levantamento na Hemeroteca do arquivo, na pasta “Museu”, verificou-se 340 recortes diferentes, possibilitando identificar um jornal regional, o Expresso do Vale e pelo menos outros cinco jornais locais – O Timoneiro, Diário de Canoas, Folha de Canoas, Jornal Radar, Jornal de Canoas – que noticiaram as atividades realizadas pelo Arquivo Histórico e Museu, informando sobre as exposições, os lançamentos de livros (Figura 44), a participação das funcionárias em eventos externos e promovendo eventos na cidade, as doações recebidas, a gravação de depoimentos dos antigos moradores, produção de vídeos sobre a história da cidade, propaganda e divulgação da instituição e seu acervo, a participação de funcionárias do arquivo entre as membras da 1ª Região Museológica do Rio Grande do Sul e também nos cargos de presidência e vice-presidência, essas reportagens são de 1989 até anos 2015.

A gente participava do Conselho Regional de Museus em Porto Alegre, os museus se reuniam todos os meses, da 1ª região, sempre participamos da Semana dos Museus, a gente fez n exposições. Fazíamos exposições para as escolas, todas as datas de Canoas, a gente sempre fazia exposição. A gente fazia exposição no shopping, no La Salle, em todas as escolas, da rede pública municipal, na Villa Porcello, todas as datas comemorativas, na parte da história sempre foram feitas exposições. Nós fazíamos Datashow. As escolas pediam para levar, a gente sempre fazia um trabalho, porque a importância do Patrimônio, porque a importância de guardar documentos históricos e objetos. A gente sempre fazia esse trabalho de

mostrar a importância para a história da cidade, isso a gente fez muito (SILVA, E. S.).

Figura 45 – Exposições “Evolução urbana”



Fonte: Hemeroteca do Arquivo Histórico de Canoas. Montagem da autora.

A pesquisa na Hemeroteca possibilitou ter uma dimensão das temáticas diversas das exposições itinerantes e na sede. As primeiras exposições fotográficas (Figura 45) foram sobre o povoamento urbano, a evolução urbana e paisagística, o crescimento e desenvolvimento da cidade, juntamente com exposições atreladas a datas comemorativas oficiais como emancipação, instalação do município, inauguração da linha férrea. Em 1991, a imprensa noticiou que a exposição “Fotos Históricas” foi realizada no Calçadão, na Fundação Cultural, no Banco do Brasil, na Biblioteca Pública e na sede do arquivo. Nota-se que as exposições sobre o “Passado e Presente” da cidade eram realizadas anualmente, das origens até uma determinada década, por exemplo, do início do povoamento até década de 1930; no ano seguinte, até 1940 e assim progressivamente. Em grande parte das reportagens, consta uma imagem do local da exposição, na sede, em uma das escolas, em prédios públicos, locais privados ou externamente, como no Calçadão ou em outras ruas da cidade.

Figura 46 – Exposição “A viação Férrea”



Fonte: Folha de Canoas (1994)

A formação urbana de Canoas está relacionada com a construção da ferrovia de Porto Alegre a São Leopoldo, no final do século XIX, que impulsionou o povoamento e desenvolvimento da cidade. O povoamento inicial em Canoas pautou-se em vendas de grandes extensões de terras para chácaras de lazer, veraneio ou moradia, próximas a estação ferroviária, localizada no centro da cidade. De acordo com Pesavento (2008) o centro é o marco zero de uma cidade, o local onde tudo começou e se expandiu, local que abriga os prédios e as igrejas mais antigas, local de sociabilidade e poder. As vendas de terras não foram todas no mesmo período, pois cada região que hoje chamamos de bairros foram loteadas e vendidas em períodos distintos, primeiramente pelos descendentes de Francisco Pinto Bandeira e, mais tarde, por várias empresas imobiliárias, em locais e em períodos diferentes.

“A gente fez uma exposição muito interessante sobre o trem em Canoas. A gente pensou “onde vamos encontrar material”, não tinha nada sobre o trem, só tinha fotografia, nós pensamos e ligamos lá para Porto Alegre, na central do trem em Porto Alegre. Falaram que tinha bastante fotografias antigas, eu e a Maria Lúcia fomos lá, caixas e caixas de fotografias, máquinas, locomotivas que passaram por Canoas, desde a primeira locomotiva, trouxemos todo esse material para cá, eles nos emprestaram, copiamos, depois devolvemos tudo direitinho, tem um acervo grande com coisas relacionadas com o trem, aquelas fotos de trem que realmente passaram por Canoas, as primeiras máquinas, as primeiras locomotivas, escolhemos o que passou de fato por Canoas” (SIMI, D. J.).

Anualmente, ocorriam exposições vinculando o povoamento urbano à inauguração da ferrovia que ligava Porto Alegre a São Leopoldo (Figura 46). Em todos os depoimentos, as funcionárias do arquivo vinculam a data de 14 de abril de 1874 como a data inicial do povoamento e desenvolvimento urbano da cidade. O Arquivo e Museu de Canoas visitou o

Museu do Trem, em São Leopoldo, em busca de materiais para a exposição sobre a Estação Ferroviária:

“Canoas, essa estrada de ferro foi a primeira do Estado, essa linha ferroviária de Porto Alegre a São Leopoldo foi a primeira. A gente também foi na Estação Ferroviária de São Leopoldo que hoje é museu também. Naquela época, recém tinha o museu, eles tinham lá no fundo no museu, eles tinham um enorme de galpão, eu lembro que eu perguntei o que tinha naquele galpão, falaram “para entrar lá só com uma lanterna, porque nem luz tem, aquilo lá tá tudo atirado nem a gente sabe o que tem, tem tudo lá”. Conseguimos uma lanterna e entramos lá, tinha prateleiras e prateleiras de peças, de tudo, de locomotivas, tudo que tu pode imaginar era guardado ali, um enorme de um depósito. Eu vi uma enorme quantidade de painéis grandes com fotografias, comecei a mexer e achei a primeira estação ferroviária de Canoas, não sei se você chegou a ver essa foto da parada dos trens. Bah! Pra mim foi um achado, levamos, eles nos emprestaram uma quantidade de material, a nossa disposição, sei que trouxemos tanto material, nós tínhamos tanta coisa que nem deu pra expor tudo no nosso espaço, mas foi uma exposição muito rica. Essa do trem foi bacana, conseguimos guardar muito material para nós, lá na estação do trem em São Leopoldo, lá no acervo tem uma pazinha dizem que é de prata não sei se é, de quando foi inaugurada a ferrovia, como simbologia” (SIMI, D. J.).

A parceria da equipe para fazerem as atividades, sempre foi mencionada nas entrevistas, apesar de todas as limitações, dificuldades, precariedades, a equipe procurava fazer o seu melhor:

“Agora eu não lembro tanto, as coisas passaram, passou tanto tempo. Eu era uma guria, eu era muito criativa, eu tinha muita vontade, mas com certeza, todo mundo pegava junto, todo mundo abraçava a ideia, acreditava muito. Dari foi uma pessoa muito importante, séria, muito focado no trabalho. Enfim, todo mundo ali que trabalhou no arquivo teve a sua participação bem importante. Claro, como eu te falei das questões políticas, as vezes colocavam uma pessoa que não tinha nada vê, era política, botava chefiar e a pessoa nem ia trabalhar. Depois, enfim, não vou entrar nesse mérito agora, mas quem era antigo e que estava ali, que era da área, como eu, Dari, Iolanda, Eliete, a gente se preocupava. Mas é isso, a gente se preocupava e levava a coisa a sério” (AGOSTINI, M. L.).

Apesar de ser cansativo e exaustivo o trabalho que envolvia a montagem das exposições temáticas itinerantes, todas as funcionárias compartilhavam da mesma satisfação:

“Como a gente corria, o shopping a gente só podia entrar depois das 23h da noite, tinha aqueles painéis antigos de ferro, tu tinha que carregar aquilo, aqueles acrílicos, não eram coisas modernas, tu tinha que colar direitinho, colar as legendas, colocar o acrílico em cima. A gente tinha uns vinte e poucos, levar todos no caminhão, carregava tudo isso, mas a gente ficava realizada com as exposições, de perder de conta, eu tenho saudades. Às vezes eu estou parada, que saudades de

estar dentro do meu arquivo e a turma que trabalhava. Cedíamos o nosso espaço para os artistas. Sempre tinha exposição com o acervo, as peças, cada vez era um tema, televisão, rádio, cinema, comunicação, usávamos os objetos da reserva técnica. Eu lembro quando o arquivo foi inaugurado na sede nova [atual], lindo o dia, quase morremos trabalhando” (FINKLER, I. M.).

Um dos objetivos do Arquivo e Museu, sempre foi aproximar as pessoas. E assim, atuar na preservação e na divulgação da instituição. Além das exposições itinerantes, na sede do museu também estava disponível a exposição correspondente com mediação. As escolas privadas e municipais visitavam o museu, fazia parte da mediação facilitar a compreensão sobre o significado e importância das instituições museológicas e arquivísticas, sempre em linguagem acessível e de forma lúdica ao público infantil:

“Além disso, o que eu via assim quando fomos para li, nós procuramos ao longo dos anos muito engajamento de trazer as pessoas pro arquivo e pro museu pra conhecer. Nós fazíamos educação patrimonial, porque isso era uma coisa muito nova, isso até as professoras do Maria Auxiliadora, todas elas, nos conhecíamos todas, tinha umas professoras que vinham ano após ano com os alunos delas. Chegava na hora de estudar a história da cidade, elas vinham. Nós elaboramos uma maneira diferente para que as pessoas não fossem só olhar, porque você vai num museu com um monte de criança e se não tiver uma interatividade, nem tão, eles leem a plaquinha? Nem leem nada, eles nem querem ler. A gente queria que eles entendessem. Ali tinha um auditório, nos subíamos, recebíamos, nos levávamos coisas para explicar o que era isso e aquilo, explicar através de brincadeira. Nós pensamos em fazer assim “todo mundo tem o seu museu”, não o museu de Canoas, em casa todo mundo tem o seu museu, no teu trabalho tu tem o teu museu. Eu me lembro da primeira vez, eram as coisas da minha filha, as primeiras roupinhas, maiozinho, isso eu tenho aqui [ela mostrou a caixa], ainda está enrolado nos papéis daquela época. Imagina só, a gente levava e mostrava para as crianças “O que é um museu?” Mas esse era o meu, o meu vestidinho de um aninho, o primeiro sapatinho, isso as crianças viam e diziam “mas eu também tenho”. As crianças enlouqueciam. “Eu também tenho, a minha mãe também tem, tem meu dente, meu cabelo”. Elas se davam conta que elas também tinham um museu delas, isso foi muito bom, isso ao longo dos anos, nós fomos aperfeiçoando” (SILVA, E. S.).

Fazia parte da mediação a utilização dos objetos doados, como o diário de Joaquim dos Santos Ferreira, escrito entre 1834 a 1873, a equipe também elaborava vídeos como recurso interativo, comparativo e educativo, possibilitando relacionar as mudanças urbanas e de lazer na cidade:

“Nós subíamos com algumas peças, explicava, tinha um diário do Santos Ferreira, tu deve ter tido acesso ele, este diário era o meu amor, um diário valiosíssimo pra mim e de informações, se sabia daquela época, tinha ama de leite, quem tinha e quem não tinha, não tinha um lugar pra batizar, não tinha um lugar de atender

*aqui, o que as pessoas pensavam, o que os homens pensavam na época ali, estava tudo ali escrito pelo Santos Ferreira, da nossa cidade, era muito dez, assim a gente sempre procurava quem estava acima de nós que fosse feito aquilo, que fosse passado para uma forma que todo mundo tivesse acesso, não sei se foi isso que aconteceu, eu não tivesse acesso a um exemplar dele, eu não sei o que aconteceu, mas eu sei que ele foi transformado em livro, alguma coisa assim, não tive acesso, não sei se foi lançado na íntegra, mas aquele diário tinha uma história maravilhosa de Canoas, pra mim aquilo era um must e alguns documentos, fotos que a gente levava, tinha vídeos que a gente mostrava. **Tinha uns vídeos bem antigos, a gente procurava levar pra eles entenderem que na época deles o point de Canoas era o shopping. A gente procurava mostrar a diferença da época, o point da outra época era ir na prainha de Paquetá e que naquela época era tudo periferia naquela época. Quem queria ir na prainha de Paquetá, agora? Ninguém né, as crianças não, mas aquilo já tinha sido um point, aí mostrava o pessoal bem lá, o arquivo tem isso, é curtinho, tipo uns quinze minutinhos e aí colocava como era o centro de Canoas, ali no Calçadão, quando não era ainda Calçadão, era muito interessante, as crianças podiam ver aquilo e elas podiam entender um pouquinho, achavam muito interessante**” (SILVA, E. S.) [grifo da autora].*

As mediações eram participativas, escolhiam alguns alunos e explicavam sobre o objeto exposto e a importância dele:

“Outra peça que eu achava muito interessante que eu mostrava pra eles era a cruz da primeira igreja de Canoas, era uma barra de ferro aqui e uma barra de ferro aqui e só, toda enferrujada. A gente levava e mostrava pra eles, isso e os tijolos, eu acho que tinha dois tijolos, daí a gente fazia uma encenação, a gente escolhia um deles da plateia pra ir junto, eu perguntava o que tu tá vendo, “um ferro velho”, nunca eles diziam outra coisa, era sempre uma coisa velha, nunca diziam que podia ser uma coisa importante, aí a gente explicava o que era a cruz” (SILVA, E. S.).

A mediação começava no saguão da recepção, no primeiro andar, depois subiam no segundo andar para o auditório; numa das vezes, ao pedir para os alunos olharem com outros olhos, um dos alunos ficou muito assustado e com medo que fossem tirar os olhos da turma:

“Ai guria! Quando eu disse isso, eu subindo as escadas, a gente recebia lá embaixo, subia e levava no auditório. A gente vai conversar e depois vocês vão voltar e olhar com outros olhos. Eu lembro disso, quando a gente estava subindo as escadas, uma criança subiu e conversando com outra que estava morrendo de medo se a gente ia tirar os olhos deles, tadinhos, olha só a ideia! Quando os professores iam, o Auxiliadora era ótimo pra isso, eles levavam preparados, mas quando não levava, a maioria não levava preparado, a gente tinha bastante trabalho pra eles entender um pouquinho e aproveitar bem aquela visita, pra que o que realmente é um museu, pra ver quem como nós somos” (SILVA, E. S.).

O que é um museu? De acordo com Silva, no museu municipal deve conter a história da cidade:

“Eu lá, sempre via as pessoas cultas falando, pessoas grandes “Isso aqui que é o museu de Canoas?” Porque não tem peças lindas, não tem uma coisa interessantíssima, mas é o que nós somos, tem o que nós somos, não tem uma peça interessantíssima, não tem as partituras de Bach, não tem, é Canoas, nós vamos ter o que nos pertence, a gente tem que valorizar isso” (SILVA, E. S.).

Ao definirem o tema da próxima exposição fotográfica, as funcionárias buscavam novos acervos conforme a temática desejada, como o caso da Copa do Mundo:

“A gente usou muita fotografia para exposição, por exemplo, quando Canoas completava no 14 de abril o aniversário da linha férrea, a gente sempre fazia exposição, as fotos foram usadas em várias exposições, de bairro, ruas. Quando teve a copa do mundo, Canoas tem mais de 20 times de futebol, então o que a gente pensou, já que era a Copa do mundo vamos homenagear, estava todo mundo envolvido naquele clima de Copa do mundo. A gente fez uma exposição maravilhosa lá no Canoas Shopping, ficou duas semanas, fomos atrás de todos os clubes de futebol de Canoas, conseguimos fotos dos clubes, acervo, camisetas. Conseguimos o acervo do Batista, foi uma das exposições lindíssima” (FLINCKER, I.M.).

Como já dito, as exposições temáticas, percorriam a cidade, mas também acontecia de exporem em outras cidades próximas, como em Porto Alegre e São Leopoldo:

“Fizemos uma no conjunto comercial de roupas de épocas, dos anos 1920 a 1960, foi maravilhosa, o pessoal adorou, emprestaram as roupas, conseguimos os manequins, foi uma das exposições que eu achei maravilhosa. Fizemos outra das etnias, com comidas de todas as etnias que tinha em canoas, lá dentro da EXPOER na Base Aérea, foram exposições lindas. Fizemos exposições na Câmara de Vereadores em Porto Alegre, fizemos várias na Câmara de vereadores de Canoas, no Museu de São Leopoldo, shopping, no Conjunto, La Salle. Sempre fazíamos, ali e fora. Eram muito bonitas as exposições, olha para ti lembrar a memória da cidade, para quem ia pesquisar, era uma coisa que eu achava fantástica. Ali, tu olhava os objetos antigos e olhava as fotografias, sabe? Tu te reportava há uma época que a gente não tinha vivido, mas através dali tu conseguia identificar mais ou menos o contexto histórico do período, era muito bonito, eu me emocionei agora falando contigo. Sempre foi planejado em grupo, a gente sentava, fazíamos reuniões, o que tem nesse mês, vai ser uma data importante, tantos anos da inauguração da linha férrea, então vamos fazer uma exposição relacionada a isso. Aí quando tinha qualquer outra data importante, Semana de Canoas, nós trabalhávamos muito na Semana de Canoas, no tempo da emancipação, gente sempre fazia reuniões em grupo para decidir o que fazer” (FLINCKER, I.M.).

Nessas três décadas de existência do Arquivo Histórico e Museu Municipal, nunca houve pelo menos um profissional da arquivologia ou museologia fazendo parte da equipe. Em

todas as entrevistas ouvi relatos da necessidade de ter tais profissionais, segundo os depoimentos, a equipe requeria, mas nunca foi atendida.

*“Sempre tinha alguém que vinha doar alguma coisa. Tu me pergunta, tu aceitava? Tinha que aceitar, não tinha comissão, a gente brigou tanto por essa comissão, a gente organizava e não saía, tinha o conselho de cultura, mas precisava de uma comissão, quem somos nós para julgar, eu, Eliete? Não, tinha que ser uma pessoa com formação, **outra coisa que tu tem que colocar, toda a vida foi pedido um museólogo e um arquivista.** [...] As vezes chegava umas coisas, como dizer não, é fácil dizer não se não for daqui. Eu lembro de uma ocasião que chegou um senhor com um monte de fotos de trem, mas não era Canoas, não lembro qual era a cidade, mas era longe. É fácil dizer que eu não posso, agora se for daqui? Eu quero que você fique com essa, eu trouxe a imagem da minha mãe, ela está em Canoas desde os 5 anos dela. **O que é a história e o que é relevante? Ah! Só serve se for de gente importante, quem é gente importante?** E nós tínhamos ali, só historiadores, nós não tínhamos museólogos, não tínhamos um arquivista, até para delimitar o tempo das coisas, muito a gente pediu, muito muito muito, muita promessa, nunca chegou. Ah, mas vocês vão perder a vaga ou... O pessoal gostava muito dali, depois que eu fui pro patrimônio histórico eu gostei mais ainda, porque você pode se aprofundar mais com o geral, porque na [rua] Domingos Martins tem aquela curva, é muito interessante, porque quando a Villa Nenê foi tombada, foi feito projetos e projetos e não foi feito nada, ainda pegou fogo, agora está difícil de salvar. Nós tínhamos uma equipe, arquitetos de renome, trabalham com o patrimônio, eles fizeram o projeto [de restauração da Villa Nenê] pra nós, era pra ficar todos os arquivos ali, todos os tipos de arquivos. Quando você quisesse pesquisar ia estar todos ali, arquivo histórico, administrativo, morto, porque a gente nunca teve um museu gigante, o arquivo não pode ir para Casa dos Rosa porque é pequenininho” (SILVA, E.S.). [grifo da autora]*

Apesar das limitações existentes, sem os profissionais da arquivologia e da museologia, segundo todas as entrevistas, fazia parte do ofício de toda a equipe, realizar cursos nessas áreas, a fim de suprir e desenvolver as atividades da melhor maneira possível. Algumas pessoas que faziam parte da equipe foram transferidas de setor ou retornaram a lecionar, segundo os depoimentos, as saídas foram por questões políticas, partidárias, pessoais ou divergências. Outro ponto relatado é que todas realizavam as funções em conjunto:

Nós todas, na área de pesquisa, documentos, jornais, recolhimento de objetos de famílias antigas, toda a parte documental, como é que eu vou te dizer, tudo sobre pesquisa, tudo que se relacionasse com Canoas, todo esse trabalho a gente tinha. Tudo que era curso em Porto Alegre, qualquer curso sobre arquivo e museu, nós participamos de todos. A gente procurava mais conhecimento na área. Eliete, Leila e eu sempre. Isso era bom, o nosso diretor incentivava, qualquer coisa que ele sabia de curso “Oh! Gurias”. A gente fez muito curso. A gente aprendeu muita coisa. A gente fez curso em Santa Maria, Caxias do Sul, todos fora de Canoas, todos que a

gente achava interessante que a gente ia aprender coisas novas, isso a gente tinha um apoio muito grande da secretaria (FINKLER, I. M.)

As sedes anteriores do Arquivo Histórico e Museu Municipal estavam localizadas no centro da cidade, sendo que as duas primeiras eram em salas alugadas, dentro de galerias comerciais, no terceiro local, o município recebeu a doação do antigo prédio do Fórum que foi reformado para abrigar o Arquivo Histórico, Museu Municipal, futuro Arquivo Público (criado em 2003) e ser a sede da futura Secretaria de Educação e Cultura (em 2009), mas falaremos mais adiante sobre o Arquivo Público e a terceira sede.

Dari José Simi, informou ter trabalhado nas duas primeiras sedes, relatou sobre a localização do arquivo, descreveu o espaço físico e também a nomeação do Arquivo Histórico e Museu. Primeiramente, comentou sobre a primeira sede:

“Ali na 15 de janeiro, ali onde tem o Banrisul, tem uma loja, ali em cima daquele prédio antigamente era o Palácio dos Enfeites, era na loja embaixo, naquele prédio, nos fundos, no terceiro ou quarto andar, mais tarde que acrescentou o nome do Sezefredo Azambuja Vieira, ele foi prefeito em Canoas, ele era uma pessoa assim muito ligada a cultura, gostava, ele tinha interesse inclusive de criar museu, casa de cultura, coisa assim, na época da gestão dele, mas não conseguiu, era uma pessoa muito culta, ligado a cultura da cidade, se preocupava com isso” (SIMI, D.J.).

Ao comentar sobre a segunda sede e, através do seu relato e da imagem da Figura 47, é possível verificar como se organizava o espaço interno do Arquivo Histórico e Museu:

“Era uma sala alugada pela Prefeitura, tinha uma sala grande, quer dizer uma sala pequena, não era muito grande, a gente dividiu ela em duas partes, uma parte ficava para a exposição do acervo de objetos e outra parte ficava as nossas mesas de trabalho e o material e tinha em cima tinha um mezanino, tinha uma escada, em cima, a gente guardava uma espécie de reserva técnica. Era bem no canto, no final do corredor, numa galeria, tinha lojinhas, era lá no fundo o nosso espaço, uma sala com aquela divisão, apertado né para o funcionamento do Arquivo Histórico e Museu, era pequeno, mas era um pouco maior que a sala que a gente tinha no Palácio dos Enfeites, um pouco maior, ali funcionou por vários anos” (SIMI, D.J.).

Figura 47 – Sala expositiva do Arquivo Histórico e Museu de Canoas



Fonte: Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

Em 1993, o então prefeito Liberty Conter criou o Departamento de Cultura e o Arquivo Histórico e Museu Municipal de Canoas, passaram para esse departamento, juntamente com todo seu acervo, vinculado a Secretária da Educação, Cultura e Desporto. Pelo decreto 423 de 1994, o Arquivo Histórico e Museu Municipal de Canoas, passou a se denominar Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, ambas instituições (arquivo e museu) estiveram no mesmo local até 2016, quando o Museu foi transferido para a Casa dos Rosa, imóvel tombado e restaurado.

Mariza, desde a inauguração, foi nomeada como chefe do Arquivo Histórico e exerceu essa função até se aposentar, em 1995. A partir desse momento, segundo o relato de Maria Lúcia, ela assumiu a chefia e coordenação da equipe:

Em 1995, a Mariza se aposentou, aí eu assumi a chefia. Ai quando foi criado o Departamento de Cultura em 1993, o Arquivo que era uma Secção, passou a ser Serviço. Aí em 95 ela se aposentou, aí eu assumi a chefia do Arquivo. Eu passei a coordenar, a gente fazia muita exposição, programava exposições de fotos, fazia e montava para lá e pra cá, até em Porto Alegre a gente levava fotos nossas, participava de eventos, tinha um evento do esporte que se chamava esporte e lazer na praça, parece que era uma vez por mês que o esporte fazia isso, eu muito metida que era, eu vestia camiseta, eu acreditava naquilo, aí eu “não dá pro Arquivo participar de alguma forma?”, aí a gente fez uns cavaletes de ferro, eu boleei, a gente, era dez cavaletes de acrílico e a gente colocava legenda nas fotos, era uma exposição itinerante” (AGOSTINI, M. L.)

Figura 48 – Terceira sede do Arquivo



Fonte: Zero Hora (2003)

O antigo prédio do Fórum (Figura 48), foi doado ao município e reformado, para abrigar o Arquivo histórico e o Museu municipal, neste período coincide com o desmembramento das instituições, mas ambas instituições continuaram a trabalhar em conjunto. No depoimento abaixo a funcionária relatou sobre o desmembramento das instituições e sobre a terceira sede, na percepção, tanto dela, como da equipe, não houve grandes melhorias; foram muitas promessas, mas pouca coisa de fato melhorou.

“Daí nós fomos para o prédio novo, onde está hoje, nós nos mudamos para li e naquele mesmo ano eles fizeram isso, arquivo virou administrativo, arquivo histórico ficou com outra secretaria e o museu continuou na educação. Melhorou? Pirou, é claro né, porque fizeram isso. Mas não teve grandes mudanças, continuo todo mundo igual, todo mundo ali, não teve grandes mudanças, todo mundo junto. Aí mais para a frente, 2009, com a criação da Secretaria de Cultura, então, foi criado o Patrimônio histórico, era cultura, aí não era mais nada ligado com a educação, aí sim eu acho que a gente deu uma boa de uma guinada, aí eu levei fé, agora vai, mas não foi” (SILVA, E. S.).

Em 2003, o prefeito Marcos Antônio Ronchetti cria o Arquivo Público Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, extinguindo a Seção de Arquivo Histórico; nesse momento, o Museu Municipal foi desvinculado do Arquivo e passou a fazer parte do Departamento de Cultura, vinculado a Secretária de Educação e Cultura. Em

2007, o Museu Municipal de Canoas passou se denominar Museu Municipal Hugo Simões Lagranha, através da lei municipal nº 5182/2007, promulgada pelo prefeito Ronchetti.

“A gente ficava na Gonçalves Dias, no térreo, a gente tinha um espacinho, assim que deixava para o acervo do museu ficar exposto e lá em cima tinha um andar superior que a gente guardava documentos e uma outra parte tinha as peças do acervo que não estava exposta, mas tudo muito tímido né, muito sem estrutura, eu digo que a gente fazia porque a gente queria fazer e acontecer, porque se não fosse a nossa vontade as coisas nem teriam, a gente era muito empenhada. Enfim, nós fomos indo. [...] Lá por 2003 eu voltei para o museu. Começou a ver a necessidade, justamente, por participar de muitos cursos na área de arquivos e museus. A gente começou a entender que a administração municipal tinha um acervo e o acervo do município era outro, eram coisas diferentes, o acervo da administração pública era um e tinha que ser preservado de uma forma e o acervo do município como história era outra. Então, a gente achou que tinha que ser criado o Arquivo Público Municipal, daí era os documentos da Prefeitura e não do município. A gente fez vários cursos também, a questão de microfilmagem, de microfilmar os documentos, organizar a documentação pública para que o contribuinte tivesse acesso administrativo e não só a parte histórica. [...] Aí foi criado o Arquivo Público Municipal, este ia se preocupar com as questões dos documentos públicos da administração municipal, não mais com os documentos da história da cidade. Então, ficou dentro do departamento de arquivo público municipal, ficou o serviço de arquivo histórico e serviço de museu” (AGOSTINI, M. L.).

A capacitação e cursos realizados nas áreas da arquivologia e museologia foram fundamentais para que as funcionárias do Arquivo Histórico se mobilizassem em prol da criação do Arquivo Público municipal. Assim, ter duas instituições seria de extrema importância, pois, os documentos do poder executivo devem ser tratados e cuidados, para posteriormente, se tornarem de valor permanente (histórico). O processo de implantação do Arquivo Público Municipal, contou com o suporte de uma professora universitária de Santa Maria, também de cursos e capacitação realizadas pelas funcionárias:

“Em Santa Maria tinha faculdade de Arquivologia, uma pessoa que nos ajudou bastante com a estruturação do Arquivo Público Municipal foi a professora Clara Kurtz, que era a professora de museologia em Santa Maria, ela muitas vezes veio pra Canoas, nos ajudou, ministrou cursos, ministrou palestras, pra ajudar a gente a estruturar o arquivo municipal, como é que a gente tinha que preservar os documentos, como que a gente tinha que dar acessibilidade a esses documentos pro público, pro cidadão que buscava o órgão municipal como fonte de informação para assuntos burocráticos, leis, legislação, normas. A gente foi tateando, tateando, começamos de novo tateando, tateando. Enfim, conseguimos fazer bastante coisa. Tem um aparelho de microfilmagem, que guarda todos os documentos, que faz a microfilmagem, a gente fazia a pesquisa nos microfiches para os cidadãos, questões de obras, legislação, as pessoas vinham procurar e a

gente possibilitava o acesso a essa documentação através dos microfimes” (AGOSTINI, M. L.).

Com a criação do Arquivo Público Municipal, a estrutura aumentou, mais pessoas ingressaram, Maria Lúcia Agostini que antes estava à frente das exposições e da coleta de documentos, passou a se ocupar com o todo, não estava mais à frente de algumas atividades que iniciou como coleta de documentação, montagem das exposições e palestras nas escolas:

“Nesse tempo o arquivo público ficou uma coisa maior e a minha preocupação era com o todo. Claro que o serviço de arquivo histórico e serviço de museu continuava fluindo ali dentro, mas eu já não tinha o domínio, eu chefiava tudo. O que eu quero dizer, eu não me envolvia tanto quanto antes, quando o arquivo era pequenininho, a tendência é a gente ter uma mão em tudo, tu te envolve, tu faz, no momento que a coisa cresce e que tem outras pessoas que são responsáveis por aquilo ali, tu não tem mais como, parece que tu vai te meter no trabalho da pessoa, que está ali pra fazer aquilo, para levar adiante, tu fica com o olhar maior sobre o todo e o trabalho vai sendo desenvolvido. Foi bem bom, Canoas foi reconhecida nessa época, porque nem todos os municípios tem arquivo público municipal. Canoas reformou um prédio todo para abrigar o Arquivo Público Municipal, isso foi uma coisa que teve grande repercussão no Estado, foi uma coisa bem badalada, foi bem importante. Muitos municípios vieram nos procurar para saber como funcionava a estrutura, como a gente fazia e como a gente trabalhava” (AGOSTINI, M. L.).

A estrutura aumentou, Arquivo Público, Arquivo Histórico e Museu Municipal, com isso o ingresso de mais pessoas para compor a equipe, através das entrevistas, nota-se a manutenção de atividades que aconteciam desde a inauguração, como as exposições fotográficas temáticas, mas a simplicidade dos recursos e do engajamento da equipe persistia:

“Tá. Tinha o museu, arquivo, daí o que nós fazíamos. No início quando eu entrei lá por 2003 nós fazíamos exposições, não lembro quem era o prefeito, acho que era o falecido Ronchetti, cada vez que ele fazia as caravanas, nas escolas, uma vez a cada três meses, coisa assim, a gente montava uma exposição do bairro, se fazia na Igara, montava a exposição do bairro Igara, datas especiais a gente montava, Semana de Canoas, montávamos as exposições, mas era muito primário com cartolina, colar, fazia umas cópias horrorosas, coloridas era pouco, era uma coisa primária, muito a gente botava do nosso dinheiro, para poder sair as coisas, mas o pessoal todo batalhava bastante para mostrar. Depois quando a gente foi para o prédio novo ali, até que mudou um pouquinho as coisas, como é que eu vou te dizer, parece que a gente teve um pouquinho mais de autonomia. De repente, mas eu não me lembro bem, até porque até 2009 eu nunca fiquei a frente de nenhuma chefia, só cumpria ordens, eu não sabia o que acontecia” (SILVA, E. S.).

Em 2009, o prefeito Jairo Jorge da Silva criou a Secretaria de Cultura e a Unidade de Patrimônio Histórico. O Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira e o Museu

Municipal Hugo Simões Lagranha, passaram então a fazer parte da Secretaria de Cultura, enquanto que o Arquivo Público Municipal, continuou vinculado ao Gabinete do Prefeito. No último ano da sua gestão, em 2016, o museu foi transferido para a Casa do Rosa, imóvel que pertencia a Ulbra que foi tombado como patrimônio histórico municipal, restaurado e cedido, pela União, pelo prazo de vinte anos ao município, para fins culturais. É interessante mencionar que a reserva técnica do museu permaneceu no antigo prédio do Fórum, pois a casa que sedia o museu não tem espaço suficiente.

Os processos de tombamentos dos bens imóveis da cidade de Canoas foram elaborados pela ex-funcionária do museu, neste trecho ela comentou sobre a sua saída do museu e ingresso no setor do patrimônio histórico:

“Em 2009, eu fui para a equipe do Patrimônio Histórico daí eu não fiz mais essa parte museológica. Enquanto patrimônio histórico, nós procuramos as universidades, aí nós tínhamos uma programação que era “Uma noite na memória de Canoas”, a gente fazia um tur pela cidade, de visitas. [...] todas as nossas atividades, jornal, os jornais acompanhavam, o La Salle e a Ulbra também nos acompanhavam, fazíamos palestras não como as das crianças. Isso aqui era o que nós queríamos dar ênfase, nós queríamos fazer, nós íamos até a Vila Nenê, com o tempo nós queríamos montar um Centro Histórico nas casas da Araçá, mas nunca saiu do papel. Tem o Quilombo, isso é patrimônio, muito nós trabalhamos lá, mas pelo menos eu, não vejo nada lembrando a memória do quilombo, não tem nada, não tem projeto” (SILVA, E.S.).

Na gestão seguinte, no ano de 2017, ocorreu a união das duas secretarias, passando a se denominar Secretaria de Cultura e Turismo, o Arquivo Histórico e Museu estavam vinculados nesta secretaria, e o Museu permaneceu com sede na Casa dos Rosa.

Atualmente, o Arquivo Público está vinculado a Secretária de Planejamento e o Arquivo Histórico e Museu Municipal estão vinculados a Secretária da Cultura, ambos estão no mesmo local (antigo prédio do Fórum). Entretanto, parte do acervo do Arquivo Público está localizado em outros prédios, devido à falta de espaço, mas o setor responsável pela microfilmagem fica no mesmo local do Arquivo Histórico. A questão do local onde está localizado os acervos é problemática, o mesmo acontece com o Arquivo da Câmara dos Vereadores, parte dele está na Secretária da Cultura e em outros prédios. O Museu Municipal foi transferido para a Casa dos Rosa, mas a sua reserva técnica não, devido a casa que abriga o museu ser pequena, destinada as exposições culturais, a reserva permaneceu no prédio da Secretária de Cultura. As questões que envolvem o espaço adequado para abrigar os acervos possibilitam refletirmos sobre a deficiência e a falta de investimentos em todas essas instituições. Lembrando que a cada nova

gestão municipal, a vinculação dessas instituições e a equipe que está exercendo as funções no arquivo ou museu pode sofrer alterações, caso a administração vigente, assim quiser.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da pandemia se falava bastante que “a pesquisa é solitária”, mas a pandemia do coronavírus potencializou. Os anos de 2020 e 2021 foram incertos e sem nenhum posicionamento da instituição para abertura do arquivo que pesquiso, em decorrência da pandemia, a instituição segue fechada para pesquisa desde março de 2020. O ano de 2020 foi intenso, sem noção alguma do que nos aguardaria e passei por todos os estágios da pandemia: incrédula, desanimada e exausta. A nova rotina não foi fácil, estudar virtualmente e pesquisar em casa só é bom se o local está adaptado e em condições, o que não era o meu caso. Além de enfrentar os novos desafios para sobreviver a um vírus desconhecido, limpeza de tudo, inclusive do detergente, enfrentando problemas diversos, foram momentos muito difíceis e de cobranças psicológicas.

Em meio a pandemia, isolamento social, sem ver os familiares por medida de prevenção, todos os lugares sem prazo para reabrirem e sem saber o que aconteceria. O falecimento em decorrência do coronavírus ou outras doenças atingiu tantas pessoas queridas que eu conhecia, professores, amigos, familiares, inclusive, meu pai faleceu aos 57 anos, no dia 18 de setembro de 2020, estava com câncer e por causa da pandemia, preferiu não contar sobre sua doença e não preocupar a família. Saber dessa informação me abalou profundamente, soube poucas horas antes, ao chegar no hospital, notei que ele levou o livro “Alienação e Humanismo” de Leôncio Basbaum. Considerava meu pai culto, sempre lendo, com tantos livros. Neste nosso último encontro, tivemos a oportunidade de conversar, sobre o meu mestrado e os meus planos para o futuro. A perda do meu pai foi impactante, um misto de tristeza e reflexão pelo não vivido e não aproveitado.

Como pesquisar e se concentrar em meio ao caos que foi 2020 e 2021? Com notícias apavorantes, com o risco de se contaminar e morrer em poucos dias ou ser entubada e não poder se despedir dos seus familiares, com velório de 15 minutos com apenas 3 pessoas! Nós, que sobrevivemos a 2020 e 2021, como suportamos tanto? Nós, pós-graduandos e professores universitários tendo que cumprir um calendário acadêmico, aulas virtuais, leituras, estudo, pesquisa, como se não houvesse um vírus mortal, como conseguimos? A escrita desta dissertação foi atravessada por todos esses impactos.

A pesquisa sobre o Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira e o seu acervo fotográfico buscou apresentar uma discussão sobre as relações entre fotografia e a sociedade,

ou seja, as memórias da cidade através do acervo fotográfico e as relações sociais que possibilitaram e construíram esse acervo.

A pesquisa pode constatar que os impactos e as mudanças paisagísticas provocadas pela urbanização e industrialização, foram fatores determinantes para que a sociedade, organizada através de uma Fundação Cultural, requeresse a criação do Arquivo Histórico e Museu Municipal para guardar a história da cidade, através da guarda de documentação pública e privada, para servir de testemunhos e material de pesquisa para as gerações futuras.

O contexto social, político, urbano e industrial no período em que as manifestações pela preservação das memórias da cidade aconteceram foram apresentadas corroborando com os diversos debates historiográficos e imagéticos de que todo documento – escrito ou visual – é um suporte de informação, datado, produzido, preservado e utilizado tanto pelo Arquivo Histórico como pelos seus usuários, desempenhando novos papéis, diferentes daquele que o originou, assumindo novos sentidos, valores e significativos, sendo os mais distintos, possíveis. Desse modo, a partir das fotografias, com o apoio dos jornais, depoimentos orais e discussão teórica, discuti que a transformação urbana e ambiental, vivenciadas por parte dos moradores da cidade de Canoas, desencadeou processos reivindicatórios memoriais, como a proteção do patrimônio histórico e cultural, inventário de dos bens imóveis, criação de instituições arquivísticas e museológicas e a constituição de um vasto acervo fotográfico disponível.

Além disso, a pesquisa ao acervo fotográfico do Arquivo Histórico de Canoas, possibilitou compreender a dinâmica da formação e do desenvolvimento da cidade, bem como, verificar como a sociedade canoense se organizou através da Fundação Cultural e como o poder público extinguiu a referida fundação em 2009 sem qualquer consulta ou diálogo, um ato arbitrário e nada democrático.

Esta pesquisa buscou principalmente refletir sobre a utilização da fotografia como resultado de um processo social e cultural, possibilitando estudar as formas pelas quais a sociedade se articulou e se organizou em prol da criação de seus lugares de memória, bem como, difundir a importância do arquivo como de pesquisa, lugar de memória e lugar da história.

A fotografia é uma criação humana, considerada um documento visual, informativo, narrativo, representativo e sua preservação não se dá de forma aleatória e nem é natural, deriva de um processo carregado de intenções, seleções e simbologias. Por isso, não deve servir apenas ilustração aos trabalhos acadêmicos, livros didáticos e material de divulgação etc. Afinal, uma imagem é um documento que expressa informação e não deve ser atribuído o seu uso apenas como ilustração ou preencher um espaço. A partir do uso da fotografia podemos problematizar

diversos temas, como: cotidiano, sociabilidade, festividades, pensamento político, representações e etc.

De acordo com Baldissera (2008, p. 248), “a imagem nos dá a possibilidade de visualizar o próprio imaginário do autor da imagem, sobre o fato e sua época”, apontando ainda que a imagem faz parte da humanidade desde os tempos pré-históricos. Nesse sentido, é imprescindível que saibamos lidar com os textos imagéticos, pois ainda somos analfabetos visuais, ou seja, sabemos entender o seu significado explícito, mas ainda estamos, em geral, pouco habituados para ler os seus significados implícitos. Baldissera (2008, p.249) acrescenta que “reluta-se muito em aceitar a imagem como um documento tão importante quanto um documento escrito, principalmente para fins de estudo e pesquisa” e incentiva estudar as imagens pela sua potencialidade. Ao entender a pluralidade de significados presentes nas fotografias, podemos encontrar aspectos sobre sua confecção e também fatos relacionados à sua “intenção”, que são caros ao campo da História. Neste caso, a intencionalidade do autor pode elucidar uma série de pensamentos e ideias que perpassam determinado contexto histórico.

Peter Burke (2004, p. 18) nos alerta que “as imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras seu testemunho”. É necessário que o historiador esteja consciente de que, embora a fotografia seja imutável no tempo, o seu significado se transforma no decorrer do processo histórico. Sobre sua importância para a História do Rio Grande do Sul, História das Cidades, História Cultural e Visual podemos citar diversas temáticas que podem surgir por meio do uso de fotografias como fonte. Podemos ampliar os estudos sobre as cidades, no que tange as edificações, a presença de pessoas nos centros urbanos, a monumentalização das regiões, as visões dos fotógrafos acerca das transformações dos espaços, os impactos ambientais, as desigualdades urbanas, as periferias etc.

O processo de constituição, institucionalização e patrimonialização do Arquivo Histórico, que estava representado de forma fragmentada em documentos e jornais locais foi apresentado de forma mais sistemática nesse estudo, pretendendo contribuir para pesquisas acadêmicas futuras e preencher lacunas na historiografia municipal, como a inexistência de pesquisas acadêmicas sobre o acervo fotográfico do Arquivo Histórico.

Acredito que esta pesquisa contribuirá ainda para a disseminação, ao público em geral, aos pesquisadores e aos interessados, a oportunidade de conhecer o acervo fotográfico e incentivar o uso como fonte para o debate de vários temas, entre eles, o da memória, da imagem e dos arquivos. Percebendo que esta temática abordada sobre o Arquivo Histórico de Canoas e o seu acervo, realizada dentro de um espaço público e de memória restrito e pouco conhecido ainda hoje, pretendo dar visibilidade, debater e promover a instituição e seu acervo,

demonstrando que um arquivo não é um mero depósito de documentos, mas um local com grande potencial para a pesquisa histórica.

A cidade, obra humana, social e simbólica, constitui um tema excelente para ser estudado, através da fotografia e da memória, principalmente pelas relações sociais e culturais desenvolvidas pelos sujeitos e os modos como grupos se articulam e constroem narrativas e discursos que permanecem em instituições arquivísticas. Ter pesquisado o acervo fotográfico da instituição permitiu compreender a trajetória e os usos dessas fotos. Inicialmente, sua utilização estava vinculada a divulgação da instituição, conscientização e busca de novos acervos. Durante pelo menos vinte anos a equipe realizava pesquisas e publicações periódicas sobre a história da cidade buscando suprir as lacunas na historiografia local. Ao longo de todos esses anos de existência do Arquivo Histórico, a instituição também forneceu material de pesquisa para um público amplo, desde estudantes e acadêmicos, como para moradores, genealogistas, empresas diversas etc.

Apoiada nas reflexões de Sontag, Barthes, Borges, Meneses, Mauad, Kossoy, Monteiro, Didi-Hubermann, Debray etc, sobre a importância e necessidade de pensar e refletir sobre as imagens através da memória e da sociedade, compreendendo que os seres humanos que produzem imagens e elas são simbólicas e cheias de interesses e intenções. Por isso, a importância de pesquisar a trajetória, a produção e os usos da imagem pela humanidade.

Ter pesquisado sobre uma instituição arquivística e pública, permitiu problematizar e compreender a origem e as noções de arquivo, como um processo social e dinâmico, carregado de intenções, esquecimentos e violência ao longo dos tempos. Além disso, ter utilizado a história oral como fonte de pesquisa para conhecer a instituição e o acervo pesquisado, permitiu realizar uma pesquisa social, antropológica, etnográfica, democrática e histórica, possibilitando dar visibilidade ao trabalho realizado por mulheres historiadoras, de grande importância para cidade e para os futuros pesquisadores e interessados. Assim, a pesquisa possibilitou refletir a partir deste acervo, um acervo criado e constituído ao longo de pelo menos vinte e cinco anos sobre as potencialidades da imagem na pesquisa histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A MEMÓRIA está preservada. **O Timoneiro**, Canoas, 14-20 abr. 1989.

ACERVO. In: Brasil, Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 27. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

ALVES, Clarissa de L. Sommer. *Operações historiográficas em Arquivos? Uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANGELI, Douglas Souza. Existir e morar na cidade: vinte anos do projeto Canoas para lembrar quem somos. La Salle: **Revista Mouseion**, Canoas, n.21, p-109-122, ago. 2015.

ANHEIM, Etienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento de Paul Ricoeur. In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Letícia. (orgs.) *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

ARQUIVO a memória da cidade. **O Timoneiro**, Canoas, 13 nov. 1981.

ARQUIVO histórico completa um ano. **Jornal de Canoas**, Canoas, 22 set. 1990.

ARQUIVO histórico foi implantado. **Folha de Canoas**, Canoas, 22 set. 1989.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CANOAS. Histórico. Canoas: Arquivo Histórico Municipal de Canoas, c1989.

ARQUIVO histórico organiza exposição A aviação férrea e a evolução da cidade. **Folha de Canoas**, Canoas, 6 out. 1994.

ARQUIVO. In: Brasil, Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 27. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

ASSMANN, Aleida. Arquivo. In: ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

BARTHES, Roland. *A câmera clara: nota sobre fotografia*. Lisboa: Edições 70, 2018.

BAUDELAIRE, Charles. *O pintor da vida moderna*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BALDISSERA, José Alberto. Imagem e construção do conhecimento histórico. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel [et al.] (orgs.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

BECKER, Jean Jacques. O handicap do a posteriori. In: AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BELLO, Helton Estivalet. Arquitetura e planejamento urbano em Porto Alegre: dos anos 30 aos anos 70. In.: Krawczyk, Flávio. Da necessidade do moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado. Porto Alegre, UE/Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

BERG, Magnus. Algunos aspectos de la entrevista como método de producción de conocimientos. *História y Fuente Oral*, Barcelona, Espanha, nº4, p. 5-10, 1990.

BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BORGES, Maria Eliza L. *História e Fotografia*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8159 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com história de vida de professores: a questão da subjetividade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 11-30, jan/jun.2002.

BURKE, Peter Burke. *Testemunha Ocular: história e imagem*. São Paulo, EDUSC, 2004.

BURKE, Peter. *Como confiar em fotografias*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0402200105.htm>. Acesso em 21 jul. 2020.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. *Escrita da História*, Ano II, vol. 2, n. 4, set./dez. 2015.

CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. 1 ed. 5 reimpressao. São Paulo: Contexto, 2019.

CANOAS encerrou Cinquentenário. **Folha de Canoas**, Canoas, 16 jan. 1990.

CANOAS poderá ter o seu arquivo histórico. **O Timoneiro**, Canoas, 5 abr. 1985.

CANOAS quer ter o seu museu. **O Timoneiro**, Canoas, 10 abr. 1970.

CANOAS RS. In: GOOGLE maps. Padrão: Google, 2021. Disponível em: <https://goo.gl/maps/3uNkkk8kpT7Ej2GE8>. Acesso em: 22 set. 2021.

CANOAS, 50 anos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 jun. 1989.

CANOAS, jovem de 104 anos. **O Timoneiro**, Canoas, 14-20 abr. 1978.

CANOAS. **CANOAS. Lei nº 986 de 24 de junho de 1965**. Adota e oficializa o “hino do município de Canoas”. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei->

[ordinaria/1965/99/986/lei-ordinaria-n-986-1965-adota-e-oficializa-o-hino-do-municipio-de-canoas](#) Acesso em: 16 mar. 2021.

CANOAS. **Decreto nº 119, de 3 de fevereiro de 2009.** Regulamenta o artigo 7º do Decreto nº 61, de 9 janeiro de 2009, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/decreto/2009/12/119/decreto-n-119-2009-regulamenta-o-artigo-7-do-decreto-n-061-de-09-de-janeiro-de->. Acesso em: 15 jun. 2020.

CANOAS. **Decreto nº 423, de 12 de maio de 1994.** Dá denominação ao Arquivo Histórico e Museu do município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/decreto/1994/42/423/decreto-n-423-1994-da-denominacao-ao-arquivo-historico-e-museu-do-municipio>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CANOAS. **Lei nº 1249 de 4 de agosto de 1969.** Institui a Semana de Canoas. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/1969/124/1244/lei-ordinaria-n-1244-1969-institui-a-semana-de-canoas> Acesso em: 16 mar. 2021.

CANOAS. **Lei nº 1771 de 6 de setembro de 1977.** Cria e adota a bandeira do município de Canoas. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/1977/178/1771/lei-ordinaria-n-1771-1977-cria-e-adota-a-bandeira-do-municipio-de-canoas> Acesso em: 16 mar. 2021.

CANOAS. **Lei nº 1948 de 15 de abril de 1980.** Dá denominação de João Palma da Silva à Biblioteca Pública municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/1980/195/1948/lei-ordinaria-n-1948-1980-da-denominacao-de-joao-palma-da-silva-a-biblioteca-publica-municipal-1980-04-15-versao-compilada>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CANOAS. **Lei nº 2276 de 20 de novembro de 1984.** Cria a Fundação Cultural, conforme específica. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/1984/228/2276/lei-ordinaria-n-2276-1984-cria-a-fundacao-cultural-conforme-especifica-1984-11-20-versao-compilada>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CANOAS. **Lei nº 2334 de 13 de junho de 1985.** Cria o Arquivo Histórico municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/1985/234/2334/lei-ordinaria-n-2334-1985-cria-o-arquivo-historico-municipal>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CANOAS. **Lei nº 3002 de 16 de outubro de 1990.** Fica criada a Seção de Arquivo Histórico e Museu do município junto à Secretaria da Educação e Cultura, revoga a lei nº 2334, de 13 de junho de 1985 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/1990/300/3002/lei-ordinaria-n-3002-1990-fica-criada-a-secao-de-arquivo-historico-e-museu-do-municipio-junto-a-secretaria-municipal-de-educacao-e-cultura-revoga-a-lei-n-2334-de-13-de-junho-de-1985-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CANOAS. **Lei nº 4848 de 16 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a Criação do Arquivo Público municipal de Canoas Dr. Sezefredo Azambuja Vieira e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/2003/484/4848/lei-ordinaria-n-4848-2003-dispoe-sobre-a-criacao-do-arquivo-publico-municipal-de-canoas-dr-sezefredo-azambuja-vieira-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CANOAS. **Lei nº 5182 de 10 de julho de 2007**. Dá nome ao Museu municipal de Canoas de Hugo Simões Lagranha. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/2007/519/5182/lei->. Acesso em: 15 jun. 2020.

CANOAS. **Lei nº 592 de 22 de agosto de 1959**. Cria a biblioteca municipal de Canoas. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/1959/60/592/lei-ordinaria-n-592-1959-cria-a-biblioteca-publica-municipal-de-canoas> Acesso em: 15 jun. 2020.

CANOAS. **Lei nº 824 de 10 de dezembro de 1963**. Cria e adota o escudo para o símbolo do município de Canoas. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/1963/83/824/lei-ordinaria-n-824-1963-cria-e-adota-o-escudo-para-o-simbolo-do-municipio-de-canoas#:~:text=CRIA%20E%20ADOTA%20O%20ESCUDO%20PARA%20O%20S%C3%8DMBOLO%20DO%20MUNIC%C3%8DPIO%20DE%20CANOAS.&text=Em%20baixo%20do%20escudo%2C%20uma,pretas%2C%20sobre%20a%20faixa%20encarnada>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CANOAS. **Lei orgânica do município de Canoas/RS**. Atualizada até a Emenda nº 42, de 11.9.19. Canoas: Câmara Municipal, 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-canoas-rs> Acesso em: 16 mar. 2021.

CANOAS. Prefeitura Municipal de Canoas. **Ofício nº 87, de 1985**. Canoas, RS: Prefeitura Municipal de Canoas, 3 abr. 1985. Assunto: Criação do Arquivo Histórico Municipal.

CANOAS. Prefeitura Municipal de Canoas. **Projeto de Lei nº 15, de 1985**. Autoria: Prefeito Cláudio Bloedow Schultz. Canoas, RS: Prefeitura Municipal de Canoas, 1985.

CANOAS: hoje, ontem e amanhã. **O Timoneiro**, Canoas, 1 jul. 1977.

CANSADO, Ana. O masculino genérico: uma questão gramatical ou um debate ideológico? *Portal Esquerda.net.*, 7 abr., 2015. Disponível em: <https://www.esquerda.net/opiniaio/o-masculino-generico-uma-questao-gramatical-ou-um-debate-ideologico/36527>.

CATROGA, Fernando. **Memória e História**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (orgs.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2d. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

COMUNIDADE integrada, memória preservada. **O Timoneiro**, Canoas, 14-20 abr. 1989.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1989 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Leticia. (orgs.) *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

CRIADO o arquivo histórico. **O Timoneiro**, Canoas, 14 jun. 1985.

CRUZ, Alcides. *Vida de Raphael Pinto Bandeira*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1906

CUNHA, Jorge Luiz da. Escrever histórias para convencer os outros: memórias, diários e cartas de imigrantes. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 03, n. 07, p. 235-256, jan./abr. 2018.

CUNHA, Jorge Luiz da. Narrativas e (auto)biografias: história dos conceitos e apropriações de práticas educativas. In: Yoshie Ussami Ferrari Leite *et al.* (Orgs.) *Narrativas (auto)biográficas em diálogos: políticas, formação e práticas*. Curitiba: Editora CRV, p. 37-54, 2019.

DEBRAY, Régis. Vida e morte da imagem – uma história do olhar no Ocidente. Petrópolis: Vozes, 1993.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. O nascimento da história contemporânea. In: DELACROIX, Christian *et al.* (Orgs.) *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIDI-HUBERMAN, George. *Diante do tempo – história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

DIDI-HUBERMANN, Georges. O rosto. Porto Alegre, v.9, n.16, p. 61-82, mai. 1998.

DO PESQUISADOR. **O Timoneiro**. Canoas, 14-20 abr. 1989.

DOSSE, François. Paul Ricoeur revoluciona a história. In: DOSSE, François. *História à prova do tempo. De história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. 14 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

ESTE museu não sai mais: estação será demolida. **O Timoneiro**, Canoas, 25 mar. 1977.

EXPOSIÇÃO conta a história da povoação de Canoas. **Diário de Canoas**, Canoas, 4 abr. 2003.

EXPOSIÇÃO mostra o passado e o presente de Canoas. **Diário de Canoas**, Canoas, 30 out. 1995.

FOTOGRAFE beleza de Canoas e ganhe 5 mil. **O Timoneiro**, Canoas, 30 maio 1980.

FRENTRESS, James, WICKHAM, Chris. *Memória Social: Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. **Edgar Braga da Fontoura**. História de nossos prefeitos. Canoas: SMEC, v.1, 1998.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. **Hugo Simões Lagranha**. História dos nossos prefeitos. Canoas: SMEC, v.7, 2006.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v. 13, p. 33-43, 1992/1993.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOMBRICH, Ernest Hans. *A história da arte*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RS. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf> Acesso em 22 maio 2019. 212.

HEYMANN, Luciana, NEDEL, Letícia. (Orgs.) *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

HISTÓRIA: a cidade vai guardar a sua imagem. **O Timoneiro**, Canoas, 8 mar. 1974.

JAEGER, Julia Maciel. *A musealização de um homem-semióforo: a coleção Hugo Simões Lagranha em um museu municipal (Canoas/RS)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In.: VENDRAME, Máira Ines, KARSBURG, Alexandre, WEBER, Beatriz, FARINATTI, Luis Augusto. (Orgs.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Letícia. (Orgs.) *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v.8, n. 12, p.97-115, jan.-jun.2006.

KOSSOY, Boris. *História e Fotografia*. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

MANZINI, Eduardo J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos*, 2, 2004. Bauru: USC, 2004. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/MANZINI-Jos%C3%A9-Eduardo-Entevista-semi-estruturada-An%C3%A1lise-de-objetivos-e-de-roteiros.pdf>> Acesso em 22 maio 2019.

MARTINS, Márcia Elizabeth. *A invenção do patrimônio cultural Villa Mimosa, Canoas/RS: representações e pedagogias culturais*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2014.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. *Revista Maracanan*, publicação dos docentes do PPGH-UERJ, vol. 12, n.14, p. 33-48, jan/jun, 2016.

MAUAD, Ana Maria. Que história pública queremos? In: MAUAD, Ana Maria; SANTIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org). São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 3ed. São Paulo. Loyola, 2000.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 45, p. 11-36, jul. 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. História e imagem: iconografia/iconologia e além. in: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MONTEIRO, Charles. **Construindo a história da cidade através de imagens**. In: **PESAVENTO**, Sandra Jatahy, SANTOS, Nádia Maria Weber, ROSSINI, Miriam de Souza (Orgs). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008.

MONTEIRO, Charles. História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64 - 89. jan./abr. 2016.

MONTEIRO, Charles. Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 159-176 – 2007.

MUSEU da cidade. **O Timoneiro**, Canoas, 8 set. 1983.

MUSEU de rua é inovação Sezefredo Vieira. **Diário de Canoas**, Canoas, 16 jan. 1996.

MUYLAERT, Camila J, SARUBBI JR., Vicente, GALLO, Paulo R., NETO, Modesto L. R., REIS, Alberto O. A. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Rev Esc. Enferm*, v. 48(Esp2), 2014, p. 193-199. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf> Acesso em: 22 maio 2019.

NOBRE, Itamar de Moraes. GICO, Vânia de Vasconcelos. Imagem fotográfica, cultura e sociedade. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.7, n.10, p.107-126, jan./jun. 2011.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, 1993.

O DESTINO da estação na ordem do dia. **O Timoneiro**, Canoas, 8 set. 1983.

OLIVEIRA, Miriam Kinczel de. *Simplemente Lagranha*. Porto Alegre: M.K.O/Evangraf, 2002.

OS PROBLEMAS de nossa via (quase) expressa. **O Timoneiro**, Canoas, 20 maio. 1977.

PASSEGGI, Maria da Conceição, SOUZA, Elizeu Clementino de. O movimento (Auto)Biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional. *Revista Investigacion Cualitativa*, v. 2, n. 1, p. 6-26, 2017.

PENNA, Rejane. *Canoas para lembrar quem somos: Centro*. Canoas: Gráfica La Salle, 1996.

PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Fragmentos de Cultura**, v. 14, n. 9, 2004, p. 1595-1604.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Rev. Mosaico*, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

PFEIL, Antonio Jesus. *Canoas: anatomia de uma cidade I*. Canoas: Ponto & Vírgula, 1992.

PFEIL, Antonio Jesus. *Canoas: anatomia de uma cidade II*. Canoas: Ponto & Vírgula, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-

PRÉDIO reformado abrigará arquivo histórico de Canoas. **Zero Hora**, Porto Alegre, 25 nov. 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto 7839 de 27 de junho de 1939**. Crêa o município de Canôas. Porto Alegre: Palácio do Governo, 1939. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-7839-1939-rio-grande-do-sul-crea-o-municipio-de-canoas>. Acesso em: 10 out. 2021.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento. Seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: UNESP, 2010.

SALGADO, Sebastião. [Frase]. In: PENSADOR. [S.I], c. 2021. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjY0MTk3OQ/> Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios sobre história e cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SEMANA de Canoas é em junho. **O Timoneiro**, Canoas, 27 maio. 1970.

SILVA, João Palma da Silva. *As origens de Canoas*. Porto Alegre: Livraria Globo SA, 1964.

SILVEIRA, Éder da S.; RAMOS, Eloisa H. C. da L. A produção do conhecimento histórico sobre memória e patrimônio: algumas considerações sobre o uso das fontes e notas preliminares para o professor/historiador em formação. In: NASCIMENTO, José Antonio Moraes do (Org.).

Centros de documentação e arquivos: acervos, experiências e formação. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 13-28.

SILVEIRA, Leila. Igreja Matriz São Luiz Gonzaga: a construção da igreja e o desenvolvimento urbano de Canoas. Canoas: Prefeitura Municipal de Canoas/ Tecnicópias, 2007.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TELLES, Lygia Fagundes. *Os contos*. 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

THOMSON, Alistair, FRISCH, Michael, HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 65-91, 2006.

TRÂNSITO local depende da ferrovia e da BR/116. **O Timoneiro**, Canoas, 15-21 dez. 1978.

UMA ENTIDADE em defesa dos bens culturais de Canoas. **O Timoneiro**, Canoas. 16 out. 1981

VOLDMAN, Danièle. Definições e uso. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 34-41, 2006.

WONS, Ketlin Quinhones Wons. *De estação de veraneio à patrimônio histórico: o processo de tombamento dos bens imóveis de Canoas/RS*. Monografia. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

WONS, Ketlin Quinhones. **Lugar de memória, educação e arte: a trajetória da Casa dos Rosa como patrimônio cultural de Canoas/RS**. In.:

WOOLF, Virginia. *O sol e o peixe: prosas poéticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado(a):

Data de nasc.: Cidade natal: Ano e idade quando veio residir em Canoas:

Formação: Instituição: Ano de conclusão:

Atividade Profissional: Antes do arquivo trabalhou em outro setor ou secretaria?

Em que ano começou a trabalhar no Arquivo? Por quanto tempo?

Quais atividades desempenhava?

Quem mais trabalhava no Arquivo no mesmo período que você? Conheceu quem trabalhou anteriormente, pode citar os nomes?

Como foi constituído o acervo fotográfico do Arquivo? Sabe informar a partir de que ano?

Qual era o procedimento quando alguém doava ou emprestava uma fotografia para reproduzirem?

Como eram realizadas as cópias das fotografias? Em qual local? Pagamento? Quem definia o tamanho das cópias e as quantidades?

Sabe informar se registravam em algum livro as doações ou empréstimos de fotografias?

Lembra quantas fotografias o acervo possuía? Como organizavam e catalogavam? Onde as fotografias doadas ou reproduzidas eram guardadas? Qual a utilização das fotografias?

Sabe informar a localização (endereço) do Arquivo no período em que trabalhou.

Você pode informar como era o prédio onde ficava o Arquivo e Museu. Quantas salas e como era a divisão dos espaços?

Pode informar quais atividades que o Arquivo e Museu realizava?

Na abertura das exposições, como ocorria a divulgação e registro? Fotografavam? Tinha livro de registros de presença para o público assinar?

Como eram planejadas as exposições? Com qual frequência? Tinha exposição de longa e curta duração?

Sabe informar se fotografavam o espaço salas e se essas imagens estão no Arquivo ou se vocês fotografavam particularmente para recordações pessoais para guardar.

Durante o período em que trabalhou no arquivo realizou cursos para aperfeiçoamento ou aprendizagem sobre arquivologia ou museologia?

Na sua opinião, qual a importância de um arquivo histórico municipal? Qual a função e objetivo?

Na sua opinião, qual a importância do acervo fotográfico? Qual a função? Quais as possibilidades de uso dessas imagens como fonte histórica.

ANEXO B – TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO GRAVADO EM ÁUDIO

Esta pesquisa é sobre *Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira e o seu acervo fotográfico* e está sendo desenvolvida por Ketlin Quinhones Wons, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, sob a orientação do Prof Jairo Henrique Rogge. Solicitamos a sua colaboração para *entrevista* como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicar em revista científica nacional e/ou internacional.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar para a pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo e também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Fui ainda informado(a) de que caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerei nenhum dano. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

CEDENTE: _____, nacionalidade: _____, estado civil: _____, profissão: _____, portador da Cédula de Identidade RG _____, domiciliado e residente na _____.

PESQUISADOR (A): Ketlin Quinhones Wons, brasileira, universitária, portadora da Cédula de Identidade RG 2096031238, residente Av. Armando Fajardo, 763 Bairro Igara, CEP 92410040, Canoas/RS.

OBJETO: Entrevista gravada em áudio e posteriormente transcrita, a partir da assinatura desta autorização para composição da Dissertação de Mestrado e para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

DO USO: Declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, bem como de ceder ao (a) pesquisador (a) a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental dado por mim sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros do depoimento de caráter histórico e documental prestado a entrevistadora Ketlin Quinhones Wons, na cidade de: _____ em ____/____/____, num total de _____ gravados em áudio e/ou em vídeo. O (a) pesquisador (a) fica, conseqüentemente, autorizado (a) a utilizar, divulgar e publicar, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

_____, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do(a) Cedente/Depoente: _____

Assinatura da Pesquisadora: _____